

Relatório

Observatório de Qualidade

Agrupamento de Escolas de Sertã

2023-2024



EDUCAÇÃO



FICHA TÉCNICA

Título

Relatório Observatório da Qualidade

Autores

Cristina Veríssimo

Fátima Fernandes

Rosário Inácio

Vanda Marques

Coordenação

Vanda Marques

Capa: Jorge Correia

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Processo de Autoavaliação do AES (2023)	9
Gráfico 2-Processo de Autoavaliação do AES (2024)	9
Gráfico 3-Impacto dos relatórios de autoavaliação (2023).....	12
Gráfico 4-Impacto dos relatórios de autoavaliação (2024).....	12
Gráfico 5-Impacto na melhoria das práticas educativas	14
Gráfico 6-Impacto na melhoria das práticas no âmbito da educação inclusiva	15
Gráfico 7-Mobilização da comunidade educativa na reflexão dos resultados da autoavaliação	16
Gráfico 8-Prática pedagógica com alunos com necessidades específicas (2023).....	19
Gráfico 9- Prática pedagógica com alunos com necessidades específicas (2024)	19
Gráfico 10- Trabalho cooperativo entre alunos	21
Gráfico 11- O contributo das atividades desenvolvidas no AES para a melhoria do desempenho escola (perspetiva dos docentes).....	22
Gráfico 12- Solidariedade e Cidadania	23
Gráfico 13- perspetiva dos alunos.....	23
Gráfico 14- Alinhamento da planificação das atividades com os documentos de referência	27
Gráfico 15- A prática letiva contempla a diversidade	29
Gráfico 16- Privilegia as componentes formativa e criterial da avaliação pedagógica, na avaliação/classificação	33
Gráfico 17- Feedback frequente e oportuno	34
Gráfico 18- Periodicidade da autoavaliação	36
Gráfico 19- Prática docente vista pelos discentes	37
Gráfico 20- Trabalho colaborativo	39
Gráfico 21- Visão Estratégica.....	41
Gráfico 22- Mobilização da comunidade educativa	43
Gráfico 23- Partilha de Competências e responsabilidades.....	44
Gráfico 24- Visão dos alunos sobre o ambiente escolar (2023).....	47
Gráfico 25- Visão dos alunos sobre o ambiente escolar (2024).....	47
Gráfico 26- Cumprimento de normas	49
Gráfico 27- Comparação da opinião de docente, não docente e alunos sobre circulação de informação no Agrupamento.....	52

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. AUTOAVALIAÇÃO	6
2.1. Desenvolvimento do processo	6
2.2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação.....	11
3. RESULTADOS	17
3.1. Resultados Acadêmicos.....	17
3.1.1- Resultados de educação e formação de adultos.....	17
3.1.2 - Resultados para a equidade, inclusão e excelência	17
3.2. Resultados Sociais	21
3.2.1- Participação na vida da escola, Solidariedade e Cidadania	21
3.2.2 – Impacto da escolaridade no percurso dos alunos	25
4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCATIVO	26
4.1. Práticas de Ensino/Aprendizagem/Avaliação	26
4.2 Mecanismos de Regulação.....	37
5. LIDERANÇA E GESTÃO	40
5.1. Visão estratégica	40
5.2. Mobilização da comunidade educativa.....	42
5.3. Ambiente escolar	46
5.4. Comunicação interna e externa	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS	I

1. APRESENTAÇÃO

No presente ano (2023/2024), à semelhança do ano transato (2022/23), a equipa do *Observatório de Qualidade* (OQ) executou o trabalho de tratamento e análise de dados, cumprindo o previsto no artigo 6º da Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, isto é, realizou a autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Sertã (AES), presidido pelo Senhor Diretor, o professor José Carlos Fernandes. Reiteramos que o normativo em referência institui de forma clara a avaliação das escolas, abarcando as modalidades externa (assumida pela IGEC - Inspeção Geral de Educação e Ciência) e a interna (autoavaliação) sem, no entanto, estabelecer um modelo para a sua implementação. Nesta sequência, e por forma a respeitar o espírito do sistema de avaliação em causa e a articulação das duas valências (avaliação externa das escolas e interna/autoavaliação), esta equipa continuou a considerar os domínios, campos de análise e referentes estabelecidos pela IGEC, respeitando o *Quadro de Referência relativo ao Terceiro Ciclo da Avaliação Externa das Escolas* (2019) que, particularmente, veio estabelecer como primeiro domínio o que se configura como autorreflexivo concernente à *Autoavaliação*. Saliente-se que, tendo sido aprovado o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sertã, no qual se encontram priorizados campos de ação, consubstanciados em *Objetivos Estratégicos* que norteiam centralmente um *Plano de Ação*, o trabalho da equipa do OQ procurou harmonizar estes elementos com os estabelecidos pela IGEC, tomando como fio condutor da presente análise os aspetos correspondentes às fragilidades e pontos críticos apontados no relatório do ano transato e, concomitantemente, efetivando uma observação mais estreita de alguns aspetos específicos dos diferentes domínios, atento o exarado no Projeto Educativo do Agrupamento.

Assim, nesta nota introdutória, parece-nos pertinente recordar que este trabalho colhe validação nos imperativos legais que o instituem, nos normativos que desenham a moldura legal em que se inscreve a Escola atual e na visão estratégica do órgão de gestão, espelhada nos documentos estruturantes que concedem identidade própria ao Agrupamento de Escolas de Sertã e cujo desígnio fundamental corresponderá necessariamente à garantia de uma educação de qualidade (considerando a relação triangular ensino-

aprendizagem-avaliação num contexto específico). Em concreto, e repetindo o que afirmámos em relatórios passados e que voltamos a citar: *a autoavaliação de uma organização escolar sustenta-se na procura de uma adequação ética que visa a qualidade e o bem-estar da sua comunidade, respeitando a realidade em que se insere, observando os princípios da equidade e inclusão, bem como os atributos de rigor e exatidão. De facto, na recolha de informação que se pretende fiável, abrangente e conducente a conclusões válidas que permitam refletir sobre os caminhos traçados e a traçar na análise do grau de qualidade atingido pelo desempenho deste Agrupamento, a meta-avaliação colhe uma importância significativa.*

Em suma, pretende esta equipa com este trabalho proceder à ponderação sobre o grau de concretização de expectativas decorrentes do seu *desígnio amplo de garantir a construção de um percurso que visa a excelência e a superação a todos os níveis*, que por todos é assumido.

2. AUTOAVALIAÇÃO

2.1. Desenvolvimento do processo

No presente ano, à semelhança do que expressámos no relatório de 2022/2023, pretendeu-se manter como ponto de focalização da autoavaliação os processos que conduzem aos resultados desejáveis, colocando a aprendizagem e a prestação de um serviço educativo de elevada qualidade no centro da mudança positiva do desempenho da organização escolar que é o AES. Dito de outra forma, e reiterando a postura que tem norteado este trabalho desde a primeira hora, foi assumida a consciência de que só uma Escola que prioriza as aprendizagens de todos os alunos, assumindo uma postura inclusiva, abraçando os desafios que se desenham perante a complexidade da realidade e do devir da sociedade, cumprirá, por um lado, o desígnio de garantir um ensino de qualidade engajado numa matriz humanista, e, por outro lado, assumirá a sua capacidade de autoanálise e autorregulação, com vista à concretização de elevadas metas de sucesso.

Se todos estes aspetos têm vindo a ser repetidos por se configurarem incontestáveis, no paradigma atual, não menos pertinente nos parece reforçar a importância do fator humano numa organização escolar virada para o futuro e consciente da época em que se inscreve. Efetivamente, ajudar os jovens a construir um percurso passa, cada vez mais, pela agilização de *skills* não substituíveis pela Inteligência Artificial, esta também criada pelo Homem para o servir (e não para o substituir). Queremos com isto dizer que é cada vez mais importante apostar numa Escola que fomenta e abraça as características, os *inputs*, as capacidades diversas, as competências, o saber *ser* e *estar*, em detrimento do conhecimento em sentido restrito que pode ser facilmente solicitado através da agilização de um algoritmo que, com muito mais rapidez, cruzará um universo vastíssimo de informação. No entanto, a flexibilidade mobilizada perante as mais diversas situações, a sobreposição da ética ao frio conhecimento, o reconhecimento da importância da não subjugação da estética e da criatividade às operações aritméticas ou às regras linguísticas poderão constituir o patamar fundamental para que a valorização do humano se mantenha. Neste percurso todos são/seremos aprendentes e agentes.

Conseqüentemente, e tendo presente o exposto, a equipa do OQ continuou a proceder ao tratamento e análise de diferentes dados incidindo a sua observação nos quatro domínios previstos: *Autoavaliação; Resultados Académicos; Prestação do Serviço Educativo; Liderança e Gestão*, cruzando os referentes subjacentes aos objetivos do PE do AES, mantendo sempre como princípio fundamental a assunção de uma missão formativa que permita sustentar a tomada de decisões capazes de assegurar o sucesso de todos os alunos, avocando que a capacidade interna para a mudança e a autorregulação são mecanismos indissociáveis dessa finalidade.

Ao longo dos anos em que se desenvolveu este trabalho, foram colocados em evidência os pontos fortes do funcionamento do AES nos diversos domínios (subjacentes à qualidade da sua ação), bem como os campos suscetíveis de melhoria e a priorizar na construção de uma organização capaz de refletir sobre si própria, de se transformar, de agilizar o necessário para atingir a máxima eficácia na concretização do sucesso educativo, na formação dos alunos e na satisfação de todos os implicados. Para tal, a equipa recorreu a várias fontes documentais: artigos e fontes bibliográficas diversas relacionadas com a avaliação das organizações escolares (cf. referências bibliográficas registadas nos relatórios anteriores), atas, relatórios, pautas, estatísticas, resultados, documentos estruturantes do Agrupamento, em particular o Projeto Educativo, cuja informação procurámos articular com questionários realizados ao pessoal docente, ao pessoal não docente, aos alunos e seus representantes, bem como aos pais e encarregados de educação¹. Em suma, houve sempre o propósito de, respeitando a especificidade do AES, plasmada nos seus documentos estruturantes e na visão da sua comunidade educativa, e considerando os pressupostos legais que enformam o paradigma de Escola contemporânea (como o *Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória* concretizado nos Decretos-Lei nº54 e nº 55/2018, de 6 de julho), proceder à autoavaliação desta organização escolar com rigor, transparência e objetividade.

¹ Foi remetido email à Associação de Pais e Encarregados de Educação do AES, solicitando pronúncia acerca das melhorias detetadas, tendo como referência os aspetos apontados em sede de auscultação presencial, no ano transato. Não tendo sido rececionada qualquer resposta ou comentário neste âmbito, assumiu-se manter as posições assumidas por aquela estrutura, em 2022/2023.

No presente ano, e mantendo o desígnio referido supra e profundamente explanado nos relatórios relativos aos anos transatos (*Módulo IV – Autoavaliação 2020/21; Relatório do Observatório de Qualidade 2021/22, Relatório do Observatório de Qualidade 2022/23*), pretendemos tomar como referência especificamente os pontos a melhorar detetados no contexto dos diversos domínios, bem como os Objetivos Estratégicos do PE, documento que institui um Plano de Ação que avoca a esta equipa o seguinte: «O Observatório de Qualidade tem como finalidade, através do ‘Relatório de Autoavaliação’, proceder à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no Projeto Educativo, à avaliação das atividades realizadas pelo agrupamento de escolas e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.». Nesta sequência, partindo de uma análise focalizada nos aspetos referenciados, foram construídos questionários e entrevistas, dirigidos aos vários setores da comunidade educativa, com vista a um tratamento eficaz, consistente, não obstante rigoroso, válido e objetivo dos aspetos apontados como devendo ser alvo de um olhar crítico e objeto de mudança. Recorremos ao uso, sempre que possível, de formulários *online*, nomeadamente na auscultação do pessoal docente, não docente e alunos, mantendo o formato de entrevista às diversas estruturas do AES e lideranças intermédias, tal como ao Sr. Diretor, o professor José Carlos Fernandes.

Do tratamento dos resultados obtidos foram construídos gráficos que servirão para substanciar as observações apresentadas ao longo dos diversos campos que, neste relatório, nos pareceu fundamental integrar, assumindo uma abordagem comparativa com as observações registadas na autoavaliação realizada no ano transato.

Consequentemente, quisemos aferir, novamente, a coerência da metodologia utilizada com o objetivo de envolver os diversos setores da comunidade educativa, no processo de autoavaliação do AES.

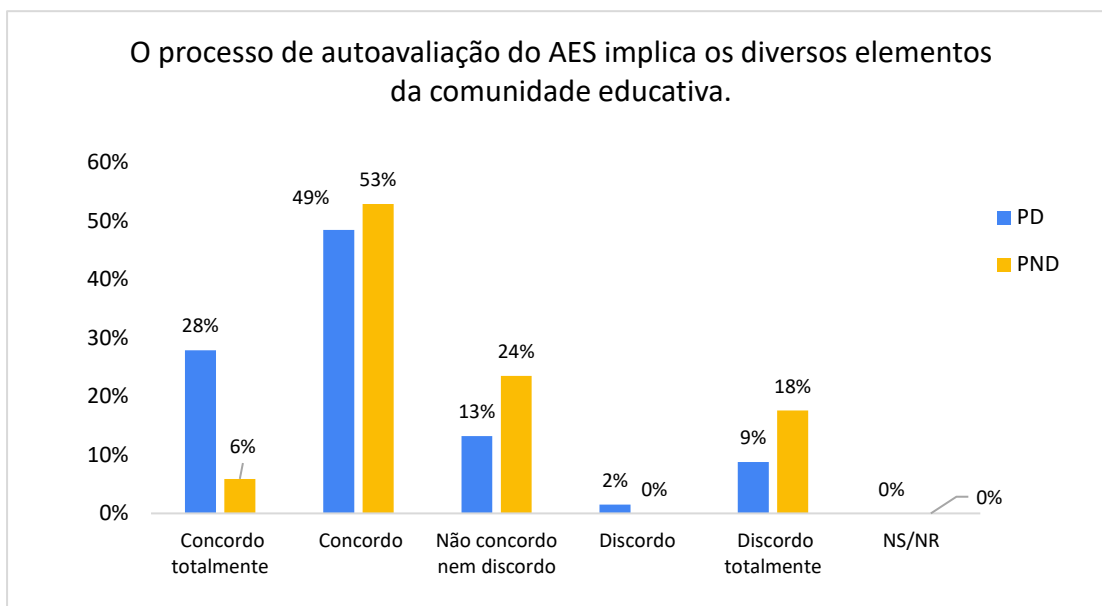


Gráfico 1-Processo de Autoavaliação do AES (2023)

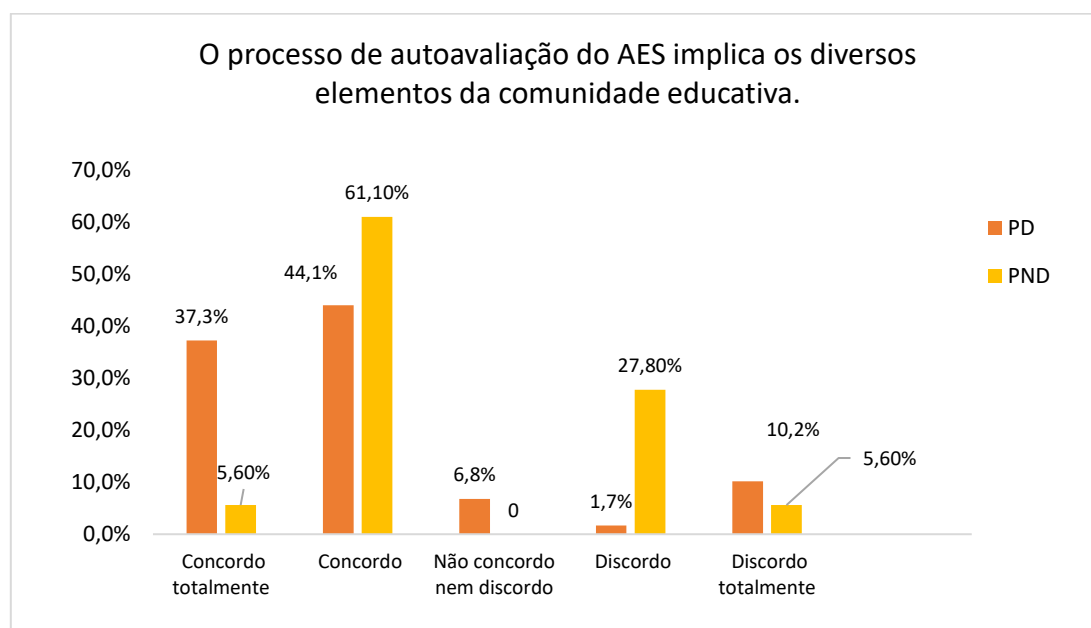


Gráfico 2-Processo de Autoavaliação do AES (2024)

De acordo com as respostas obtidas pelos inquiridos, e conforme os gráficos apresentados supra, registamos que se manteve a diminuição da discrepância, no passado bastante acentuada, entre as respostas dos dois universos (PD/PND). Com efeito, embora a manifestação de concordância com o envolvimento no processo em apreço seja mais

expressiva no universo PD, satisfaz-nos que 66,7% dos inquiridos PND manifestem concordância (considerando os dois patamares de respostas positivas) com a sua implicação no processo. Da mesma forma, a redução para 5,6% no campo relativo à discordância total (de 18% no ano transato) revela, na nossa opinião, que a persistência numa aproximação direta às pessoas no respeitante à apresentação dos resultados e na clarificação dos propósitos desta equipa começa a revelar-se eficaz. Contudo, existe claramente um caminho a percorrer neste processo de clarificação/envolvimento dos diversos profissionais do AES naquilo que é a autoavaliação da Organização a que pertencem ou em que prestam diretamente o seu serviço e da valorização que o envolvimento neste processo deverá colher. Paradoxalmente, no presente ano, tendo sido chamados a um encontro com a Coordenadora da equipa para partilha de conclusões e dilucidação de dúvidas, não houve recetividade por parte do universo PND, tendo estado presentes apenas dois profissionais. Este aspeto reitera um dos campos apontados em 2022/23 como necessitando de melhoria², e que se prende com a parca valorização do trabalho de autoavaliação desta Organização Escolar, facto reconhecido pelo sr. Diretor que refere a este propósito na entrevista realizada que «Em relação ao primeiro aspeto, concernente à autoavaliação, refira-se que continuamos a ter um problema, não conseguimos alterar o que anteriormente se verificara, embora com a definição de Plano de Ação, inscrito no PE, talvez seja possível rever a metodologia subjacente ao processo de autoavaliação do AES, num futuro próximo.», sendo expectável a revisão de uma estratégia, no âmbito da visão do líder do AES, que inclua um olhar diferente sobre a avaliação interna da Escola.

De acrescentar que as representantes da Associação de Estudantes do AES, quando questionadas sobre o seu envolvimento neste processo, revelaram que «os alunos estão bastante envolvidos naquilo que envolve tomadas de decisão sobre o agrupamento, uma vez que temos a Associação de Estudantes como meio intermediário entre os alunos e os órgãos máximos do poder e que há alunos com assento no Conselho Geral» (cf.

² No Relatório do OQ 2022/23 é referido como aspeto a melhorar o *Envolvimento efetivo da comunidade na autoavaliação do AES, nomeadamente no que se refere à existência de uma reflexão orientada acerca dos aspetos destacados no relatório do OQ e do seu impacto na melhoria desta organização escolar.*

questão 7 da *Entrevista à Presidente da Associação de Estudantes*). Saliente-se, porém, que a resposta transcrita, sendo embora um reforço da confirmação de que o processo de autoavaliação abrange e implica os diversos setores da comunidade educativa, indica que esse envolvimento se confina, no essencial, à participação em órgãos em que os diversos representantes têm assento.

2.2. Consistência e impacto do processo de autoavaliação

Como referimos no ponto anterior, a importância do processo de autoavaliação e a forma como este se constitui como um instrumento importante na construção de mudança e no garante de qualidade das Escolas é inquestionável e unanimemente aceite. Pretendemos, nesta sequência e ainda, observar o grau de consistência do mesmo e a sua adequação ao contexto, bem como o seu impacto. Caberá, neste momento, reforçar que, desde a primeira hora, o funcionamento do OQ do AES esteve alinhado com a especificidade desta organização escolar, com a visão estratégica do seu Diretor e, necessariamente, com os documentos estruturantes que refletem o carácter próprio do AES e assumem a existência da estrutura/equipa *Observatório de Qualidade*. Continuou, porém, a emergir como questão importante verificar, no presente, a posição da comunidade educativa relativamente à forma como os aspetos colocados em evidência pelos relatórios do OQ são tomados como pontos de partida para efetivas mudanças, não obstante a assunção verificada, no ponto anterior, decorrente da posição do Sr. Diretor, reconhecendo a pertinência de ser revista a forma como se rentabilizam os aspetos postos em destaque nestes relatórios de autoavaliação.

De acordo com os questionários endereçados ao pessoal docente e não docente, verifica-se, conforme o gráfico infra, que se mantém, ainda que tenha diminuído, uma discrepância relativamente às respostas colhidas nos dois universos. Com efeito, são avassaladores os 44 pontos percentuais registados no campo “Discordo” pelo PND, no que se refere ao impacto dos relatórios do OQ na melhoria da organização do AES (é de notar que existem 3% no mesmo campo, no atinente ao PD, mas 20% assinalaram, neste universo, “Discordo totalmente” o que deverá suscitar uma reflexão).

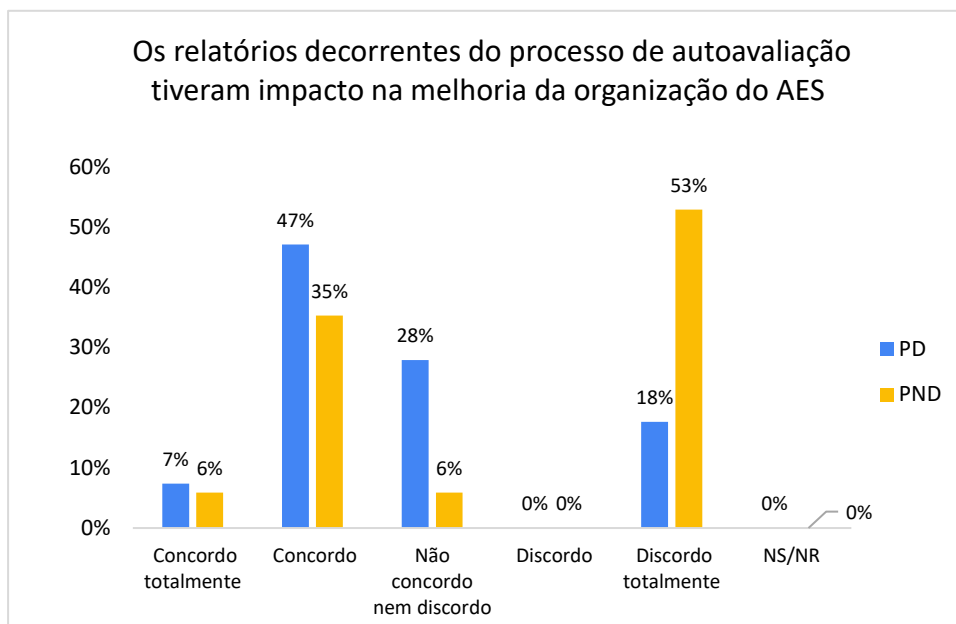


Gráfico 3-Impacto dos relatórios de autoavaliação (2023)

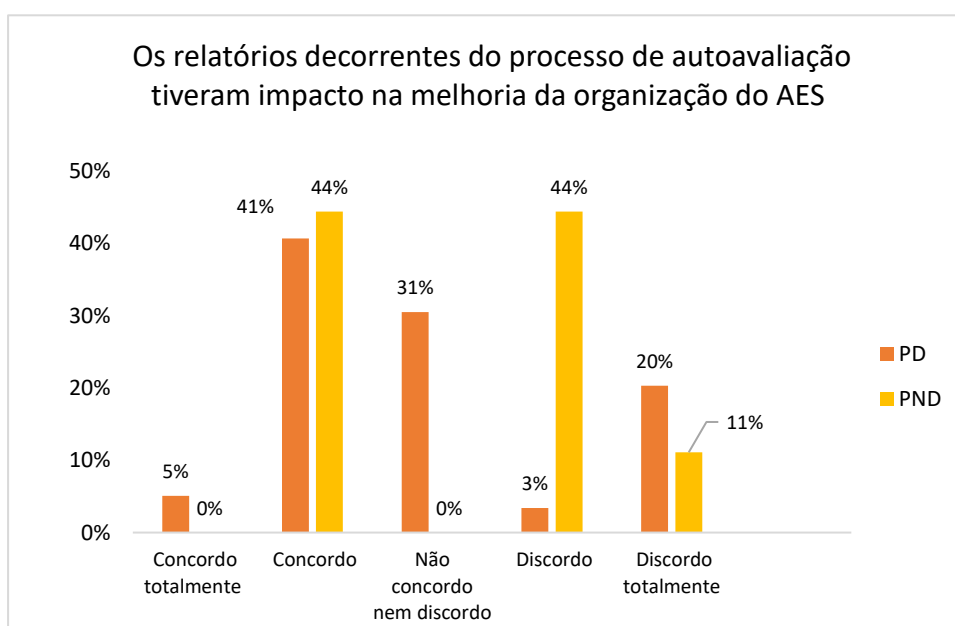


Gráfico 4-Impacto dos relatórios de autoavaliação (2024)

Confrontando os dados em análise atinente às evidências da autoavaliação na melhoria organizacional de Escola, emerge claro que estas se centram em aspetos diretamente ligados ao universo do pessoal docente e só lateralmente ao pessoal não docente facto que merece uma reflexão, não obstante a consciência de as ações deverem confluir, em primeiro lugar, para assegurar a excelência da prestação do serviço educativo que tem, obviamente, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem no seu epicentro. Neste contexto, e tendo sido auscultados os docentes relativamente às melhorias decorrentes da autoavaliação nas práticas educativas e nos resultados dos alunos, é de notar que a relação entre o trabalho desta equipa e o seu impacto não se configura clara ou eficaz para a generalidade dos inquiridos. Efetivamente, e comparando os dados obtidos com os do ano, transato, no gráfico número 5, regista-se uma diminuição da percentagem de docentes que não estabelecem uma relação entre a autoavaliação do AES e a melhoria das suas práticas e, conseqüentemente, dos resultados. De notar que a percentagem concentrada no campo do não compromisso (“Não concordo nem discordo”), embora registre um decréscimo, poderá, novamente o afirmamos, decorrer de alguma mudança no corpo docente, existindo um número de professores a quem não foi possível um acompanhamento do processo de mudança que poderá ter sido efetuado, dada a sua recente entrada nesta organização escolar. Por outro lado, a perceção geral da existência de melhorias poderá decorrer de uma tomada de consciência da existência de aspetos a melhorar e respetivas estratégias para o garantir, na sequência da análise e discussão do Projeto Educativo em vigor, cuja análise SWOT incluída não terá, obviamente, sido alheia à autoavaliação apresentada pela equipa do OQ.

Ainda neste aspeto, e atento o conteúdo específico dos documentos estruturantes do AES, pretendemos auscultar diretamente algumas estruturas, como as Bibliotecas Escolares, na pessoa da sua Coordenadora, e as lideranças intermédias (Coordenadores de Departamento). Da análise às respostas remetidas, sobressai que os Coordenadores de Departamento revelam, essencialmente, ter efetuado a análise dos relatórios de autoavaliação, atentos os aspetos a aprimorar e as sugestões de melhoria, em articulação com o determinado no Projeto Educativo, procurando, ainda que sem uma metodologia clara ou sistemática, a reflexão acerca da forma como, no contexto da sua especificidade, o respetivo Departamento ou SCAD pode dar o seu contributo para a mudança. Destaque-

se, ainda, que a Coordenadora das Bibliotecas Escolares do AES (BE) enfatiza o facto de esta estrutura procurar estabelecer a planificação das suas ações alinhada com os campos assinalados como críticos, citando como exemplo a sua participação na melhoria da comunicação externa, pela forma como procede à divulgação das atividades realizadas, bem como ao nível da realização de ações que promovem o reforço da visão estratégica, que constitui a própria identidade do AES, e por isso mobilizadoras e abrangentes no atinente ao envolvimento da comunidade educativa.

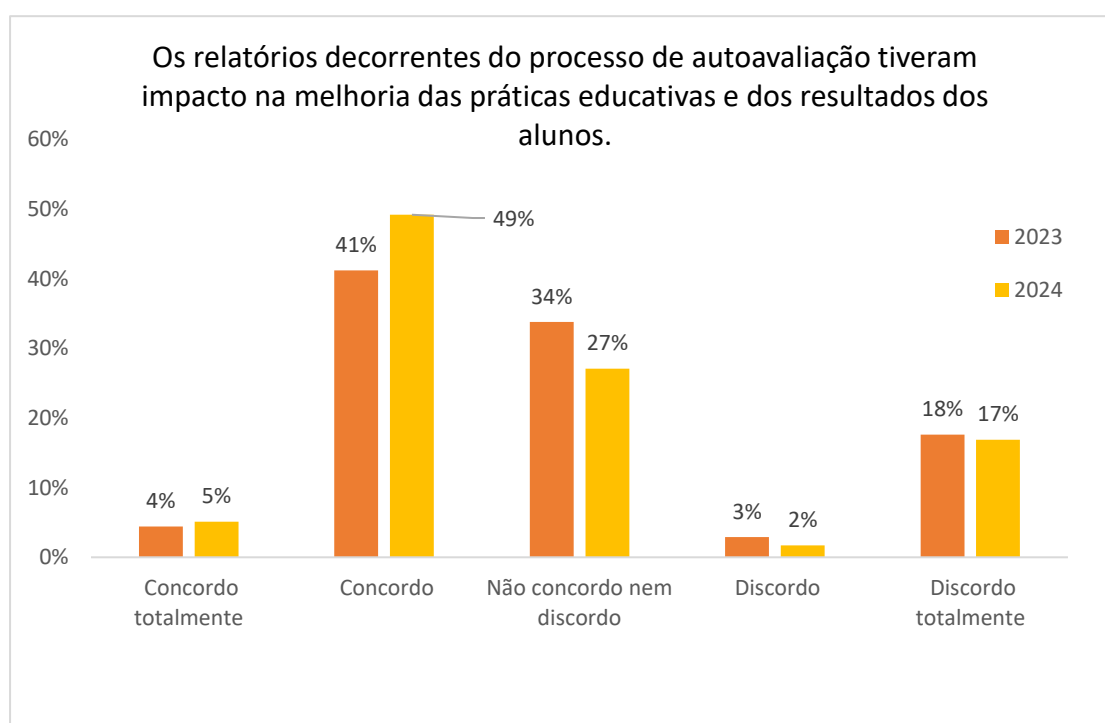


Gráfico 5-Impacto na melhoria das práticas educativas

Face ao exposto, e tal como no passado, persiste uma incidência de ações que visam a melhoria do processo de ensino, aprendizagem e avaliação. Neste âmbito a intervenção da BE, particularmente a sua sistemática candidatura a Projetos/programas da RBE/PNL, demonstra-o inequivocamente.

Ainda neste contexto, e verificando tal como no ano transato as questões atinentes ao impacto da autoavaliação na melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da educação inclusiva, há a destacar um reconhecimento de que tais contributos se verificaram de uma forma bastante mais expressiva do que no ano transato (conforme se observa no gráfico número 6, visto que, particularmente no universo do PND, os dados que se afiguravam problemáticos, no ano transato com 41% dos inquiridos a manifestar discordância, deram lugar a 28%).

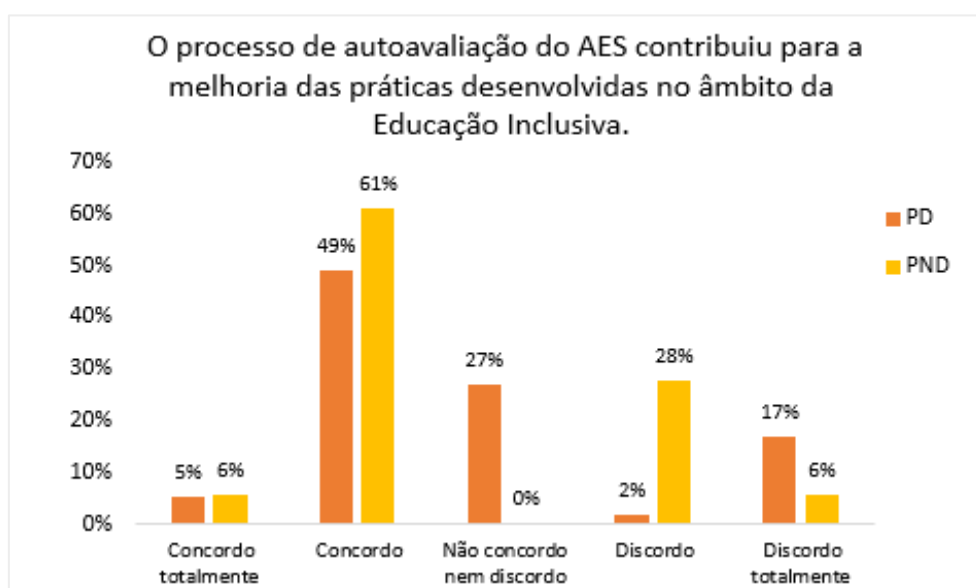


Gráfico 6-Impacto na melhoria das práticas no âmbito da educação inclusiva

No contexto em referência, no entanto, são mencionadas, pelo Diretor, ações concernentes à melhoria da educação inclusiva em articulação com o processo de autoavaliação do AES (cf. terceiro aspeto destacado na *Entrevista ao Diretor do AES*, em anexo, nos campos atinentes às questões apontadas no Relatório do OQ do ano transato), sobretudo no que respeita à afetação de recursos e ao funcionamento das estruturas de suporte, desde o ensino pré-escolar, não obstante a verificação de constrangimentos decorrentes de decisões ao nível da Coordenação do SNIPI.

Novamente, e a propósito do previsto neste ponto, foi auscultada a EMAIE (sendo, contudo, desenvolvidos os aspetos relativos ao âmbito da sua ação mais adiante, neste relatório). Assim, na opinião desta equipa multidisciplinar «Apesar de se verificar alguma melhoria, persiste ainda alguma resistência ao ‘trabalho colaborativo’ entre docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação, bem como a falta de motivação de alguns docentes para mudar práticas enraizadas.». Em suma, continua crucial destacar de forma clara e veemente, desde logo em sede de autoavaliação do AES, as questões relativas à Educação Inclusiva, cuja melhoria se prende com uma mudança de atuação e articulação naquilo que será a intervenção concertada e necessária dos vários intervenientes (em termos de ação e mobilização). No entanto, é pertinente sublinhar que neste domínio específico existem algumas evidências de evolução positiva.

Em conclusão, importa reiterar, tal como nos anos transatos, que urgirá garantir uma maior eficácia deste processo e, a montante, uma reflexão mais profunda e orientada para que a perceção dos seus efeitos e da concretização de mudanças seja relevante para a generalidade dos setores que constituem a comunidade educativa, embora a visão, espelhada de forma global no seguinte gráfico, revele uma evolução positiva, no universo do PND, em que se manifestavam problemas mais prementes no contexto da comunicação, o que reforça a convicção de que a assunção de uma postura de proximidade entre a equipa do OQ e os restantes intervenientes é fundamental.

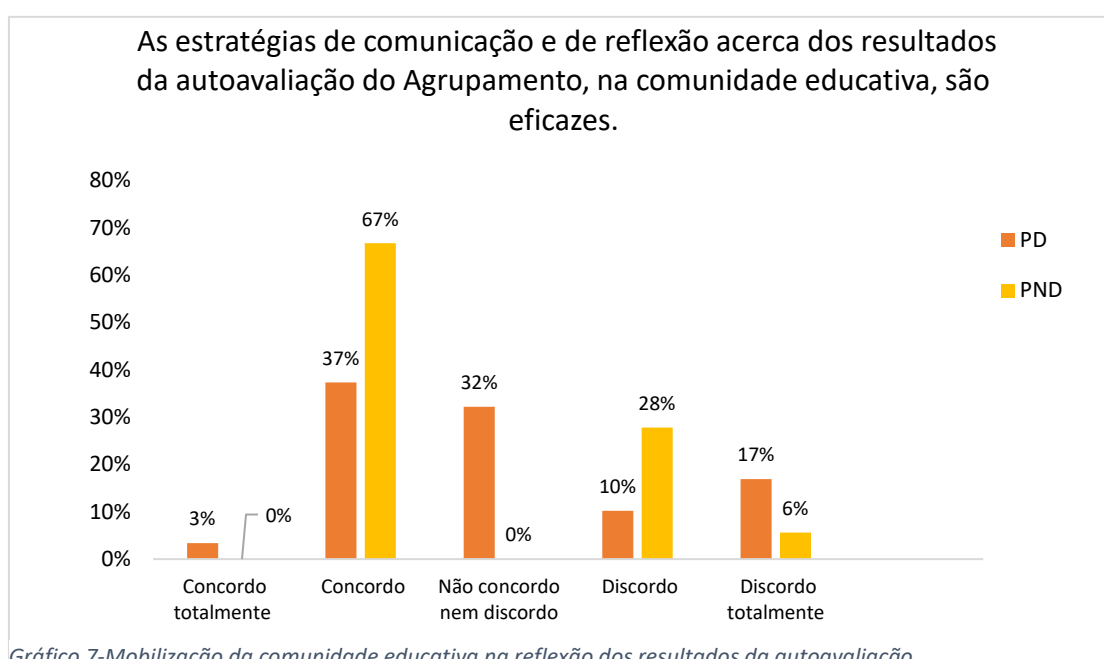


Gráfico 7-Mobilização da comunidade educativa na reflexão dos resultados da autoavaliação

3. RESULTADOS

Neste ponto, faz-se uma análise dos resultados do AES tendo por base as conclusões do relatório do ano transato e tendo em conta as entrevistas feitas, no presente ano letivo, ao Diretor, EMAEI, Coordenadores de Departamento, Coordenadora da Biblioteca Escolar, Associação de Estudantes e Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento, mas também os inquéritos aplicados ao pessoal docente e aos alunos. Foram ainda analisados dados relativos ao Centro Qualifica do AES, alunos com apoio da Ação Social Escolar e Ensino Profissional. Voltam a ser tratadas as vertentes resultados académicos e resultados sociais. Pretende-se aferir a relevância das recomendações/sugestões de anteriores relatórios desta equipa para esta organização escolar e também a consecução dos objetivos estratégicos que integram o Plano de Ação previsto no Projeto Educativo.

3.1. Resultados Académicos

3.1.1- Resultados de educação e formação de adultos

De acordo com a base de dados SIGO, com o intervalo de tempo de janeiro de 2019 até 31 de outubro de 2022, foram inscritos 49 adultos em Estado Escolar e 118 em Estado Profissional. Destes, 38 foram certificados, correspondendo a 23%. Em 2023 foram inscritos 16 e terminaram a sua certificação 6 adultos. Na área de abrangência do nosso Centro Qualifica, continua a verificar-se a necessidade de aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade dos ativos, dotando-os de competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho.

3.1.2 - Resultados para a equidade, inclusão e excelência

No AES, no ano letivo 2022/2023, dos 81 alunos inscritos no 12º ano de escolaridade, cursos científico-humanísticos, 35 usufruíram de Ação Social Escolar. Todos os alunos que concluíram o ensino secundário se candidataram ao ensino superior. A percentagem de alunos não colocados é residual (4%). O sucesso entre os alunos que usufruem de apoio continua a ser elevado. Consequentemente, pode manter-se a definição do AES como uma escola equitativa uma vez que se continua a verificar que são dadas oportunidades a todos os alunos para desenvolverem o seu potencial de aprendizagem. O

sucesso depende fundamentalmente do esforço e capacidade de cada aluno, afirmação sustentada não só pelo facto de no AES os alunos terem disponíveis vários apoios (salas de estudo, AISAS, PLNM...) mas também se verifica, pela análise dos diferentes inquéritos e entrevistas aplicados aos docentes e coordenadores das várias estruturas deste agrupamento, uma cada vez maior preocupação em diversificar as estratégias de ensino/aprendizagem, a priorização da avaliação formativa, a disponibilização pela Biblioteca Escolar de recursos documentais diversificados que podem ser usados por todos de forma a minimizar as barreiras cognitivas e sociais às aprendizagens que possam existir.

Verifica-se um cada vez maior cuidado em desenvolver atividades de carácter inter ou transdisciplinar diversificadas por forma a desenvolver as várias competências elencadas no PASEO com destaque para o desenvolvimento do espírito crítico, desenvolvimento pessoal e autonomia, a resolução de problemas, a linguagem, a comunicação. Podemos considerar que se está a caminhar no sentido de incentivar os alunos para uma aprendizagem de qualidade que não se limita aos resultados académicos, mas que lhes permita ser cidadãos participativos, democráticos e humanistas, cumprindo-se os desígnios do PASEO e um dos objetivos estratégicos do Projeto Educativo do AES.

Reconhece-se, no entanto, que, embora exista por parte da generalidade dos agentes educativos um esforço para corresponder às solicitações que são feitas no sentido de melhorar as aprendizagens e conseqüentemente os resultados dos alunos, existe ainda alguma dificuldade em conseguir estratégias de cooperação e interação que visem a realização de um fim comum.

No que respeita à educação inclusiva, todos reconhecem uma melhoria geral no que respeita à implementação de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam à diversidade dos alunos com e sem necessidade específicas, alguns inquiridos consideram que

os recursos humanos disponíveis para fazer face a esta cada vez maior diversidade continua a ser insuficiente, que ainda existem dificuldade em desenvolver trabalho colaborativo e que nem sempre existe motivação para alterar práticas pedagógicas enraizadas.

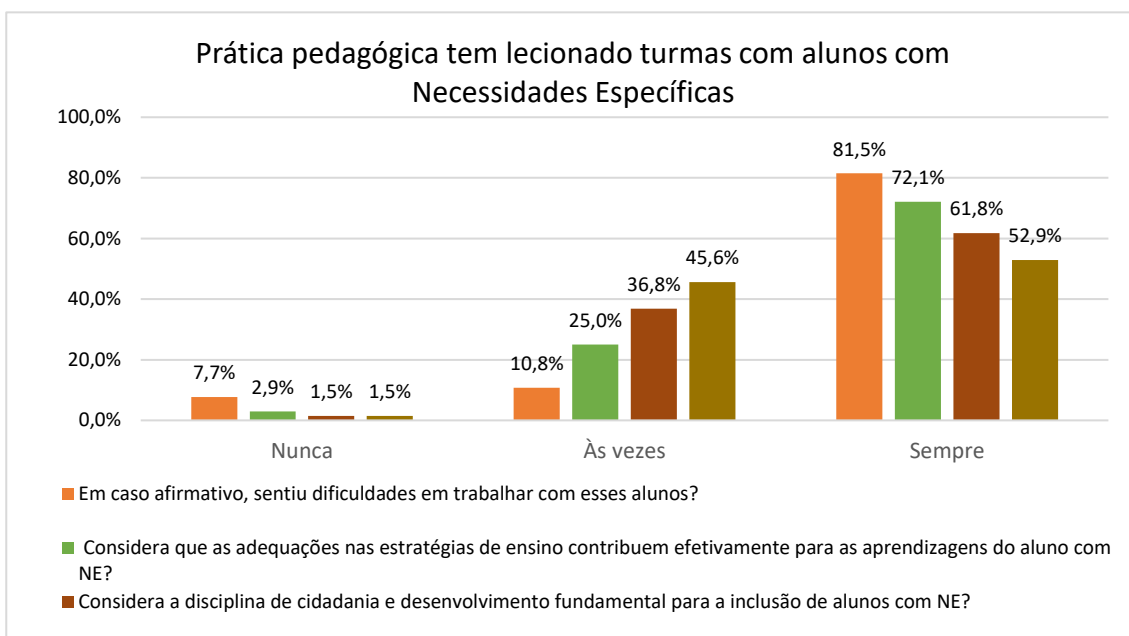


Gráfico 8-Prática pedagógica com alunos com necessidades específicas (2023).

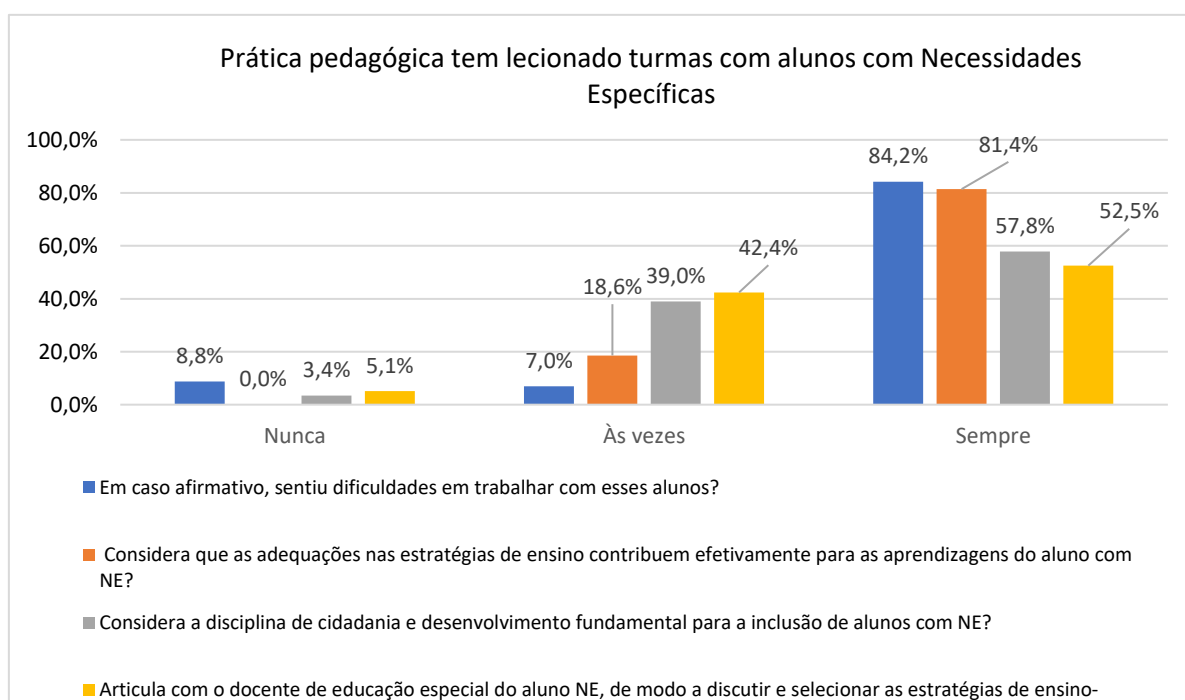


Gráfico 9- Prática pedagógica com alunos com necessidades específicas (2024)

Da análise dos gráficos 8 e 9, verifica-se que, no que respeita à prática pedagógica com alunos com necessidades específicas, não se registaram alterações significativas relativamente ao ano anterior.

No que respeita à “Excelência”, e lembrando que no dicionário a excelência é definida como “Grau superior de bondade, de perfeição”, da entrevista feita ao diretor do AES, percebe-se a preocupação com a falta de aproveitamento, por parte de um número significativo de alunos, dos muitos apoios que a escola oferece. *“... Há muitas horas de apoio sem alunos a usufruir desse tempo e isso não deveria acontecer. Aliás, estas situações deveriam ser comunicadas em tempo útil à Direção que só no final do período, observando os balanços e os respetivos registos de frequência, consegue perceber que tal está a acontecer.”*

Correspondendo também a objetivos estratégicos do projeto educativo (*Aumentar a participação dos alunos nos diferentes apoios educativos e/ou clubes; Incentivar a participação dos alunos nos apoios e/ou clubes*) esta situação deveria ser objeto de reflexão por parte dos vários intervenientes no processo educativo, docentes, discentes e encarregados de educação.

Ainda neste ponto vamos salientar que no relatório do ano letivo anterior recomendaram-se recursos e práticas de gestão que garantissem, ainda com mais eficácia, o apoio adequado e profícuo às crianças e jovens desde o pré-escolar. A este respeito o Sr. Diretor informou que houve um reforço de docentes de educação especial a dar apoio ao pré-escolar, este reforço levou a que a coordenação distrital do SNIPI considerasse que, tendo o AES tinha recursos próprios, deveriam os que habitualmente eram atribuídos ser direcionados para outras organizações.

Mantendo-se o que se verificou no ano transato, no que respeita ao trabalho cooperativo entre alunos (gráfico 9), verificamos que uma grande parte dos discentes considera que este tipo de interação é vantajosa para todos os envolvidos (os que prestam apoio e os que o recebem).

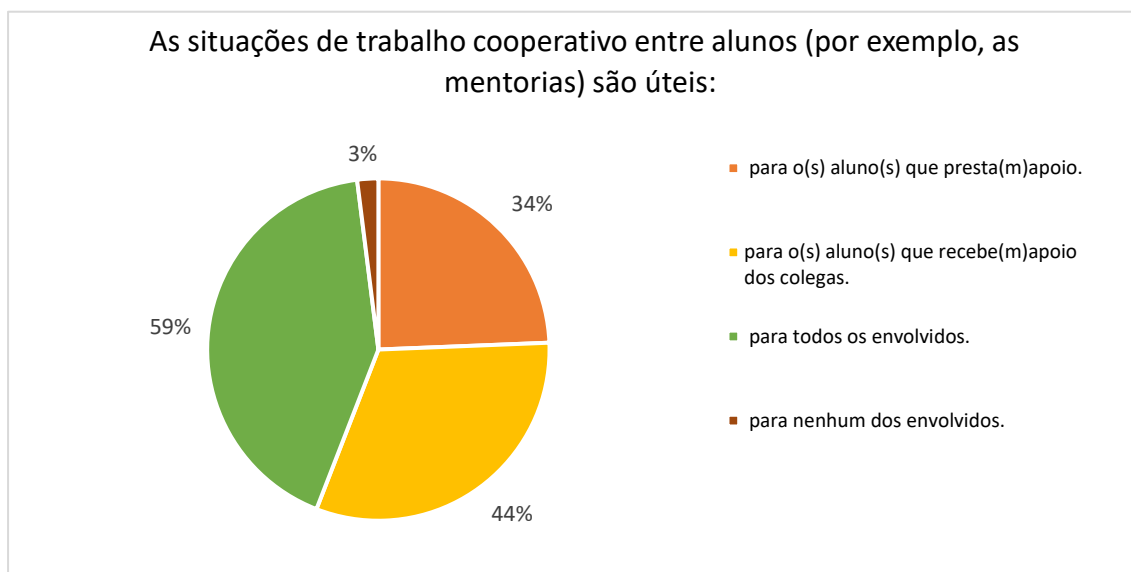


Gráfico 10- Trabalho cooperativo entre alunos

As representantes da Associação de Estudantes do AES (presidente e vice-presidente) referiram que seria vantajoso para os resultados dos alunos desenvolver aulas mais dinâmicas através de, por exemplo, debates e trabalhos de grupo.

3.2. Resultados Sociais

3.2.1- Participação na vida da escola, Solidariedade e Cidadania

Neste ponto não se verificaram alterações significativas relativamente às conclusões do ano transato pelo que as mesmas serão mantidas. Serão apenas acrescentadas a opinião das representantes da Associação de Estudantes relativamente à participação dos alunos na vida escolar, Coordenadora das bibliotecas e uma referência aos objetivos estratégicos do projeto educativo.

De acordo com vários autores, a participação ativa dos alunos na escola pode associar-se ao sucesso escolar dos mesmos. É ainda um fator que conduz a uma cidadania responsável que aqueles alunos serão capazes de agilizar noutros contextos da sua vida. Vários estudos apontam a ausência do sentimento de pertença em relação à escola como um fator que se manifesta frequentemente em indisciplina e violência. Por isso é

fundamental criar condições para os alunos sentirem a escola como sua. Os discentes devem desde cedo entender a importância das suas escolhas e consequente sentido de responsabilidade. No AES a maioria dos professores continua a reconhecer a correlação positiva que existe entre a participação dos alunos em várias atividades relacionadas com a cidadania ativa (gráficos 11). A Coordenadora das bibliotecas escolares também considera que toda a ação das BE tem como desígnio a melhoria da aprendizagem dos alunos.

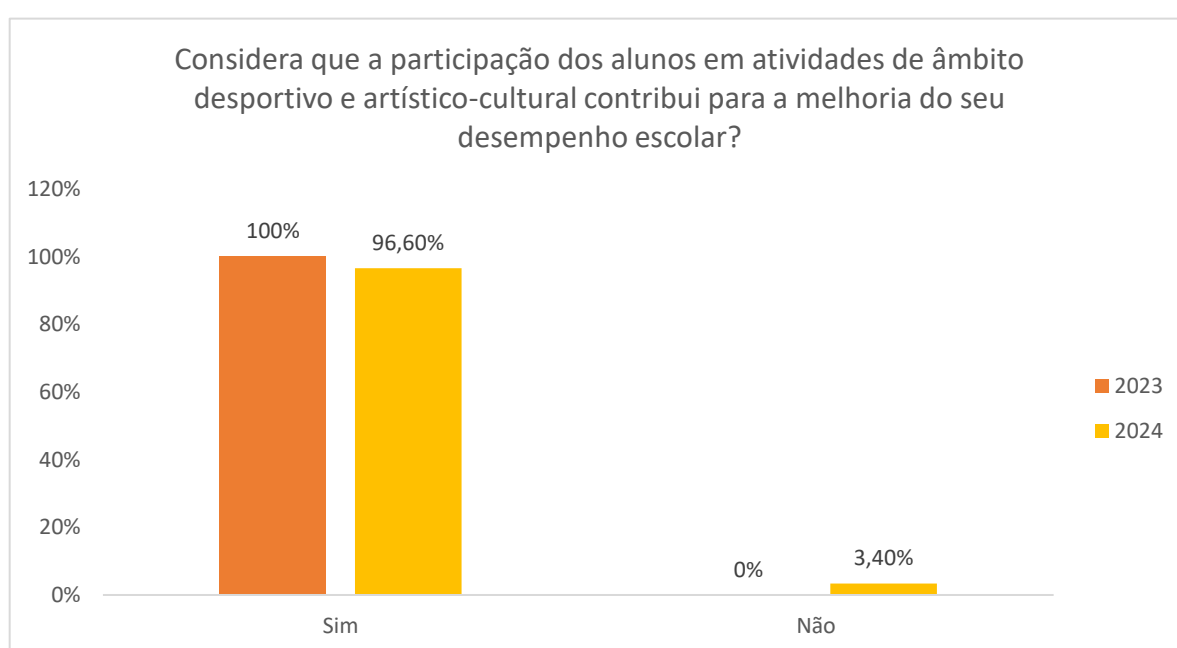


Gráfico 11- O contributo das atividades desenvolvidas no AES para a melhoria do desempenho escola (perspetiva dos docentes)

Analisando agora a participação efetiva dos alunos em diferentes atividades no AES (gráficos 12 e 13), verificamos que a maioria dos alunos considera que a escola incentiva a participação dos alunos em atividades de cidadania ativa e o desenvolvimento dessas atividades por iniciativa dos alunos. Um elevado número de discentes já participou em atividades de voluntariado promovidas pela escola, algumas integradas na Cidadania e Desenvolvimento.

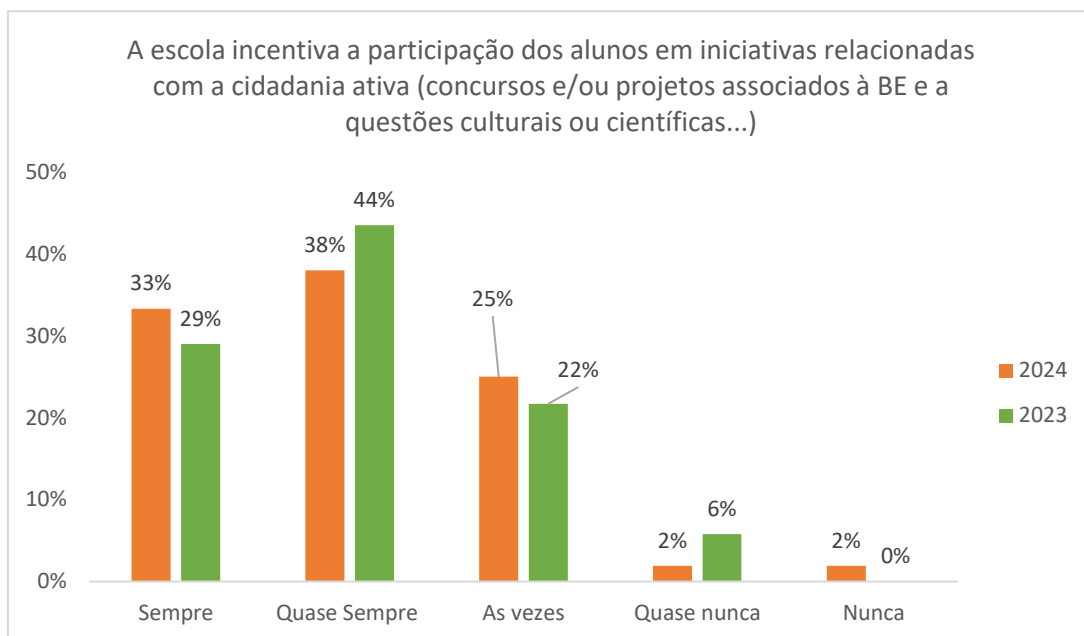


Gráfico 13- perspetiva dos alunos

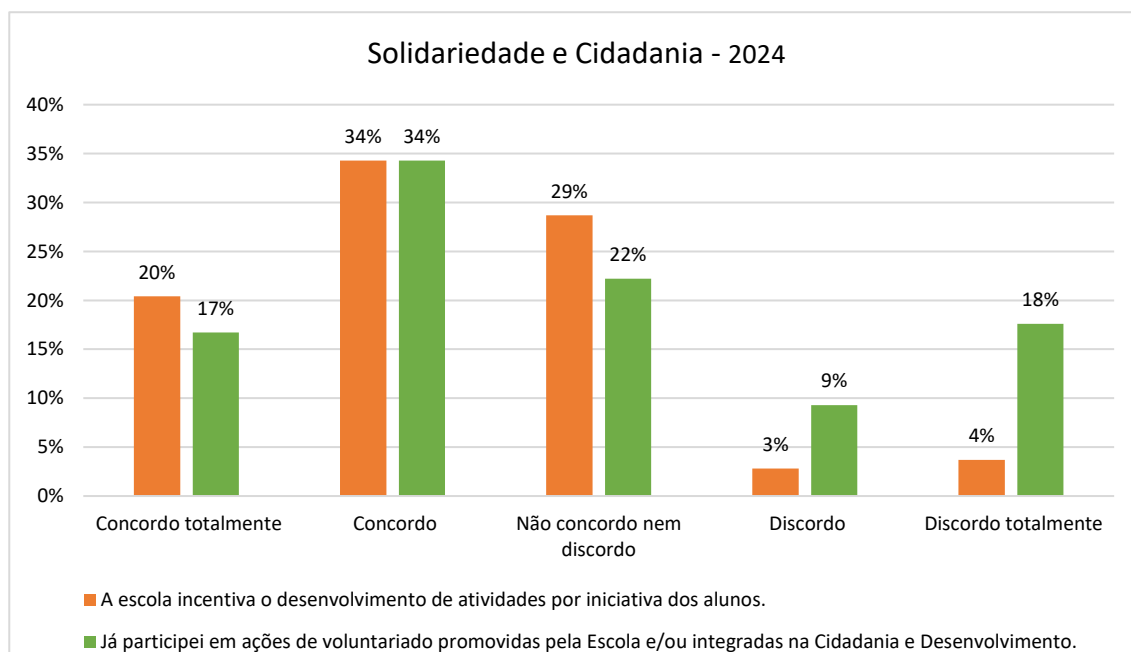


Gráfico 12- Solidariedade e Cidadania

Refletindo sobre a participação dos alunos nos diferentes clubes existentes no AES, as representantes da associação de estudantes consideram que “não são bem publicitados, o que leva a um menor número de inscrições por parte dos alunos. Para minorar a situação, os clubes deviam apostar mais na divulgação dos mesmos através das redes sociais e de atividades de promoção aos mesmos”. Sendo também objetivos estratégicos do projeto educativo *Aumentar a participação dos alunos nos diferentes apoios educativos e/ou clubes; Incentivar a participação dos alunos nos apoios e/ou clubes*, a pouca frequência dos clubes pelos alunos pode representar um problema de comunicação do AES e será objeto de reflexão no ponto 5. Caberá à escola (órgão de gestão e docentes) em conjunto com os encarregados de educação promoverem junto dos alunos as vantagens subjacentes à participação nestas atividades extracurriculares (por exemplo, clarificando a evidência de que em tais contextos desenvolvem habilidades individuais, o trabalho em equipa e a liderança, constituindo um estímulo à responsabilidade e à disciplina entre muitas outras). Será também importante ajudar os alunos a escolher os clubes e/ou atividades em que devem participar de acordo com os seus interesses, personalidade, talentos, horários, entre outros.

Da entrevista feita à Associação de Pais/Encarregados de Educação, no ano transato, registou-se que estes não se sentem incluídos na vida da escola. No presente ano letivo reconhece-se ter havido um esforço no sentido de inverter esta situação, promovendo atividades, como por exemplo o dia aberto, na semana cultural, ou o arraial de final do ano letivo. Verifica-se, assim, que foram agilizadas as estratégias recomendadas no Projeto Educativo do Agrupamento.

Ainda a este respeito, a opinião do Coordenador de Projetos e da área de Cidadania e Desenvolvimento não se alterou relativamente ao ano letivo passado pelo que se deverá continuar a desenvolver o trabalho de melhoria em curso.

3.2.2 – Impacto da escolaridade no percurso dos alunos

No que respeita aos alunos que concluíram o ensino secundário nos Cursos Científico Humanísticos, apenas podemos constatar que, nos últimos anos, uma grande percentagem (>80%) ingressou no ensino superior.

No que respeita aos alunos que frequentam os cursos profissionais (Tabela 1), verificamos que um número significativo optou, em 2021/2022, por ingressar no ensino superior, contrariamente ao verificado em 2022/23, em que não se regista qualquer inscrição nesse nível de ensino.

Em 2022/2023 todos os alunos inscritos no Curso de Técnico de Eletrotecnia ingressaram no mercado de trabalho, em área afim.

Tabela 1 - Percurso alunos (cursos profissionais)

Curso Profissional	Ensino Superior		Empregados		Desempregados	
	21/22	22/23	21/22	22/23	21/22	22/23
Técnico de Eletrotecnia/	6	-	2	4	-	-
Técnico de Multimédia³	3	-	5	-	3	-

Para concluir e como foi referido pelo Coordenador do Departamento de Matemática e Ciências Exatas, destaca-se todo o trabalho relevante desenvolvido pelos colegas que nos últimos anos dos Cursos Profissionais estão responsáveis pela delicada tarefa de integração dos alunos no mercado de trabalho ao assegurar o bom funcionamento dos estágios profissionais, com óbvias repercussões no desenvolvimento pessoal e autonomia, informação e comunicação, relacionamento interpessoal e muitas outras competências desenvolvidas pelos alunos.

³ Os dados relativos ao *Percurso dos Alunos* do Curso de Multimédia de 2022/23 solicitados não foram disponibilizados a esta equipa até à data de conclusão deste relatório.

4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCATIVO

Neste ponto, faz-se uma análise da prestação de serviço educativo no AES tendo em conta as respostas dos inquéritos aplicados ao pessoal docente (PD), aos alunos e a entrevista às representantes da Associação de Estudantes, Associação de Pais e encarregados de Educação, à EMAEI, às lideranças intermédias, à Coordenadora da BE e ao Diretor do AES. São tratadas as vertentes práticas de ensino bem como a monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens. As questões colocadas pressupõem permitir uma reflexão sobre as atuais políticas educativas que se focam na avaliação para as aprendizagens, a necessidade de adaptação das práticas letivas a uma nova realidade civilizacional e articular o processo de avaliação com os objetivos da educação inclusiva (Dec. Lei n.º 54/2018). Acresce destacar que será observado o grau de concretização dos Objetivos do PE do AES, atentas as estratégias respetivas delineadas neste documento estruturante que coloca, indubitavelmente, no centro de ação desta organização escolar uma formação integral do aluno de elevada qualidade.

4.1. Práticas de Ensino/Aprendizagem/Avaliação

A melhoria da prestação do serviço educativo passa, largamente, pelo aprimoramento progressivo das práticas de ensino. Tudo o que é feito numa organização escolar como o AES terá como objetivo fundamental garantir o desenvolvimento integral dos alunos, dando cumprimento e respeitando os princípios subjacentes ao PASEO, assim como assegurando o desenvolvimento das capacidades e competências que neste documento estão plasmadas. Neste sentido, e no respeito por um processo de ensino, aprendizagem e avaliação inscrito num paradigma de matriz humanista, alinhado com o pressuposto de colocar o aluno no centro de todas as ações, garantindo-lhe uma preparação consentânea com um mundo em constante devir, é fundamental verificar até que ponto se percebe que as práticas, fundamentalmente as escolhas ao nível das opções pedagógico-didáticas e dos recursos educativos, são agilizadas nessa conformidade. Consequentemente, questionámos o pessoal docente acerca das práticas e recursos selecionados quando as planificações são traçadas, atento o exposto. Assim, face à questão

relativa ao alinhamento da planificação das atividades com os documentos de referência, particularmente com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e as *Aprendizagens Essenciais*, verificamos que a maioria dos docentes manifesta concordância com a observação desses referenciais, salientando-se que 68% concorda totalmente com a observação desses referenciais, salientando-se que 68% concorda totalmente com a assunção dessa atitude (+ 6 pontos percentuais do que no ano transato), embora, no total, não se verifique 100% de concordância como em 2023, o que suscita alguma perplexidade.

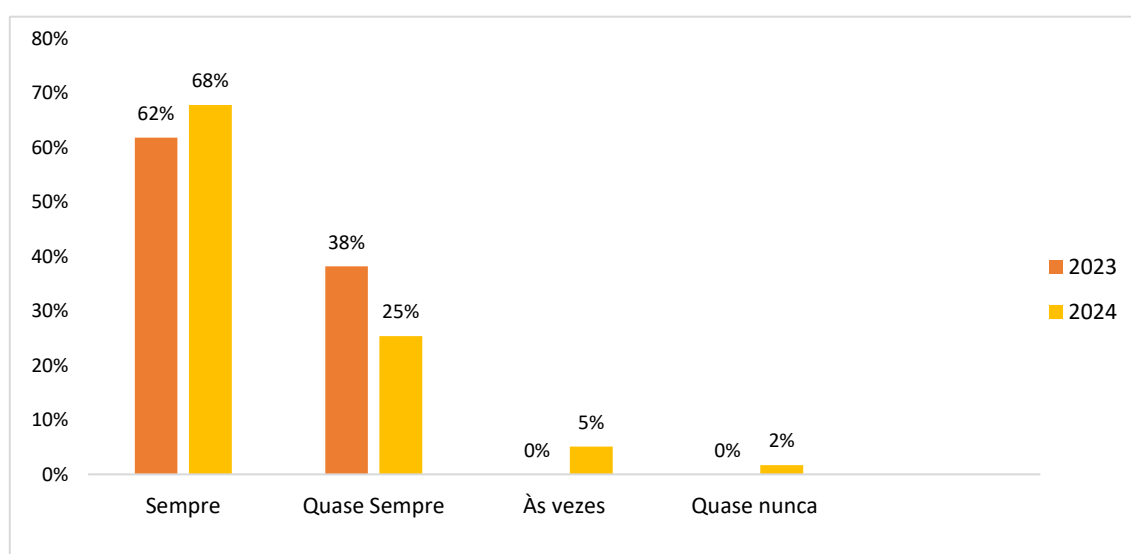


Gráfico 14- Alinhamento da planificação das atividades com os documentos de referência

A este propósito, da análise aos inquéritos abertos dirigidos aos Coordenadores de Departamento, há a salientar que todos estes referem contemplar as áreas de competência previstas no PASEO, visto que as mesmas estão alinhadas com as Aprendizagens Essenciais de cada disciplina e que são obrigatoriamente respeitadas e tomadas como referentes fundamentais na preparação e planificação do trabalho dos diversos docentes, embora a priorização não seja definida, *a priori*, pelo Departamento, sendo fundamental ter em consideração as decisões que as equipas pedagógicas, que os Conselhos de Turma configuram, tomam, em sede de elaboração dos Planos de Trabalho específicos (PTT). Acrescentam, ainda, que são várias as atividades que claramente evidenciam opções didáticas tomadas em sintonia com o PASEO, destacando aquelas que implicam a articulação de diferentes áreas, revestindo-se de um caráter inter ou transdisciplinar,

como as que são inscritas no Plano Anual de Atividades (PAA), podendo implicar parcerias com diferentes entidades e que se revestem de um caráter mais prático, permitindo uma aproximação dos discentes à realidade e ao desenvolvimento do seu espírito crítico (cf. diversas referências apresentadas pelos Coordenadores no inquérito aberto, particularmente na questão nº 3.1). Será de salientar que, no ano transato, este aspeto era apontado como um campo a suscitar melhoria pelas representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação, sendo possível considerar, neste momento, que têm sido efetuados esforços para que alguma mudança vá ocorrendo. Com efeito, é assumido por toda a comunidade (e constitui uma fragilidade apontada no PE correspondente ao objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos) um certo desinteresse e afastamento dos discentes relativamente à sua aprendizagem. A este propósito, as representantes da Associação de Estudantes referiram que, precisamente, o caminho mais adequado, na sua ótica, para contrariar este quadro, passará por «Desenvolver aulas mais dinâmicas (pelo menos, naquelas em que for possível dar mais azo a discussões sobre temas) através de, por exemplo, debates e trabalhos de grupo.». De notar que, reconhecendo mérito no serviço prestado pelos seus professores, consideram que «a qualidade no AES é boa, mas precisa de melhorias». Relativamente à consecução deste Objetivo Estratégico, o sr. Diretor referiu que a questão da melhoria das aprendizagens e o propósito de incentivar os alunos para uma aprendizagem de qualidade «está intimamente ligada à forma como se envolvem na construção da aprendizagem. Em termos de estratégias concretas previstas, o Clube de Comunicação não chegou a avançar, embora tenham existido algumas situações, não formalizadas, de discussão e debate». Emerge, conseqüentemente, que há por parte das lideranças do AES uma visão alinhada com a dos próprios discentes, embora não tenham sido agilizadas estratégias objetivas que permitam recolher evidências de uma melhoria concreta neste campo.

Ainda no âmbito da aferição da qualidade das práticas, foi objetivo desta equipa, pela sua evidente pertinência, averiguar, novamente, as questões relativas à promoção da equidade e inclusão. Neste sentido, atendendo à diversidade crescente dos alunos que frequentam o AES, não só pelas questões atinentes aos seus perfis de aprendizagem e necessidades mais ou menos prementes da mobilização de medidas de apoio à aprendizagem, mas também pelas suas origens, inquirimos o pessoal docente acerca da forma

como encara a heterogeneidade em sala de aula (atenta a diferenciação que tal diversidade implica) e cruzámos com a percepção dos alunos. É de salientar que a generalidade dos docentes inquiridos considera salvaguardar e atender a esta questão, conforme se pode observar no seguinte gráfico, existindo alguma hesitação, por parte dos alunos na percepção da diversificação de tarefas e atividades.

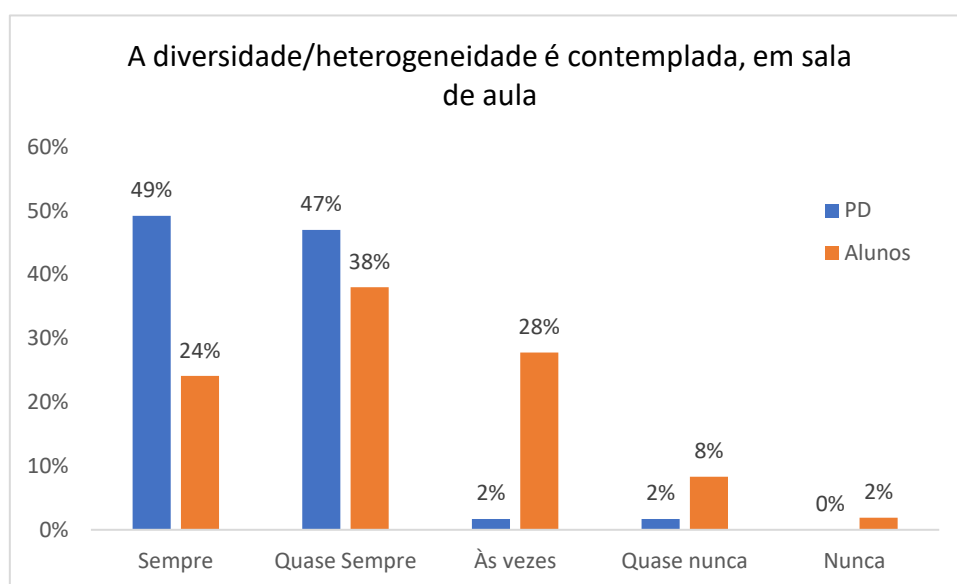


Gráfico 15- A prática letiva contempla a diversidade

De acordo com a EMAIE (cf. resposta à questão 7 da entrevista dirigida aos elementos desta Equipa Multidisciplinar), existe “um esforço evidente para pôr em prática uma verdadeira educação inclusiva - praticamente todas as semanas foram analisadas situações de alunos (quer ao nível das aprendizagens, do comportamento e da integração social) pela Equipa Multidisciplinar. Verifica-se que os professores titulares de turma e os diretores de turma estão mais atentos às ‘características’ individuais de cada aluno. Mas também verificámos que estamos todos muito preocupados em cumprir o programa da disciplina e que existem inúmeras reuniões, mas não com o propósito de organizar/planificar o currículo para desenvolver projetos e/ou atividades que mobilizem as aprendizagens essenciais de cada disciplina e as competências do Perfil do Aluno. Acreditamos que a **maioria** dos professores, neste momento, faz o melhor que sabe e tenta dar a resposta/estratégia que considera mais adequada para garantir a inclusão,

tendo presente que a escola é para todos.”. Conforme o exposto, embora esta equipa considere existir alguns sinais de melhoria, enfatiza a necessidade de aprimorar o trabalho colaborativo (cf. referimos anteriormente).

A perspetiva crucial de garantir uma Escola inclusiva é transversal à comunidade educativa, tendo sido identificada, no ano transato, como uma preocupação premente da Associação de Pais, sobretudo considerando que o AES é cada vez mais um espaço multicultural, tendo as suas representantes, na primeira questão colocada em sede da entrevista realizada, destacado que “existe um número muito significativo de alunos migrantes e a Associação de Pais tem refletido bastante sobre a integração destes alunos. Preocupamo-nos, particularmente, o problema de, à chegada, terem escalão (no âmbito dos apoios sociais escolares). Efetivamente, é necessário que a comunidade se mobilize, nomeadamente a AP deve intervir nestas situações, para minorar os desequilíbrios sociais”, no entanto, de uma forma global, estas representantes consideram que deverá ser feita uma reflexão profunda acerca da eficácia das medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, destacando que “no ensino básico, particularmente no início do terceiro ciclo, verifica-se que muitos alunos têm insucesso (negativas) a uma ou a várias disciplinas, facto que leva a que se questione as medidas de apoio que são postas em prática e/ou a sua eficácia.”(cf. questão número 1 da *Entrevista às Representantes da Associação de Pais*, em anexo).

No que concerne a preocupação com os alunos de outras nacionalidades, é bastante visível o destaque que tal questão colhe por parte das lideranças do AES, visto que no seu Projeto Educativo estão exarados os seguintes objetivos estratégicos: *Disponibilizar aos alunos PLNM tempo necessário à aprendizagem do Português e Usar o Português como língua de aprendizagem*. Da auscultação ao sr. Diretor relativamente à agilização das estratégias previstas neste âmbito, destaca-se o seguinte comentário: “Não foi possível criar um grupo-turma de PLNM, sobretudo pela dispersão por níveis de ensino/níveis etários, embora tenham sido disponibilizados diversos apoios individuais ou em pequeno grupo. No entanto, neste momento, a CIM Beira Baixa está a disponibilizar uma candidatura financeira para promoção do sucesso escolar, existindo um projeto, previsto neste contexto, que diz respeito ao apoio a dirigir aos alunos estrangeiros, o que poderá melhorar o acolhimento prestado aos jovens que vêm de outros sistemas de

ensino, com ou sem dominar a Língua Portuguesa, visto que a integração de alunos provenientes de PALOP ou do Brasil é algo com que o AES se tem confrontado muitíssimo e, embora a barreira linguística seja menor, também existe, assim como muitas outras. Este Projeto – “Integra Mais” – prevê a existência da figura de um ‘educador social’ e um terapeuta da fala, técnicos ou profissionais que poderão ser muito pertinentes no processo de melhoria a este nível, no acolhimento dos alunos estrangeiros, permitindo a criação de uma equipa específica para tal. Consequentemente, pensamos que este poderá ser um aspeto importante para elevar a qualidade global da prestação de serviço e assegurar, no AES, melhores resultados sociais e académicos.». Assim, no que concerne ao acolhimento prestado aos alunos estrangeiros, nomeadamente implicando ações de integração e de minoração de barreiras no contexto da Língua Materna em que se exprimem, parece-nos curial afirmar que o exposto pelo Sr. Diretor configura uma melhoria em processo de desenvolvimento, atenta a expectativa criada pelo Projeto supramencionado. É de referir, ainda, que os Coordenadores de Departamento têm dado relevância a esta questão (aumento de alunos provenientes de outros países), considerando-a como um dos aspetos que engrossam as dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multinível que se pretende eficaz. Inclusivamente, lê-se numa das entrevistas aos Coordenadores que tem sido solicitada a «criação de um ano 0 para os alunos cuja língua materna é o Português não europeu e um grupo mais alargado onde se rececionem os alunos de PLNM”.

De uma forma global, relativamente à agilização das medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, cujo relatório de eficácia (produzido pela EMAIE) segue em anexo ao documento que ora se elabora, é de notar que segundo esta equipa multidisciplinar “as medidas de apoio personalizado são as mais eficazes, nomeadamente os AISA e os AIFSA, embora estes últimos não resultem em plenitude em todas as áreas disciplinares pela escassez de recursos humanos que se vão verificando.” (cf. resposta à questão 3 da Entrevista aos elementos da EMAIE, que segue em anexo), facto que é visto de forma similar pelas estruturas intermédias, sendo referido por um(a) Coordenador(a) que «A medida de AISA permite em parte desenvolver um acompanhamento maior aos alunos com maiores dificuldades». Tal como no passado relatório, e a propósito do desígnio de constituir o AES como uma Escola Inclusiva, aspeto claramente assumido no Projeto

Educativo desta organização escolar, convirá reiterar que o impacto de implementação que, neste contexto, se regista ao nível da estratégia do AES no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento é extremamente positivo (não só na agilização das práticas inclusivas como, concomitantemente, na concretização de tarefas, atividades e projetos – como o “Nós Propomos” – que claramente coloca o trabalho realizado em linha com o preconizado no PASEO). De facto, a integração curricular de atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas, para além de pertinente na formação global das crianças e jovens, emerge com particular relevância no que concerne à inclusão de discentes que beneficiam de medidas de apoio seletivas e/ou adicionais. A este propósito, os elementos da EMAEI referiram que “A integração das crianças e jovens com medidas de apoio seletivas e/ou adicionais se avalia positivamente sempre que os docentes os envolvem ativamente nas atividades. Esta integração contribui, significativamente, para a autoestima, segurança e sentimento de pertença à turma e conseqüentemente à escola. Consideramos, no entanto, que há ainda um trabalho sistemático de consciencialização e de responsabilização a fazer com o corpo docente para que a efetiva integração dos alunos com medidas adicionais se concretize.».

Afigura-se que o acompanhamento dos discentes, assegurando uma prática educativa de excelência, dirigida a todos os alunos, valorizando a sua especificidade, implica, antes de mais, a valorização da relação de proximidade que caracteriza a essência da própria relação pedagógica. Neste sentido, a concretização de uma avaliação para as aprendizagens, isto é, a valorização da vertente formativa da avaliação pedagógica, porque criterial e não normativa, emerge como crucial numa prática inclusiva de elevada qualidade. Neste sentido, foram inquiridos os docentes e os alunos acerca das modalidades de avaliação agilizadas (cf. gráfico 16).

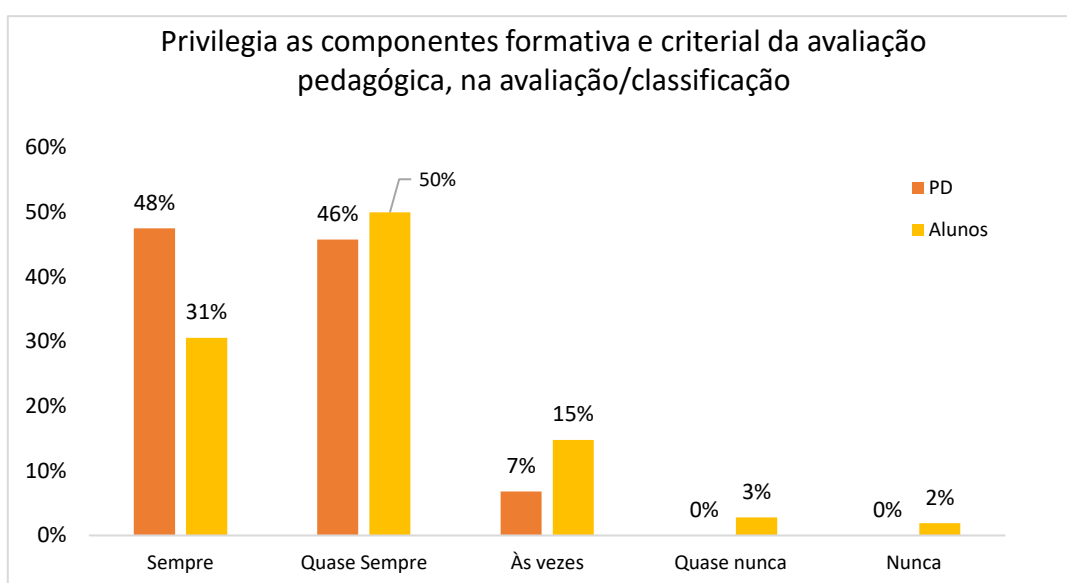


Gráfico 16- Privilegia as componentes formativa e criterial da avaliação pedagógica, na avaliação/classificação

É de notar a aproximação dos universos inquiridos na manifestação de concordância com a existência de práticas que privilegiam a avaliação formativa e criterial (apenas 5% dos alunos inquiridos manifestam objetivamente discordância). Quisemos aprofundar esta questão, tendo auscultado acerca da implementação de mecanismos de *feedback*, conteúdo essencial da avaliação formativa. Relativamente a este aspeto particular, emerge alguma hesitação na resposta dos alunos, como se pode observar no seguinte gráfico:

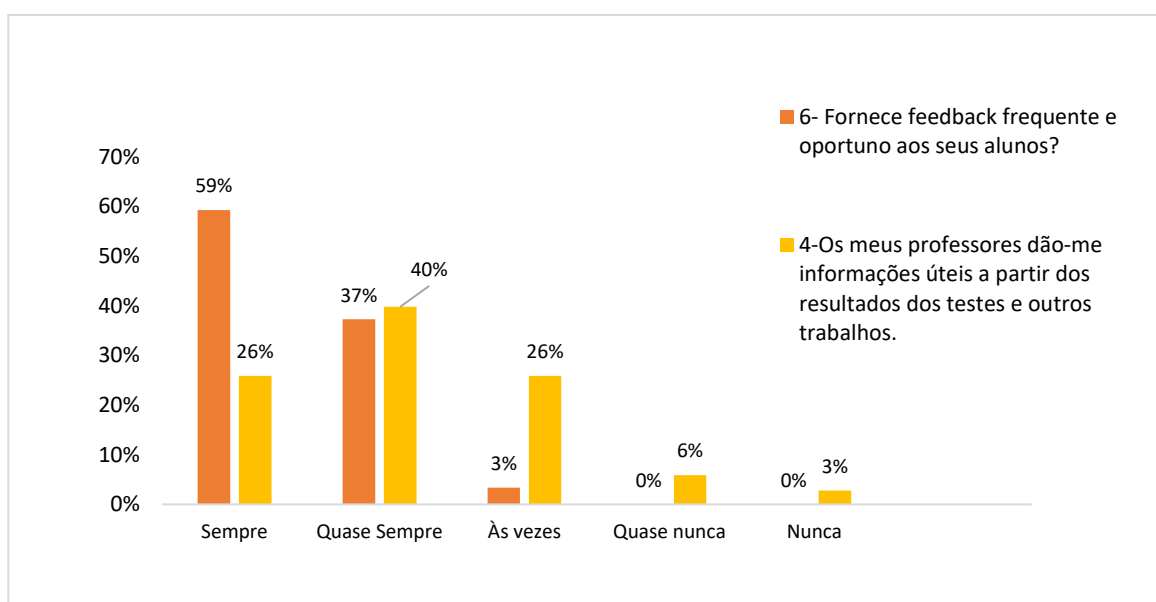


Gráfico 17- Feedback frequente e oportuno

Embora a concordância com a existência de mecanismos de feedback seja assinalada por professores e alunos, a existência de 26% de respostas dos discentes no campo de não compromisso (“Não concordo nem discordo”) poderá significar que a comunicação das informações relativamente aos seus desempenhos não será completamente clara e esclarecedora, facto que deverá constituir motivo de reflexão pelos docentes. No entanto, será de destacar que há uma melhoria relativamente ao verificado no ano transato em que este campo era assinalado por 35% dos discentes. Tendo sido auscultados os Coordenadores de Departamento relativamente às práticas de avaliação/classificação, todos consideram estar a ser feito um trabalho alinhado com a política de avaliação/classificação descrita no Projeto Educativo, destacando a existência de grelhas classificativas comuns, atinentes a domínios, referindo que «há um esforço sistemático para que a componente formativa seja cada vez mais o centro do processo», sendo referido que nas reuniões quinzenais é desenvolvido «trabalho colaborativo no sentido de se implementar a vertente formativa da avaliação. Estruturam-se momentos de classificação e elaboram-se rubricas, critérios de correção e auto e heteroavaliação.». A este propó-

sito o sr. Diretor refere, em sede de balanço do(s) objetivo(s) estratégico(s) do PE atinente a *Melhorar as aprendizagens*, e à correspondente estratégia (*Adoção da avaliação formativa como modelo padrão e consolidar práticas de monitorização, avaliação e autorregulação*) que « havendo ainda um caminho a percorrer, já há uma diferença significativa na forma como os vários docentes percecionam a relação entre aprendizagem, ensino, avaliação, embora não esteja ainda alcançado, de forma uniforme, o patamar que desejamos. Digamos que estamos a construir o caminho de forma positiva, ainda que pouco célere e com algumas irregularidades (entre departamentos, grupos e dentro dos próprios grupos, persistem entendimentos/procedimentos diferentes).»

Concernente, ainda, às questões atinentes à avaliação, as representantes da Associação de Pais referiram que “no que concerne à avaliação, há pais/encarregados de educação que não sabem que existem estas opções diferentes do tradicional (por exemplo, implicando o uso dos telemóveis), ficando um pouco confusos com a falta de uniformização de procedimentos. Deveria existir algo semelhante aos protocolos que se verificam noutras áreas (como na saúde) e uma clarificação desses procedimentos aos encarregados de educação, não obstante seja, obviamente, reconhecida a pertinência de serem criadas oportunidades de aprendizagem/atividades que permitam o desenvolvimento de competências e capacidades como as que implicam pesquisa e que, conseqüentemente, favorecem a construção e valorização da autonomia. Aliás, isso é, evidentemente, muito mais importante na formação dos alunos do que a preocupação constante com a classificação. (...) Por exemplo, poder-se-iam efetuar mais visitas de estudo (as propostas pela CIM, particularmente) e reforçar contextos que possam valorizar o ‘aprender’, a construção do conhecimento, em detrimento do ‘classificar’ que passa, frequentemente, pelo reforço da falha, do que não se sabe, do ‘negativo’.” (cf. resposta à questão número 2 da *Entrevista às representantes da Associação de Pais do AES*, em anexo). Das observações destas representantes e da perspectiva do sr. Diretor emerge que será necessário prosseguir no incremento de uma prática centrada nos alunos, nomeadamente reforçar a articulação entre ensino, aprendizagem e avaliação, bem como o envolvimento dos discentes no incremento de uma atitude reflexiva e crítica sobre o próprio percurso.

Nesta sequência, procurámos aferir, em particular, se existe uma prática consistente da autoavaliação, mecanismo fundamental neste processo. Assim, questionámos os professores acerca da periodicidade com que solicitam a autoavaliação aos seus alunos e parecem-nos bastante significativos os resultados obtidos, plasmados no gráfico infra.

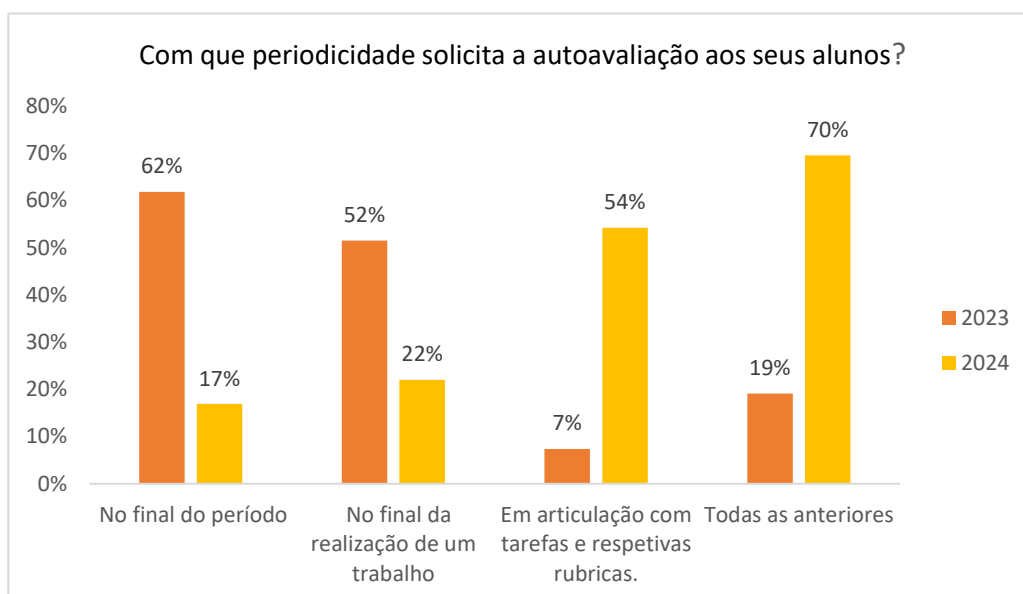


Gráfico 18- Periodicidade da autoavaliação

O gráfico comparativo coloca, claramente, em evidência a mudança que está em decurso relativamente à assunção da autoavaliação como uma prática constante e fundamental no processo de ensino, aprendizagem e avaliação e conseqüentemente como fator fundamental para garantir que o desígnio de implicar o aluno na construção do seu percurso seja plenamente concretizado.

Relativamente à visão global dos alunos acerca do trabalho de proximidade estabelecida pelos seus professores, indicador da qualidade do serviço prestado, continua manifesta e globalmente positiva, como se pode concluir do gráfico infra:

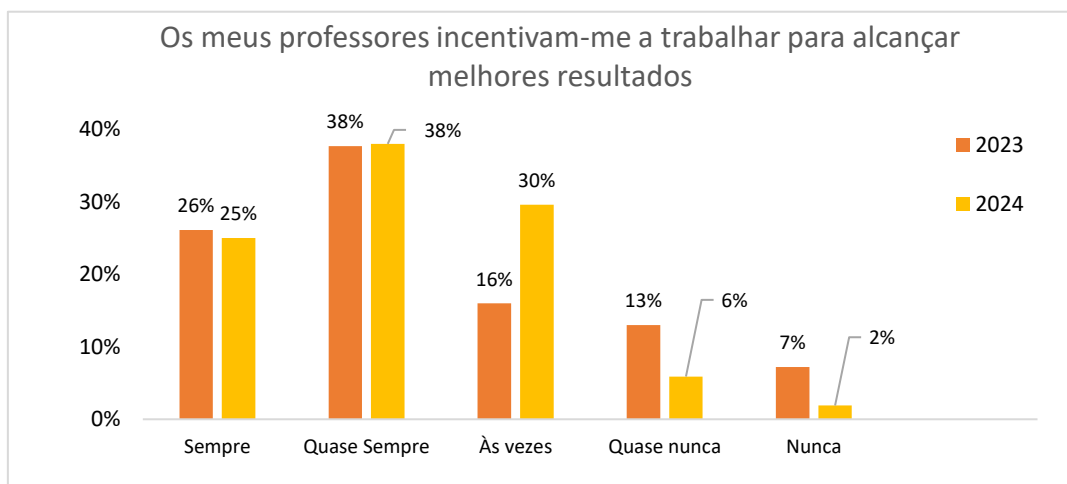


Gráfico 19- Prática docente vista pelos discentes

Da observação direta da vida do AES, e partindo dos aspetos tratados no subponto anterior, é evidente que a planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva é essencial para que o a prestação de serviço mantenha o foco nos princípios fundamentais que norteiam a ação desta organização escolar. Existem documentos normalizados e comuns aos diversos grupos e níveis de ensino para planificar a longo e a médio prazo as atividades letivas. Tais planificações são construídas em grupo, no início do ano letivo, por forma a que a base do trabalho a realizar com as diferentes turmas parta de aspetos comuns (atentos os documentos orientadores e estruturantes, gerais e específicos das diversas disciplinas e níveis de escolaridade), sendo, ao longo do ano, ajustadas às especificidades das turmas em consonância com as suas particularidades e as tomadas de decisão das diferentes equipas pedagógicas/Conselhos de Turma (aspetos espelhados nos Planos de trabalho de Turma e, conseqüentemente, no Plano Anual de Atividades). O trabalho colaborativo é, assim, fundamental no processo de ensino, aprendizagem e avaliação sendo uma prática comum ao nível dos Departamentos/grupos disciplinares (orientada e supervisionado pelos respetivos Coordenadores ou Subcoordenadores de Departamento que, nas suas reuniões, vão conduzindo a reflexão sobre as atividades agilizadas, a agilizar e o cumprimento de planificações), pelos Diretores de Turma ao nível dos Conselhos de Turma/Equipas Pedagógicas, e de todo o trabalho com outras

estruturas e projetos fundamentais, como os que se articulam com a Cidadania e Desenvolvimento, com a Educação Sexual nas Escolas, com o Plano Cultural de Agrupamento e com as Bibliotecas Escolares, cujas atividades se configuram num feixe de ligações com Projetos de alcance local e nacional, diretamente concernentes ao desígnio de melhorar a aprendizagem (como por exemplo, as atividades atinentes à ação global “Escola a ler”, prevista no *Plano Escola+23/24*). Podemos afirmar ser esta a perspetiva assumida, no essencial, pelos Coordenadores do Departamento que a equipa do OQ auscultou, bem como da Coordenadora da BE. Porém, não obstante o reconhecimento da importância do trabalho colaborativo, acicatado pela decisão do órgão de gestão com a colocação de tempos previstos nos horários dos docentes para reuniões, a efetivação de uma articulação curricular é um aspeto que suscita reflexão.

Saliente-se que estão inscritos, no PE, como objetivos estratégicos, os desígnios de *Aumentar o nível de articulação curricular e colaboração pedagógica* e *Reforçar a partilha de material, planificações e estratégias entre docentes de diferentes níveis*. Nesta sequência, auscultado o sr. Diretor sobre estas questões, foi registado o seguinte parecer: «Neste aspeto há muito trabalho a fazer, nomeadamente no respeitante à articulação curricular, estando embora previstos os tempos de horário para reuniões/trabalho de equipas pedagógicas. Contudo, estas horas deverão ser rentabilizadas de outra forma, no sentido de assegurar a consecução destes objetivos estratégicos, facto que implicará, necessariamente, um trabalho concertado neste sentido ao nível dos departamentos e do funcionamento dos conselhos de turma como coesas equipas pedagógicas. Neste momento, ainda não há evidências de que a este nível se tenha atingido um patamar ao nível do desejável.». Da mesma forma, os próprios Coordenadores de Departamento assumem alguma dificuldade na articulação, considerando as vertentes horizontal e vertical. Reconhecem existir claramente essa articulação em sede de atividades de PAA, Projeto Cultural, Cidadania e Desenvolvimento e outras, mas nem por isso, entre ciclos, é concretizada de forma absoluta.

A visão sobre este aspeto é assumida pela generalidade do pessoal docente do AES (conforme os dados registados no gráfico nº 20). De facto, a discrepância verificada nos dois

aspectos em apreço (existência de trabalho colaborativo *versus* momentos formais de reflexão) confirma tratar-se de um campo em melhoria que urge analisar e rever.

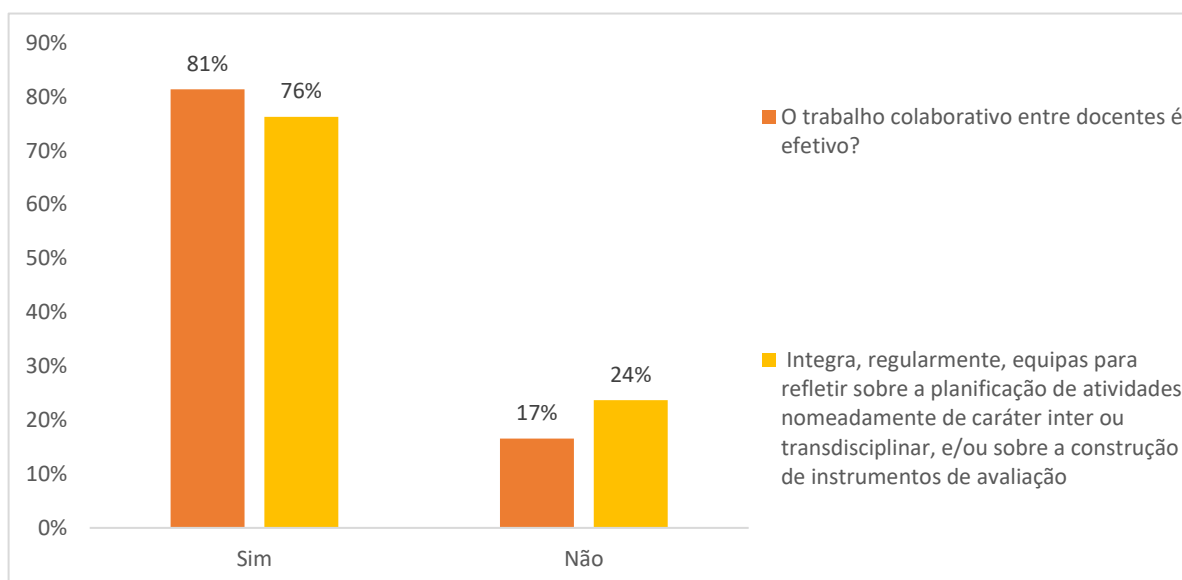


Gráfico 20- Trabalho colaborativo

Ainda, neste campo, há a salientar um aspeto pertinente destacado pela Coordenadora da BE e que se prende com a articulação desta estrutura com as atividades e projetos preparados em sede de Departamento, SCAD ou Conselhos de Turma. A propósito dos contributos da BE na valorização das aprendizagens, a Coordenadora refere a preocupação desta estrutura na planificação de oportunidades de aprendizagem, em articulação com as diversas áreas curriculares, nomeadamente no que concerne às literacias da informação e dos media «em que os nossos alunos revelam uma proficiência muito aquém do desejável.». No entanto, tais propostas de articulação não colheram a receptividade esperada, sendo desejável uma mudança neste âmbito que «só poderá ocorrer se os docentes de diferentes áreas curriculares, incluindo Cidadania e Desenvolvimento, e mesmo as lideranças intermédias, reconhecerem que esta poderá ser uma estratégia relevante para melhorar as aprendizagens».

5. LIDERANÇA E GESTÃO

5.1. Visão estratégica

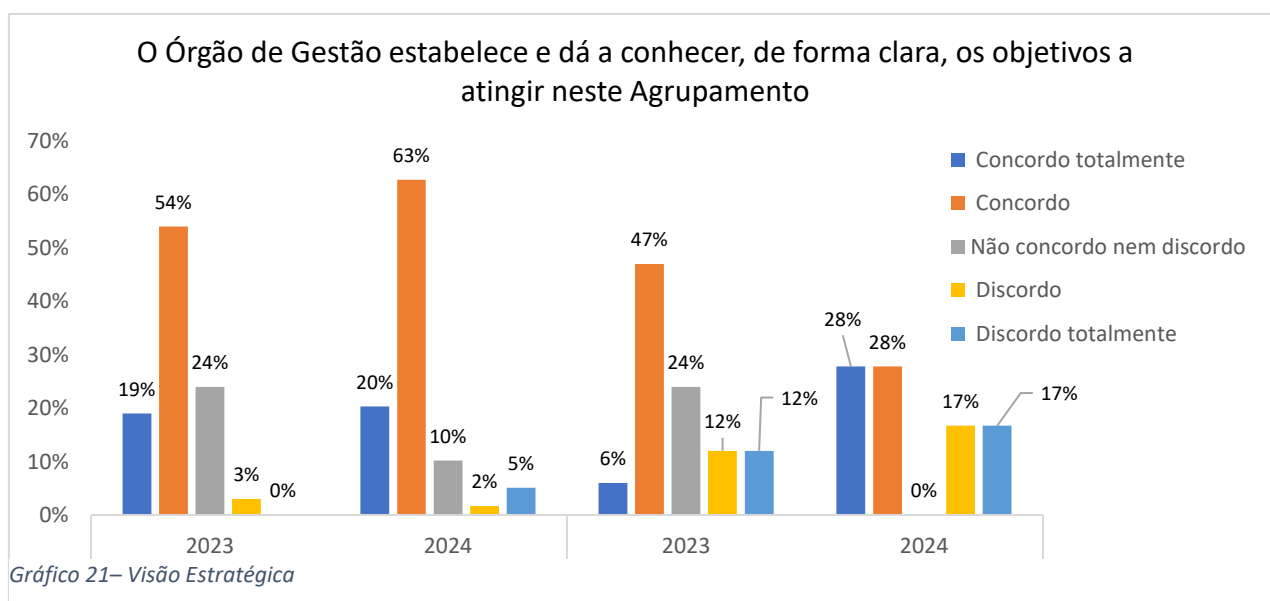
Uma visão estratégica e uma liderança efetiva são aspetos essenciais para o sucesso de qualquer organização escolar. Deste modo, os diretores, de acordo com a legislação em vigor, são os responsáveis por determinar a orientação estratégica dos Agrupamentos ou das Escolas Não Agrupadas, através dos seus projetos de Intervenção, garantindo que os objetivos definidos sejam implementados, monitorizados e avaliados. Para isso, terão de saber capitalizar não só os recursos humanos, criando um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, mas também os recursos materiais a fim de ser assegurada a funcionalidade dos equipamentos, a inovação e a criatividade com vista à consecução do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

De acordo com o Projeto Educativo do AES, verifica-se a intenção, assumida pelo Sr. Diretor, de que, nos diferentes estabelecimentos de ensino que constituem esta organização escolar, se reconheça, em todos momentos e contextos, a valorização do conhecimento, do trabalho, do espírito colaborativo e do mérito. A equipa do OQ tem explicitado, recursivamente, a missão do Diretor de fazer do Agrupamento de Escolas de Sertã uma escola de referência, assim como a sua visão estratégica para a alcançar.

O Projeto Educativo, agora em vigor, pressupõe a avaliação da consecução de objetivos fundamentais e ancorados na visão estratégica do seu líder, que deverão ser alvo de uma avaliação intermédia, anual, no Conselho Pedagógico e nos Conselhos de Departamento, e de uma avaliação no final da sua vigência. Foi instituído no documento estruturante em referência que a avaliação do Projeto Educativo e os respetivos relatórios globais, em cada ano letivo, sobre os resultados escolares alcançados e sobre o cumprimento do Plano de Ação, compete a esta equipa. Ora, procurámos, então, verificar se a visão, em geral, da comunidade educativa espelha e percebe a existência de um caminho a seguir, assertivo e clarificado, rumo à excelência de acordo com a visão de quem lidera. Na análise dos dados, tivemos em consideração a comparação com os do ano

transato, visto que, apesar do líder ser, em termos pessoais, o mesmo, existia uma perspetiva de mudança e a necessidade de aprimoramento em alguns campos (cf. *Relatório do Observatório de Qualidade 2022/23*).

Nesta sequência, e de acordo com os gráficos infra, atenta a dimensão do AES e a diversidade dos agentes educativos, pode concluir-se que prevalece um estilo de liderança participativa e orientada para a concretização dos objetivos propostos, tal como anteriormente. A oscilação nas respostas, relativamente à forma como são dados a conhecer os objetivos estabelecidos pelo líder para a organização escolar AES, é residual, quando comparada, atentos os dois universos de inquiridos, com os dados relativos ao ano transato. O aspeto mais preocupante apontado no relatório do OQ anterior prendia-se com a perceção relativa à partilha de competências e responsabilidades. Com efeito, no ano 2022/23, aproximadamente metade (48%) do pessoal não docente não manifestava uma concordância efetiva com a existência de partilha de competências e responsabilidades pelo órgão de gestão, aspeto crucial na agilização de um modelo de liderança que se pretende robusto no contexto do paradigma de Escola contemporâneo. No presente, neste universo, verifica-se uma melhoria global desta perspetiva, visto que são agora 34% dos inquiridos aqueles que mantêm uma resposta de não concordância efetiva. Considerando, no entanto, a percentagem significativa em causa, este ponto deverá continuar a ser alvo de reflexão por parte do Diretor e da sua equipa.



5.2. Mobilização da comunidade educativa

Relativamente ao contexto em apreço, e no âmbito do exercício de uma liderança ativa, a responsabilidade do órgão de gestão recai na promoção de um clima organizacional facilitador da satisfação do pessoal docente e não docente. Desta forma, o reconhecimento pelo trabalho bem feito, a agilização de mecanismos de *feedback* eficazes por parte do líder em relação aos liderados, podendo configurar mecanismos que aumentam a motivação extrínseca (numa lógica de recompensa, por exemplo, através de uma avaliação de desempenho) poderão ainda estimular e incrementar os níveis de motivação intrínseca, fundamentais para um efetivo comprometimento com a Escola e com a vontade de contribuir para a sua excelência.

Nesta sequência, verificamos que perante a afirmação “A Direção procura motivar os professores para a importância de trabalharem para um fim comum”, a generalidade dos inquiridos no universo PD concorda (cerca de 65%, não obstante existir um assinalável decréscimo, de 15%, em relação ao ano transato), sendo de salientar que a concordância, que se manifestava total para 28%, no ano transato, se situa, neste momento, nos 12%. Mantém-se, no entanto, uma discrepância significativa quando analisamos, comparativamente, as respostas do PND. Neste universo, a assinalável percentagem situada na zona de discordância (61%, total para 18%) relativamente à perceção da importância concedida aos seus contributos na gestão do AES, indicia um problema ao nível da capacidade de mobilização destes profissionais não docentes, facto que deverá ser alvo de reflexão pelo órgão de gestão.

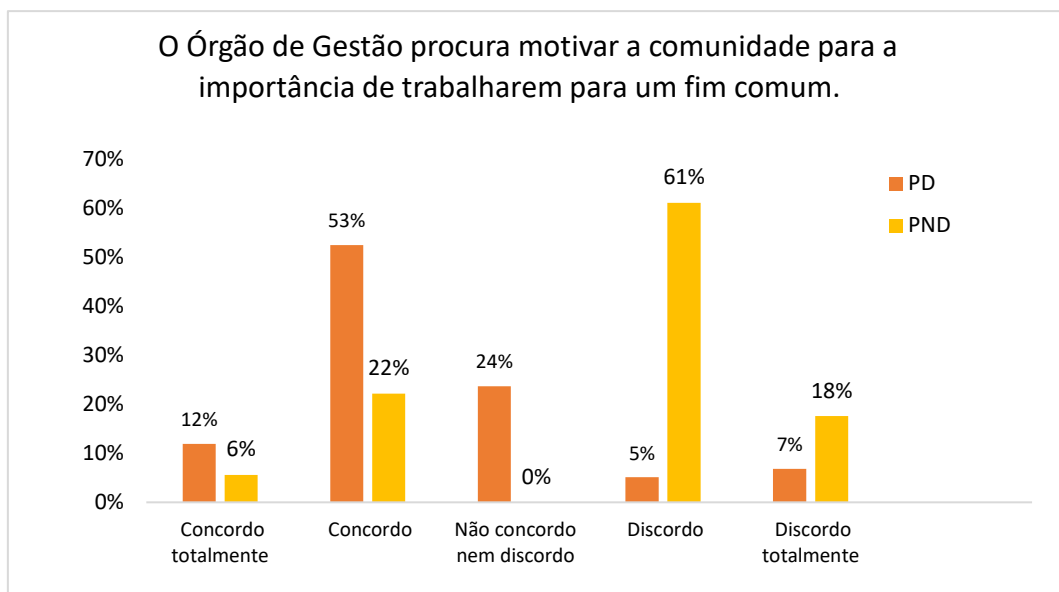


Gráfico 22– Mobilização da comunidade educativa

Recorde-se que o desígnio de construir e assegurar o funcionamento de uma organização escolar eficaz, adequada ao meio e capaz de atingir um patamar de excelência, não poderá equacionar-se sem considerar claramente o desenvolvimento das competências dos vários profissionais envolvidos, através de diversas iniciativas, tanto ao nível interno (na própria organização escolar) como integrados em processos de formação contínua. Consequentemente, a qualidade do pessoal docente e não docente é um indicador da qualidade do sistema.

De acordo com o determinado no PE do AES, em que a questão em apreço foi assumida como uma fragilidade, verifica-se a existência de objetivos estratégicos direcionados para a melhoria deste contexto. Nesta sequência, auscultámos o Sr. Diretor relativamente ao grau de consecução desses objetivos (*Capacitar o pessoal não docente em formação para melhorar a eficácia da sua atuação em contexto escolar e Promover ações de formação nas diferentes áreas de atuação com impacto evidente no contexto escolar*), cuja resposta demonstra ser um aspeto que está no centro das preocupações do Líder do AES: « No presente ano letivo, não se realizou nenhuma ação de formação dirigida ao PND, mas foi dirigida uma solicitação nesse sentido ao Centro de Formação Alto Tejo, tendo sido envolvida a autarquia no sentido de a agilizar. Esta solicitação tem como objetivo salvaguardar a qualidade da

prestação de serviço no concernente ao acompanhamento de alunos com necessidades específicas que precisam de uma atenção/atuação diferentes, por isso as ações de formação pedidas tiveram em conta este contexto de exigência muito particular.

Em síntese, não tendo sido concretizada na plenitude, a estratégia prevista neste campo foi agilizadada, priorizando a formação do PND no âmbito do trabalho com alunos portadores de necessidades específicas.».

Sendo certo que a gestão adequada de recursos humanos deve espelhar a valorização das pessoas e as suas necessidades, conforme o exposto, as opções na seleção e valorização dos profissionais, que ocupam papéis respeitantes a níveis de liderança intermédia, configuram um aspeto importante no conjunto de indicadores a atender no contexto das ações que possam garantir uma mobilização efetiva da comunidade. De facto, sendo o Diretor o timoneiro de um complexo processo de motivação e transformação dos liderados a partir de compromissos, com o objetivo de garantir níveis de confiança dentro do grupo, a sua eficácia decorrerá, em larga medida, da sua exemplaridade, da partilha de valores e, concomitantemente, da capacidade de estabelecer e delegar responsabilidades. Relativamente à perceção da forma como é efetuada a partilha de responsabilidades, indicador da mobilização e envolvimento dos diversos intervenientes nas tomadas de decisão e na vida do AES, do gráfico infra emergem alguns aspetos significativos:

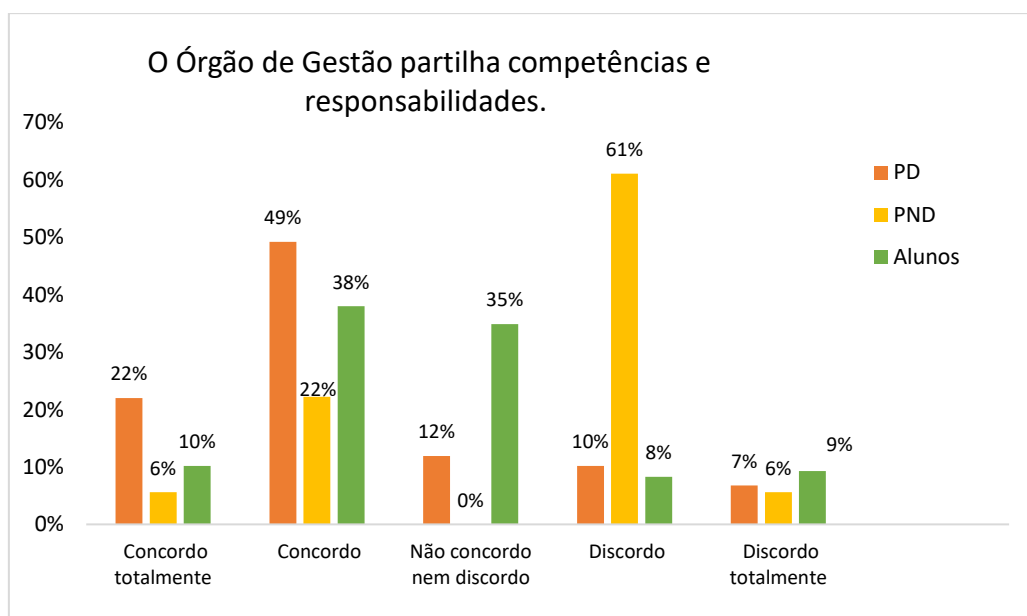


Gráfico 23– Partilha de Competências e responsabilidades

Perante os dados, verifica-se claramente que o desconforto perante a assunção do seu envolvimento e pertinência de participação na vida do AES diz respeito ao Pessoal não docente. Nos outros universos em comparação, as respostas estão em sintonia com os inquéritos abertos endereçados às lideranças intermédias e à Presidente da Associação de Estudantes, visto todos terem manifestado o desenvolvimento e integração de ações em linha com PE (Coordenadores de Departamento), intervindo de forma ativa na vida do AES (Presidente da Associação de estudantes).

Ainda no que se refere à mobilização da comunidade educativa afigura-se fulcral a verificação do grau de envolvimento dos pais e encarregados de educação que, para além dos próprios alunos, são recetores e protagonistas das iniciativas desta Organização, nos vários eixos de ação em que se manifesta.

Neste contexto, reitera-se que as estratégias previstas para garantir um maior envolvimento dos pais e encarregados de educação (cf. Projeto Educativo do AES), nomeadamente a *Organização de um momento festivo com a comunidade escolar e Promoção do Dia Aberto do AES à comunidade escolar na semana cultural*, foram plenamente agilizadas.

Para terminar as questões mais diretamente atinentes à liderança e gestão, no concerne à agilização dos recursos necessário para garantir uma prestação de serviço ao nível da excelência, foram observadas as fragilidades consideradas no Projeto Educativo a este nível. Assim, em termos da insuficiência de recursos humanos no respeitante à manutenção/reparação do material informático, foi referido pelo Sr. Diretor que «existem recursos que vão cobrindo, no essencial, as necessidades, recorrendo-se, necessariamente, a empresas externas para situações mais complexas como a observação do funcionamento do servidor. Saliente-se que a elevada quantidade de material informático distribuído, nomeadamente aos alunos, traz consigo associados outros problemas, como os de manutenção, por exemplo, particularmente difíceis de gerir, embora seja uma situação transversal a todas as escolas.».

Ainda, e em linha com a mobilização do pessoal docente e as opções de gestão no garante da satisfação dos profissionais, dado o desígnio previsto no Projeto Educativo de *Minimizar as deslocações dos docentes entre escolas e Melhorar as condições de trabalho*, foi afirmado pelo Sr. Diretor que «Tem sido feito um esforço significativo para gerir

os horários, por forma a evitar deslocações, mas, novamente, para garantir um dia sem componente letiva, o melhor que se consegue é assegurar a prestação de serviço em diferentes estabelecimentos por turno (de manhã numa escola e à tarde noutra). Contudo, tratando-se de horários relativos a docentes de disciplinas que impliquem uma significativa quantidade de turmas, é mesmo muito difícil evitar as deslocações entre edifícios. No fundo, dentro do concretizável, tem-se procurado estabelecer um equilíbrio na gestão dos horários, fazendo opções e tomando decisões com o desígnio de assegurar a satisfação dos profissionais, procurando o que for mais mobilizador de uma prestação de serviço de qualidade, visto serem questões indissociáveis.».

5.3. Ambiente escolar

É no seio familiar que se constroem os alicerces de educação dos jovens. São os pais os principais educadores de valores em que acreditam e que querem igualmente passar aos seus filhos. Contudo, por inerência da interação e da convivência social, os familiares, os amigos e a escola também assumem um papel importante. Quando educamos para o respeito e tolerância, para a gratidão e amizade, entre tantas outras situações, a escola assume um papel relevante que se amplificará no processo da construção de futuros cidadãos interventivos e preparados para o mundo atual. É no contexto social que os valores se manifestam, se põem à prova, se aplicam e se reforçam. Neste sentido, garantir a existência de um ambiente escolar adequado e saudável terá de ser uma prioridade inultrapassável na gestão e desenvolvimento de mudança numa organização escolar. Consequentemente, colocámos algumas questões aos alunos do AES, no sentido de aferir a sua visão e grau de satisfação relativamente à forma como é vivida a escola.

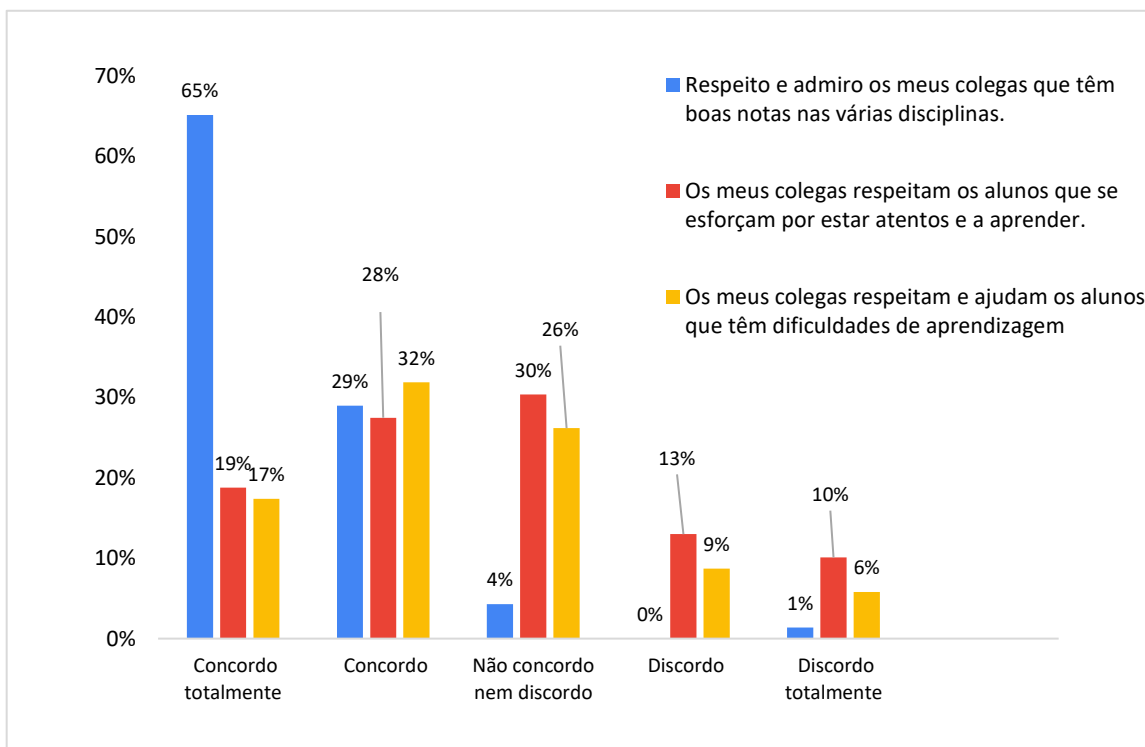


Gráfico 24- Visão dos alunos sobre o ambiente escolar (2023)

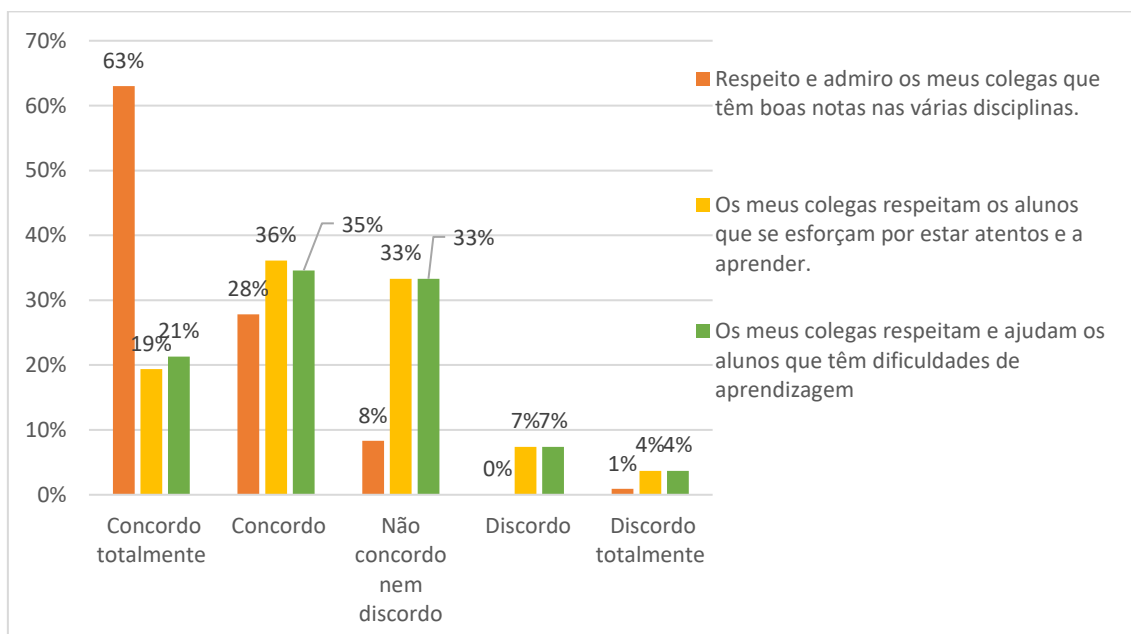


Gráfico 25- Visão dos alunos sobre o ambiente escolar (2024)

Pela análise aos dados do gráfico, emerge que a maioria dos alunos (91%) diz respeitar e admirar os colegas que têm boas notas nas várias disciplinas; no entanto, quando se questiona a atitude dos colegas sobre o respeito pelos outros relativamente ao esforço e estar atentos para aprender e sobre o respeito e ajuda pelos colegas que têm mais dificuldades, entre 55% e 56% respeita e ajuda, mas uma percentagem significativa (33%) não assume opinião. Verifica-se, assim, que a maioria dos alunos assume a relação eu - respeito - colegas (o seu “eu” nas relações com os outros), mas não tem opinião sobre o tipo de relações que os outros estabelecem entre si.

Comparativamente ao ano letivo anterior, verifica-se um ligeiro declínio na percentagem relativamente ao respeito e admiração pelos colegas que têm boas notas nas várias disciplinas (-3%), mas existe um valor percentual superior (positivo) de alunos que dizem observar que os colegas são respeitados pelo esforço por estarem atentos e aprenderem (+ 8%) e de alunos que dizem reconhecer que os colegas ajudam os colegas que têm dificuldades de aprendizagem como uma prática recorrente (+7%).

Perante estes resultados, no que concerne aos valores do respeito e da entreajuda entre os alunos, parece-nos necessário continuar a refletir sobre estratégias que desenvolvam e garantam um mais elevado espírito de entreajuda e de respeito entre os discentes, nomeadamente na valorização das relações observadas pelos próprios alunos na relação entre pares.

Ainda neste contexto, por inequívoca importância na qualidade do funcionamento do AES e na sua adequação atenta às necessidades e à sensibilidade daqueles que serve, questionámos os alunos acerca da forma como avaliam a sua escola em termos de cumprimento de normas (cf. gráfico infra), fator incontornável para garantir a segurança do ambiente escolar.

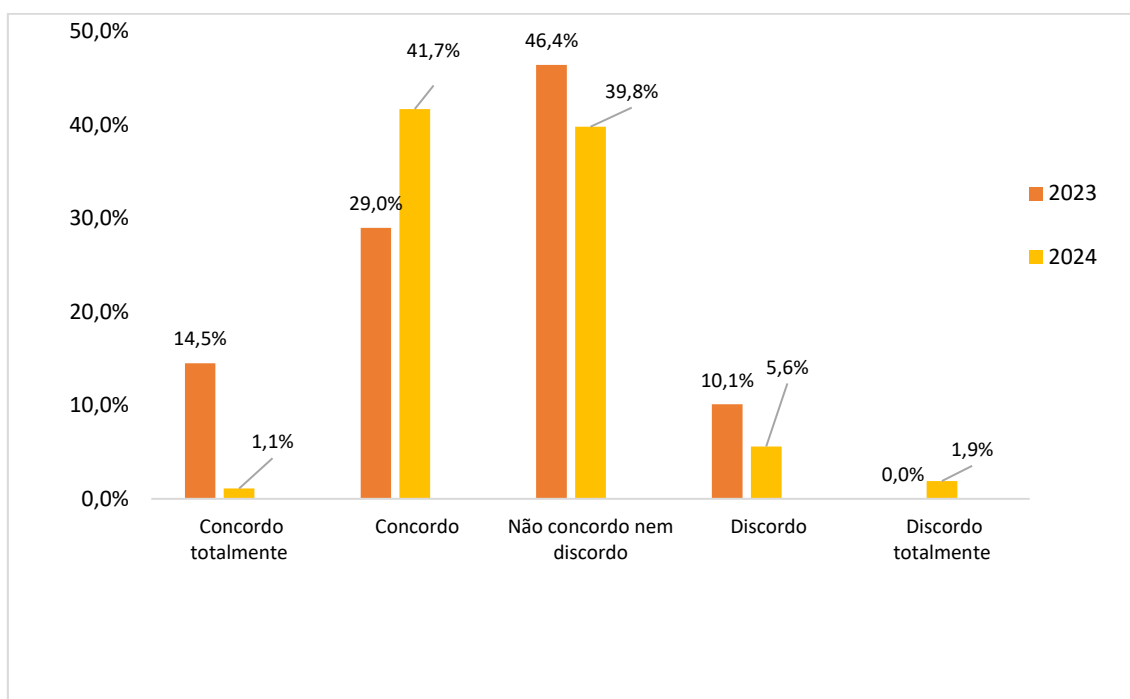


Gráfico 26- Cumprimento de normas

Da análise dos dados, verifica-se que 42,8% dos inquiridos assume uma atitude e comportamento positivo relativo ao cumprimento de normas e regras, mas uma percentagem significativa (39,8%) evidencia neutralidade em relação ao tema apresentado. Essa percentagem pode ser interpretada de várias maneiras: falta de opinião definida (não ter uma opinião clara sobre o assunto, o que demonstra indecisão); complexidade da questão (a pergunta pode abordar um tema complexo ou ambíguo, levando os participantes a não conseguirem concordar nem discordar claramente); variação individual (cada pessoa tem as suas próprias experiências, valores e perspetivas, o que pode influenciar a forma como respondem às perguntas: a neutralidade pode refletir essa diversidade de opiniões e experiências). Assim, após uma reflexão sobre a questão, considera-se complexo o tema, ambíguo, na sequência de múltiplos fatores. Pelo que os valores positivos no cumprimento de normas pela 1ª pessoa é a evidência a reter do gráfico.

Em termos de comparação dos dados, considerando o ano letivo transato e o ano letivo 2023-2024, verifica-se um declínio na percentagem (-13,4%) de alunos que diz “concordar plenamente que as normas/regras de funcionamento da escola são geralmente cumpridas pelos alunos”, em contrapartida subiu 12,7% os que dizem que concordam “que as normas/ regras de funcionamento são geralmente cumpridas pelos alunos”. Se,

por um lado, se verifica um ligeiro declínio (- 0,7%) no respeito pelas regras, por outro verifica-se uma percentagem mais elevada de alunos a assumir uma decisão (-6,6% de indecisos); assim, quer pelas percentagens positivas quer pelas subidas ainda que frágeis nos valores de opinião, parece estar-se no caminho da cidadania reflexiva e consciente para abrir espaço ao laboratório da descoberta e tomada de decisão sobre consequências do (in)suficiente cumprimento de regras normas e seus efeitos na aprendizagem.

Ainda sobre ambiente escolar acresce mencionar que, relativamente aos campos a melhorar, apontados no relatório do OQ do ano transato, não abrangidos claramente na reflexão supra, solicitámos ao Sr. Diretor que comentasse a evidência (ou não) de mudanças na “Atenção contínua ao ambiente escolar por forma a impedir, prever e prevenir qualquer situação de violência ou risco.”. O sr. Diretor esclareceu que “Ao nível do ambiente escolar, refira-se que não houve mais processos disciplinares do que nos anos transatos, no entanto houve um aumento da sensibilidade, por vezes surpreendentemente exacerbada, por parte dos encarregados de educação, relativamente ao que acontece em contexto escolar, o que se tem revelado bastante difícil de gerir. Não obstante, globalmente, o ambiente escolar continua a ser adequado e funcional, pelo que nos é dado observar, embora, como é óbvio, requeira de todos nós uma atenção constante. Qualquer situação de desconforto ou de indisciplina que ocorra já é demais!”. E terminou com “Sem um ambiente escolar de qualidade, em sentido lato, não se pode almejar a excelência.”

Em suma, da análise aos inquéritos aos alunos, há a reter que, uma percentagem significativa de alunos (42,8%) assume uma atitude e comportamento positivo relativo ao cumprimento de normas e regras em contexto escolar.

Na opinião dos representantes da AEAES, os “alunos estão bastante envolvidos naquilo que envolve tomadas de decisões sobre o agrupamento, uma vez que temos a Associação de Estudantes como meio intermediário entre os alunos e os órgãos máximos do poder e que há alunos com assento no Conselho Geral, o que permite que os problemas do corpo estudantil não sejam deixados de parte”. De facto, os índices de intervenção da AEAES na vida do agrupamento aumentaram e, segundo o relato do Sr. Diretor,

“houve muitas reuniões com a Associação de Estudantes, algumas de caráter informal, mas houve claramente um aumento nas interações (...) e conseqüentemente um maior envolvimento dos representantes dos alunos na vida do AES. Com efeito, a dinâmica da Associação de Estudantes aumentou de forma significativa.” De notar que este aspeto é relevante em termos de cumprimento dos objetivos estratégicos do AES em que a questão em apreço é colocada em evidência.

Ainda no atinente à observação de mudança e melhorias, refira-se que a dinamização do *Projeto salta.acorda*, nas escolas do 1º CEB (da Equipa Local de Saúde Escolar do ACeS Pinhal Interior Sul, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE.) veio alterar comportamentos e atitudes nos alunos durante os intervalos. Apesar de ainda não estar concluída a análise dos dados feita aos inquéritos, segundo Susana Gato, um dos elementos da equipa e Coordenadora do PES no AES, foi notória a mudança de comportamentos e atitudes dos alunos. Passaram a interagir uns com os outros na necessidade de dinâmica do jogo. Os recreios encheram-se de cordas manipuladas por ágeis braços e puladas por pernas malabaristas, tendo o ambiente escolar ficado favorecido em termos de relações interpessoais (saúde mental) e de saúde física.

5.4. Comunicação interna e externa

A informação serve para gerir, criar e definir a identidade e a imagem de qualquer organização, porque não só tem uma função estratégica de afirmação no meio em que se encontra, mas também tem uma função de mobilização interna – adesão à missão e ao projeto dessa mesma organização. Atualmente, torna-se importante para os agrupamentos de escolas o desenvolvimento de um bom sistema de comunicação interno, para uma melhor difusão da informação, e um bom sistema de comunicação externo, para que a sociedade tenha conhecimento do que se passa na organização. Nesta conformidade, devemos garantir um conjunto de princípios que assegurem a qualidade da mesma. Assim, a comunicação deverá ser clara, oportuna, distribuível, adaptável e interessante. Será necessário dedicar uma especial atenção ao sistema de comunicação interna para que se crie uma determinada ordem, uma coordenação das atividades, uma

integração das ações a desenvolver e uma linha orientadora de consolidação do papel que todos têm na organização. A comunicação interna não pode ser vista somente como a circulação de informação para dar a conhecer o que deve ser feito e como deve ser feito. Ela deve ser entendida e vista como o processo de criação de um sistema de interação. (Carvalho,2012).

De acordo com os dados apresentados, verifica-se que a opinião entre os docentes, não docentes e alunos diverge nesta matéria, já que 41% dos não docentes afirma que a informação circula bem ou muito bem (não se verificando nenhuma melhoria face ao ano anterior), enquanto 61% dos docentes e 72% dos alunos considera que a informação circula bem. De referir que 23,1% dos docentes não tem opinião face à comunicação no AES.

Verifica-se ainda que este constrangimento tem sido recursivamente assinalado nos relatórios realizados em sede de autoavaliação do AES. Tendo em conta a importância da comunicação no Agrupamento, contemplada no Projeto de Intervenção do Diretor de então, bem como nos objetivos estratégicos do atual PE, mantém-se como um contexto que urge melhorar.

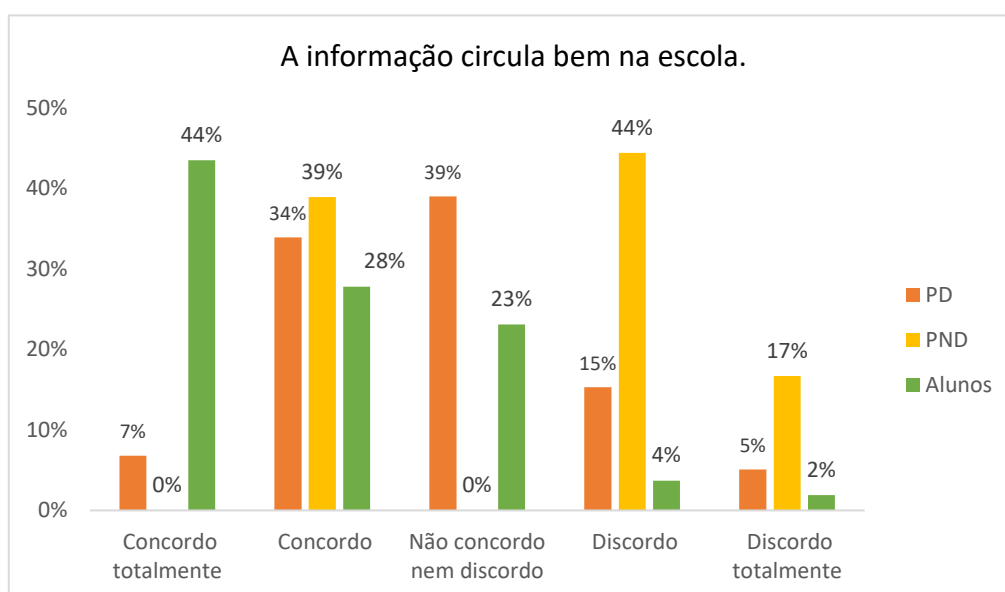


Gráfico 27- Comparação da opinião de docente, não docente e alunos sobre circulação de informação no Agrupamento

Desta forma, verificando-se a persistência deste desígnio atinente à melhoria do campo em apreço, parece-nos que deverão ser reforçadas as estratégias de comunicação do Agrupamento, quer ao nível interno, em cada momento e de acordo com as diferentes necessidades, procedendo com mais rigor à transmissão das orientações consideradas prioritárias, para que todos se sintam incluídos e capazes de colaborar ou participar nas diferentes tomadas de decisão, bem como ao nível externo, garantindo um site do AES apelativo e atualizado, bem como uma gestão eficaz das demais redes sociais. Esta visão e/ou preocupação com as questões atinentes à comunicação foram, recorde-se, enunciadas pela Associação de Pais (cf. Guião em anexo e anteriormente referenciado, particularmente na resposta à questão 9), bem como é identificado um problema no âmbito em apreço pela Associação de Estudantes, nomeadamente na divulgação das atividades extracurriculares desenvolvidas no AES (cf. Guião em anexo e anteriormente referenciado, particularmente na resposta à questão 1 e 8). De notar que a fragilidade a este nível está claramente reconhecida pelo Diretor, considerando que a implementação prática das estratégias previstas não tem tido a eficácia desejável, no contexto relativo à melhoria da comunicação interna, ainda que se assuma a produção da *newsletter* sobre as atividades do AES como um sinal de uma melhoria em curso. No sentido de superar as fragilidades verificadas ao nível da comunicação externa, surgirá futuramente, uma nova página web do AES, com a integração da *newsletter* que, como referido, tem sido utilizada, a nível interno. (cf. entrevista ao Diretor, em anexo e anteriormente referenciada, particularmente na resposta à avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES, no atinente à comunicação).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nota final deste relatório, destacamos, após a observação de inquéritos e questionários, que existe um reconhecimento geral de que o AES é uma organização escolar de elevada qualidade e profundamente comprometida com o desígnio de prestar um serviço de qualidade alinhado com o paradigma de Escola atual e com as ações que neste momento são superiormente determinadas pelo diversos normativos legais de referência e demais documentos e Projetos de caráter global/nacional, tal como observámos no ano transato.

Neste contexto respeitante à consolidação de uma Escola que responde aos desafios atuais e que assume a importância de desenvolver mecanismos de mudança conducentes à superação e à excelência, regista-se, igualmente, um progressivo reconhecimento da importância do processo de autoavaliação do AES, não obstante a necessidade de desenvolver ações que permitam uma valorização clara e objetiva do mesmo. Só com essa valorização, através de discussões e reflexões sobre o trabalho que ora se apresenta, o OQ poderá contribuir de forma mais profícua e válida para o desenvolvimento dos mecanismos de autoanálise que permitam a reorientação da ação para que se efetive um contínuo desenvolvimento da qualidade do serviço que o AES presta e que coloca os alunos, a sua satisfação, bem como a dos restantes membros da comunidade educativa, no epicentro das tomadas de decisão.

Por fim, reiteramos que o processo de autoavaliação, enquanto garante da capacidade de autorreflexão da Escola, identificando os aspetos a melhorar e dando os necessários contributos para que seja definido um percurso que assegure a resolução dos seus problemas, a minoração das suas fragilidades e que se traduza na melhoria do seu funcionamento, do desempenho dos seus profissionais e na qualidade do serviço prestado, depende do envolvimento, do compromisso e da disponibilidade de todos, ou, dito de outra forma, de um compromisso coletivo com a missão própria do AES, da visão estratégica do seu líder, e os seus documentos estruturantes (destacando-se o Projeto Educativo, necessariamente).

Apresentamos, nesta sequência, uma demonstração dos elementos fundamentais que estruturaram a construção deste relatório, nomeadamente a articulação dos pontos prioritizados enquanto Objetivos Estratégicos do Projeto Educativo do AES, com o grau de consecução que foi possível aferir, atentas as respetivas estratégias enunciadas, sem descurar a base de observação da qualidade das organizações escolares, prevista em sede de Avaliação Externa (Quadro de Referência da IGEC). Pretendemos, desta forma, cumprir o desígnio, previsto e imposto a esta equipa, no *Plano de Ação* estabelecido no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sertã.

Monitorização do Plano de Ação do PE do AES (quadro-síntese)

Domínios IGEC	⁴ Índice (OQ)/ AEE(IGEC)	Objetivos Estratégicos do PE	Estratégias	Avaliação 2023/24
Autoavaliação	Desenvolvimento do processo	Este domínio não está previsto no PE do AES de forma explícita, embora se articule com questões atinentes aos restantes domínios. A essência do processo de autoavaliação, cf. o <i>Quadro de referência da IGEC</i> , deverá atender à especificidade da Organização Escolar. O PE estabelece a Monitorização e avaliação das ações de melhoria pelo OQ (cf. <i>Avaliação do Plano de Ação</i> , pág. 39 do PE). A monitorização das ações de melhoria tomou como referência as evidências elencadas no PE, no atinente às respostas previstas para as fragilidades que suscitaram a construção de objetivos, reflexo da priorização da ação estabelecida pelas estruturas do AES e visão estratégica da sua liderança.	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação da autoavaliação da escola com os restantes processos de avaliação que ocorrem no AES (Biblioteca escolar, EMAEI, monitorização e avaliação dos diversos projetos e iniciativas de inovação curricular e pedagógica efetuada pelas lideranças intermédias). - Auscultação e participação abrangentes da comunidade educativa, atenta a realidade do AES. - Centralidade do processo de ensino e aprendizagem. - Estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação com a comunidade 	Melhoria em curso
	Consistência e impacto do processo de autoavaliação			

⁴ Os títulos das várias partes que constituem este Relatório são aqui colocados pela ordem de tratamento apresentada no documento, em sintonia com o *Quadro de Referência da IGEC* (domínios/referentes). Contudo, a sua articulação com os diferentes objetivos estratégicos do Projeto Educativo do AES não deve ser tomada de forma estanque. De facto, um referente de um domínio está necessariamente articulado com outro, visto que o funcionamento de uma Organização Escolar se constitui como uma complexa tessitura, entendendo-se que os domínios/referentes são elementos que se encaixam na constituição dessa estrutura.

			<p>educativa, através de uma relação de proximidade.</p> <p>-Rigor e abrangência nos processos de recolha e análise de dados, através do recurso a inquéritos fechados, abertos/entrevistas, abrangendo os diversos setores da comunidade educativa.</p>	
Resultados	Académicos Sociais	<p><i>Aumentar a participação dos alunos nos diferentes apoios educativos e/ou clubes</i></p> <p><i>Incentivar a participação dos alunos em apoios educativos ou clubes</i></p>	<p>- Alterar o horário de funcionamento do agrupamento: no período da manhã, estabelecer um intervalo de 20 minutos e duas horas sem aulas: uma de almoço e outra para funcionamento de apoios e clubes diversos.</p>	Estratégia sem eficácia de melhoria evidente
Prestação de Serviço Educativo	Práticas de Ensino/Aprend./Av.	<p><i>Melhorar as Aprendizagens</i></p> <p><i>Desenvolver o espírito crítico</i></p> <p><i>Incentivar os alunos para uma aprendizagem de qualidade</i></p>	<p>- Adoção da avaliação formativa como modelo padrão e consolidar práticas de monitorização, avaliação e autorregulação.</p> <p>-Desenvolvimento de atividades e projetos que complementem a formação global dos alunos.</p> <p>-Promoção de espaços de reflexão e de debate das regras de convivência e assuntos da atualidade: criação do Clube de Comunicação.</p>	Melhoria em curso (não obstante a não criação do Clube de Comunicação)
		<p><i>Disponibilizar aos alunos PLNМ tempo necessário à aprendizagem do Português</i></p> <p><i>Usar o Português como língua de aprendizagem</i></p>	<p>-Criação de um grupo-turma em que os alunos PLNМ (independentemente do ano de escolaridade e idade) contactem de forma contínua com o Português para progressivamente integrem as respetivas turmas e disciplinas.</p>	Estratégia não concretizada
	Mecanismos de Regulação			

		<p><i>Aumentar o nível de articulação curricular e colaboração pedagógica</i></p> <p><i>Reforçar a partilha de material, planificações e estratégias entre docentes de diferentes níveis</i></p> <p><i>Dotar os alunos das competências necessárias para produzirem conteúdos recorrendo ao áudio e ao vídeo.</i></p> <p><i>Possibilitar a gravação de textos para alunos disléxicos e outros.</i></p>	<p>- Sessões de trabalho entre docentes dos diferentes ciclos de ensino, para identificação das problemáticas/ dificuldades e definição de estratégias.</p> <p>-Definição de procedimentos comuns adequados à resolução de problemas e à situação específica de alunos.</p> <p>- Criação de um espaço/sala em estúdio para gravação.</p>	<p>Melhoria em curso</p> <p>Melhoria em curso (dependente da melhoria da comunicação interna)</p>
		<p><i>Promover pelo menos um encontro anual com toda a comunidade escolar.</i></p> <p><i>Dinamizar o Dia Aberto do AES à comunidade escolar</i></p>	<p>-Organização de um momento festivo com a comunidade escolar.</p> <p>- Promoção do Dia Aberto do AES à comunidade escolar na semana cultural.</p>	<p>Estratégias plenamente agilizadas</p>
		<p><i>Melhorar os índices de intervenção da ESAES na vida do Agrupamento</i></p> <p><i>Elevar o conhecimento aos estudantes da legislação que regula o associativismo</i></p> <p><i>Sensibilizar os alunos para a importância da sua atuação no processo de melhoria constante da escola</i></p>	<p>- Implementação de reuniões periódicas entre a AEAES e a direção do AES/interlocutor</p> <p>- Promoção de ações formação no âmbito do associativismo juvenil</p>	<p>Melhoria em curso (embora as estratégias não tenham sido agilizadas formalmente)</p>
		<p><i>Valorizar a imagem dos cursos profissionais junto dos alunos e encarregados de educação</i></p>	<p>- Realizar ações de promoção da qualidade e validade do ensino profissional</p> <p>- Envolver ex-alunos e os alunos atuais dos cursos profissionais na promoção do ensino profissional.</p>	<p>Melhoria em curso (embora as estratégias devam ser revistas/ amplificadas)</p>
Liderança e Gestão	Visão estratégica	<p><i>Melhorar a circulação de informação e a resolução de problemas</i></p> <p><i>Melhorar a eficiência da comunicação interna</i></p> <p><i>Definir e divulgar os procedimentos internos</i></p>	<p>- Definição de forma clara de um interlocutor da direção responsável por cada área/assunto/problemática e divulgação dos mesmos.</p>	<p>Melhoria em curso (não obstante não se verificar a</p>

	<p>Mobilização da Comunidade educativa</p>	<p><i>Capacitar o pessoal não docente em formação para melhorar a eficácia da sua atuação em contexto escolar.</i></p> <p><i>Promover ações de formação nas diferentes áreas de atuação com impacto evidente no contexto escolar.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construção e divulgação de um manual de procedimentos e informações a seguir nas diferentes situações. - Criação e envio de boletins digitais. - Participar na elaboração e execução do plano de formação do pessoal não docente em serviço no AES apontando as necessidades à autarquia e ao Centro de Formação Alto Tejo. 	<p>constituição do manual de procedimentos previstos)</p> <p>Melhoria em curso</p>
	<p>Ambiente Escolar</p>	<p><i>Resolver os problemas registados no âmbito da utilização dos equipamentos informáticos.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar às entidades competentes técnicos qualificados para resolução dos problemas que se registam no AES. 	<p>Melhoria em curso</p>
	<p>Comunicação Interna e externa</p>	<p><i>Reduzir a carga horária dos alunos Transformar as disciplinas quinzenais em disciplinas semestrais</i></p> <p><i>Minimizar as deslocações dos docentes entre escolas do AES. Melhorar as condições de trabalho.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização semestral de algumas disciplinas. - Elaboração de horários docentes tendo em conta as deslocações entre escolas, organizando-os de modo a que o docente se desloque entre os períodos manhã ou tarde. 	<p>Estratégias Concretizadas (atentas as contingências inultrapassáveis)</p>
		<p><i>Tornar a página do AES mais atrativa e funcional. Rentabilizar as potencialidades do espaço web para interagir com a comunidade e para divulgação de informações/atividades.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reformulação, manutenção e atualização regular da página do AES. - Designação de um responsável pela página do AES - Rentabilização da disponibilidade dos meios de comunicação local para promoção da ação do AES. 	<p>Melhoria em curso</p>

		<p><i>Facilitar e melhorar o trabalho de gestão de Atividades e Projetos.</i></p> <p><i>Melhorar a gestão das atividades do PAA quanto às propostas e planificações</i></p>	<p>- Aquisição de um módulo de gestão de atividades e projetos afeto ao GIAE.</p> <p>- Definição de períodos estancos para dinamização de atividades que impliquem a ausência dos alunos às atividades letivas.</p> <p>- Afixação de um mapa nas salas de professores com as atividades a serem implementadas por período.</p>	<p>Melhoria em curso (o módulo adquirido carece de aprimoramento)</p> <p>Estratégias não concretizadas</p>
--	--	---	--	--

6.1. Pontos Fortes a manter/desenvolver

- A abrangência e adequação do processo de autoavaliação do AES à realidade, bem como a atitude de proximidade com a comunidade na auscultação, apresentação de resultados e propósitos da equipa.
- Priorização da equidade e inclusão, sendo dadas oportunidades a todos os alunos para desenvolverem o seu potencial de aprendizagem.
- Incremento do trabalho cooperativo entre alunos (ex. Programa de Mentorias).
- Valorização e agilização de uma abordagem multinível no garante do sucesso escolar.
- Contributo da estratégia de Agrupamento no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento no atinente à priorização da inclusão e da formação integral de todos os alunos.
- Desenvolvimento de uma cultura de solidariedade, cooperação e respeito como pilares de um ambiente “Amigo da Aprendizagem”.
- A crescente concretização de Projetos e atividades que permitem e decorrem da articulação curricular (vertical e horizontal), alinhados com o PASEO (ações

realizadas no âmbito do Plano Cultural do AES; no âmbito das Bibliotecas Escolares; no âmbito do PES, por exemplo, para além das que são agilizadas na sequência de Cidadania e Desenvolvimento).

- Valorização crescente, no contexto das práticas educativas, da vertente formativa e criterial da avaliação pedagógica.
- Crescente envolvimento dos alunos na vida da Escola.
- Incremento dos mecanismos de autorregulação/regulação por pares, através da valorização das lideranças intermédias.
- Prevalência de um estilo de liderança participativa e orientada para a consecução de objetivos.

6.2. Pontos a melhorar

- Envolvimento efetivo da comunidade numa reflexão orientada acerca dos aspetos destacados no relatório do OQ e do seu impacto na melhoria desta organização escolar.
- Articulação entre as necessidades de melhoria (previstas numa formalizada ação estratégica) e os respetivos mecanismos de monitorização da proficiência das ações tomadas de forma mais simplificada.
- Eficácia das estratégias de comunicação:
 - a nível interno, no atinente aos mecanismos conducentes à mobilização dos profissionais (por exemplo, nas propostas de formação atenta a valorização profissional, sobretudo do PND) e à eficácia na gestão de atividades e Projetos;
 - a nível externo, na capacidade de permitir um acesso fácil àquilo que é feito no AES e que espelha a sua imagem de elevada qualidade.
- Uma prática educativa que espelhe de forma ainda mais alargada a relação entre aprendizagem, ensino e avaliação, valorizando e clarificando os mecanismos de *feedback* e a autoavaliação.

- Incremento do desenvolvimento de uma prática letiva pautada pelo desenvolvimento de atividades inovadoras, que permitam uma maior aproximação entre os alunos e o currículo e ilustrem uma articulação curricular efetiva.
- Harmonização entre a abordagem multinível, no contexto da Educação Inclusiva, e o objetivo de que os alunos terminam o seu percurso a dominar o que está previsto no PASEO e nas Aprendizagens Essenciais das várias áreas disciplinares.
- Recursos e práticas de gestão que garantam, ainda com mais eficácia, o apoio adequado a todos os níveis de ensino e à melhoria da qualidade da prestação de serviço educativo (por exemplo, recursos humanos e materiais, nos setores essenciais para assegurar a melhoria do funcionamento do AES e a mobilização dos seus profissionais).
- Atenção contínua ao ambiente escolar por forma a impedir, prever e prevenir qualquer situação de violência ou risco.

6.3. Sugestões de melhoria (não obstante o balanço das estratégias apresentado no quadro supra)

- Construção/desenvolvimento de uma estratégia relativa à autoavaliação, ao planeamento da melhoria e evidências do seu impacto com clareza para todos os setores da comunidade educativa, assentes, por isso, em momentos de reflexão orientada a partir do trabalho da equipa do OQ (em termos práticos, apresentar este relatório, como nos anos anteriores, ao pessoal não docente, mas também ao pessoal docente, participando a Coordenadora, ou outro membro da equipa, em reuniões dos Departamentos com essa agenda).
- Melhorar os mecanismos de comunicação interna, na globalidade, no atinente aos objetivos e metas do AES que espelhem a ação estratégica delineada e mobilizem a comunidade no mesmo sentido (por exemplo, resolver as questões já previstas e que dizem respeito à gestão de atividades e projetos e à construção de um manual de procedimentos).

- Concretizar as melhorias previstas nas estratégias do Projeto Educativo relativas aos processos de comunicação externa (previstas anteriormente e ainda não concretizados em pleno, como as que concernem à reformulação da página do AES e aos problemas atinentes ao RGPD).
- Desenvolver ações de formação dirigidas ao pessoal docente e, sobretudo, não docente, no sentido de estimular a sua mobilização e a qualidade da prestação de serviço, acicatando o seu envolvimento na vida do AES (rentabilizando parcerias, como a que está prevista com a Autarquia, mas também, eventualmente, os próprios recursos humanos do AES).
- Implementar de forma generalizada, nos vários níveis de ensino, uma forma de entender a prática letiva em que o aluno, estando no centro do processo, veja os seus *inputs* considerados, compreenda o sentido do *feedback* e participe frequentemente em tarefas de autoavaliação.
- Promover ações de partilha e reflexão sobre estratégias a implementar em sala de aula que garantam a construção de uma Escola cada vez mais inclusiva e alinhada com o PASEO, tirando partido da flexibilidade curricular e garantindo a articulação (rentabilizando de forma mais profícua a gestão dos tempos quinzenais previstos para as reuniões das equipas pedagógicas).
- Acicatar nos alunos a rentabilização dos espaços que Escola oferece (divulgando a existência de diferentes Clubes ou criando novos Clubes, como o de Comunicação, e outros que configuram, nomeadamente, medidas de apoio, revendo, eventualmente, a sua tipologia e organização), com vista a melhoria da aprendizagem.
- Continuar a reforçar os recursos que garantam um acompanhamento consistente das crianças e jovens que careçam da agilização de medidas de apoio, desde o ensino pré-escolar.
- Acicatar o desenvolvimento de ainda mais projetos, atividades, iniciativas que permitam o envolvimento simultâneo dos vários setores da comunidade, canalizando esforços para a construção de um ambiente escolar saudável, sustentável

e de qualidade (por exemplo, dando continuidade às boas experiências realizadas, como alargar a ideia central do “projeto salta.acorda” a outro tipo de jogos para outros níveis etários), visto que atividades de âmbito cultural, artístico, científico, como alguns clubes, são uma mais-valia na formação integral dos alunos e podem ser um instrumento importante na melhoria da aprendizagem.

- Prever o desenvolvimento de atividades que suscitem um maior envolvimento dos pais/encarregados de educação e dos alunos nas ações de melhoria e na vida do AES, em geral, para além da sua participação nas estruturas em que têm assento por imposição legal.
- Valorizar o ensino profissional, através da revisão das estratégias previstas no PE, atentos, entre outros aspetos, os projetos internacionais cuja concretização está prevista.

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS

ALAIZ, V., Góis, E. e Gonçalves, C. (2003). *Autoavaliação de Escolas. Pensar e praticar.*

Edições Asa.

AMADO, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação.* Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª Edição.

BARREIRA, Carlos (et al.) (2016). *Estudos Sobre Avaliação Externa de Escolas.* Porto Editora.

CARVALHO, João António Nunes (2012). A Importância da Comunicação para a construção da Imagem da Escola. Relatório no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional, orientado pelo Professor Doutor Marco Ferreira, ISEC.

Machado, E. A. (2021). Feedback. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho nº6478/2017 de 26 de julho. Edição do Ministério da Educação.

PLANO 23I24 ESCOLA+, Plano de Recuperação de Aprendizagens, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 80-B/2023, de 18 de julho.

CAF Educação – Exemplos de Práticas e Indicadores de Avaliação. Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (2ª Versão: 2018-11-05).

ANEXOS

⁵Entrevista realizada presencialmente às representantes da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas da Sertã

- 1. Como avaliam os resultados dos alunos do AES (académicos e sociais), atenta a especificidade da região em que se insere e a caracterização do Agrupamento, em sentido lato (fatores geográficos, população...)?**

Bem, a avaliação global dos resultados, atendendo a que não existem significativas alterações relativamente ao que foi observado no ano transato (avaliados como bons) continuam a ser considerados de igual forma. No entanto, há aspetos que têm colhido bastante atenção da Associação de Pais, visto ser algo que se está a acentuar e que, paulatinamente, tem vindo (e virá) a refletir-se nos resultados do AES: referimo-nos à questão da multiculturalidade. De facto, existe um número muito significativo de alunos migrantes e a Associação de Pais tem refletido bastante sobre a integração destes alunos. Preocupamos, particularmente, o problema de, à chegada, terem escalão (no âmbito dos apoios sociais escolares). Efetivamente, é necessário que a comunidade se mobilize, nomeadamente a AP deve intervir nestas situações, para minorar os desequilíbrios sociais.

Voltando aos resultados que se prendem com as percentagens de sucesso, no ensino básico, particularmente no início do terceiro ciclo, verifica-se que muitos alunos têm insucesso (negativas) a uma ou a várias disciplinas, facto que leva a que se questione as medidas de apoio que são postas em prática e/ou a sua eficácia. Em suma, talvez seja necessário ponderar de forma mais rigorosa a relação existente entre as medidas de apoio e os resultados dos alunos.

- 2. Fazendo o balanço, um ano após a análise anterior, como avaliam, globalmente, a qualidade do serviço educativo prestado pelo AES? Na vossa ótica, que fragilidades imediatas apontariam a este nível ou destacariam como mais persistentes? Relativamente ao ano transato, têm verificado mudanças na concretização das atividades letivas (seleção de estratégias pedagógico-didáticas, formas de avaliação, envolvimento do aluno de forma ativa no processo...)?**

Em bom rigor, não observamos alterações significativas que justifiquem considerações muito diferentes relativamente ao que registámos no ano transato. As mudanças que eventualmente possam ter ocorrido passam mais pelas formas de avaliação ou pelos instrumentos utilizados do que pelas opções didáticas. Em concreto e por exemplo, verifica-se que muitos professores utilizam formulários online para avaliar/classificar, solicitando

⁵ - Esta entrevista foi realizada no dia 13 de junho de 2023, na sala de diretores de turma da EB PALF, tendo estado presentes, na qualidade de representantes da Associação de Pais do AES, dois dos seus elementos: Susana André e Ana Delgado. O texto de resposta corresponde à reprodução, com a máxima fidelidade possível, daquilo que foi sendo registado pela Coordenadora da equipa do OQ, no encontro em referência, mediante um guião em que constavam as questões assinaladas a negrito. No presente ano, foram solicitadas a esta estrutura as alterações tidas como convenientes. Em virtude de não ter sido recionada qualquer comunicação, considerou-se tomar o documento supra como adequado.

o uso dos telemóveis dos alunos para o efeito, mas isso, por si só, não representa uma mudança de posicionamento relativamente à prática. O culto do “negativo” que apontámos, no ano passado, mantém-se, bem como a tendência para opções de aulas “clássicas”, isto é, mais expositivas.

Mesmo no que concerne à avaliação, há pais/encarregados de educação que não sabem que existem estas opções diferentes do tradicional (por exemplo, implicando o uso dos telemóveis), ficando um pouco confusos com a falta de uniformização de procedimentos. Deveria existir algo semelhante aos protocolos que se verificam noutras áreas (como na saúde) e uma clarificação desses procedimentos aos encarregados de educação, não obstante seja, obviamente, reconhecida a pertinência de serem criadas oportunidades de aprendizagem/atividades que permitam o desenvolvimento de competências e capacidades como as que implicam pesquisa e que, conseqüentemente, favorecem a construção e valorização da autonomia. Aliás, isso é, evidentemente, muito mais importante na formação dos alunos do que a preocupação constante com a classificação. Os professores têm um papel muito importante na formação global dos alunos, são modelares, e o seu entusiasmo pode contaminar os jovens de forma determinante.

Outro aspeto interessante, na procura por práticas ou opções de atividades e tarefas que possam envolver os alunos, será apostar em situações de aprendizagem que se realizem fora da sala de aula. Por exemplo, poder-se-iam efetuar mais visitas de estudo (as propostas pela CIM, particularmente) e reforçar contextos que possam valorizar o “aprender”, a construção do conhecimento, em detrimento do “classificar” que passa, frequentemente, pelo reforço da falha, do que não se sabe, do “negativo”.

3. Como avaliam a eficácia das medidas adotadas pelo AES no que concerne ao envolvimento dos encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos?

Na nossa ótica, esta questão corresponde a outra fragilidade do AES. Dever-se-ia prever uma maior participação dos pais e encarregados de educação, estabelecer formas de concretizar uma relação de maior proximidade entre estes e a Escola. Um dos aspetos que consideramos ter sido lamentável, no presente ano, prende-se com a não convocatória dos representantes das turmas para as reuniões intercalares. Os encarregados de educação deveriam participar na concertação de estratégias, sobretudo quando existe um conjunto de problemas identificado e/ou se verificam questões complexas nas turmas (e não apenas de carácter disciplinar). Não se compreende que se faça uma concertação de estratégias e de procedimentos para minorar problemas e que os encarregados de educação não estejam objetivamente incluídos nos momentos formais em que tal ocorre.

Nós sentimos que a Escola está pouco aberta aos pais, isto é, sentimos que existem poucas atividades, organizadas pela Escola, que impliquem necessariamente a presença dos pais/encarregados de educação (poder-se-ia organizar atividades como “O dia da Família” ou “Dia dos Pais” ou “Dia dos Avós”). Insistimos, como no ano transato, que os pais gostariam de conhecer todos os professores dos seus filhos, nem que fosse numa primeira reunião e/ou numa situação mais informal.

4. **Em termos de mobilização dos pais e encarregados de educação, a AP, no presente ano, tem vindo a estimular a participação dos pais e encarregados de educação nas atividades promovidas pelo agrupamento? O que, na vossa ótica, poderia ser feito para acicatar a participação destes elementos tão importantes da comunidade educativa?**

No presente ano, a mobilização foi ainda mais complicada. A Associação de Pais teve problemas internos que implicaram a sua reformulação e irá dar início a uma nova estratégia com esse objetivo final: mobilizar os seus membros sobretudo para que a articulação com a estratégia do AES, no que respeita à procura de soluções para a melhoria do seu funcionamento, se verifique.

5. **A AP propõe atividades a integrar no Plano de Atividades do Agrupamento? Ou melhor, têm sentido que as atividades que se desenvolvem no âmbito do PAA e dos PTT ou outros Projetos são pertinentes e têm sido uma mais valia no percurso dos alunos? Quais? Particularmente a Cidadania, como avaliam o grau de pertinência dos projetos desenvolvidos neste contexto?**

Voltamos à questão da necessidade de melhorar a articulação entre a AP e as decisões da “vida” da Escola e das turmas. Como é evidente, tal também se aplica ao nível da proposta de atividades (e lá está, novamente, a pertinência de agilizarmos uma estratégia de mobilização nesse sentido).

No que respeita, particularmente, aos Projetos desenvolvidos no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento, e atendendo à sua importância na formação dos alunos, deveria existir uma maior participação dos pais e encarregados de educação. Tudo o que possa implicar planejar algo que se dirija aos outros e pensar em comunidade é essencial. Os alunos, por exemplo, não têm clara a questão do voluntariado. De facto, estando em formação precisam de compreender e assumir que essas ações são boas e válidas (é fundamental que compreendam e valorizem o tempo que é dado aos outros). Campanhas como as do Banco Alimentar mostram bem que só um grupo restrito de jovens (repetidamente o mesmo) se envolve.

Será, igualmente, importante e interessante que estes projetos de Cidadania sejam claramente transversais, interdisciplinares e intergeracionais, isto é, envolvam simultaneamente alunos de diferentes idades/níveis de escolaridade.

6. **Parece-vos que os pais conhecem ou estão, pelo menos, cientes da existência de uma estratégia de escola no que respeita à Cidadania e Desenvolvimento?**

Os pais/EE, neste contexto, sabem basicamente aquilo que lhes é transmitido pelos filhos/educandos. A primeira reunião com encarregados de educação (com todos) ou a primeira vez que no ano letivo os pais são chamados à Escola deveria incluir esta informação.

A Estratégia de Escola ao nível da Cidadania deve ser conhecida por todos, é um facto, devendo estar acessível, por exemplo, no site do Agrupamento, para que se possa consultar e os encarregados de educação possam perceber melhor as opções tomadas nas tur-

mas dos respetivos educandos. Isto leva-nos, contudo, para a questão do problema da circulação da informação e do acesso à mesma. Efetivamente, o site do AES não é intuitivo e está obsoleto. Uma sugestão seria pedir colaboração aos alunos do Curso Profissional de Multimédia para que a gestão/atualização da informação num site reformulado (mais intuitivo e que espelhasse a vida do AES) se verificasse.

7. **Em 2009, a lei nº 60, de 6 de agosto, veio estabelecer o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Foram auscultadas no âmbito do artigo 6º deste articulado legal? Estão os Pais e encarregados de educação conscientes de que o tratamento desta área é uma imposição legal estabelecida em 2009?**

Auscultação não houve e não nos parece que os pais e encarregados de educação estejam muito informados sobre esse assunto e consigam distinguir a questão da Educação Sexual das questões da Cidadania e Desenvolvimento. Seria, na nossa opinião, bastante importante que os pais fossem esclarecidos neste contexto. Aliás, consideramos que, em abstrato, os aspetos relativos à sexualidade deveriam ser tratados na medida em que emergissem dos conteúdos trabalhados pelas diversas disciplinas e não como algo que se planifica e se prevê em sede colegial.

8. **A Associação de Pais acompanhou e/ou foi implicada no processo de autoavaliação da escola? Expliquem, por favor, como.**

Sim, a AP tem sido auscultada. Há alguns anos, através do preenchimento de inquéritos com uma finalidade semelhante à desta entrevista presencial que também foi a metodologia verificada no ano passado. Em sede de Conselho Geral, temos tido acesso aos relatórios do OQ que, habitualmente, lá são apresentados.

9. **Observaram evidências da autoavaliação na melhoria do funcionamento desta organização escolar? Em que aspetos?**

Não nos foi possível observar quaisquer alterações desde o ano transato, o que significa que, no essencial, todas as questões que destacámos em 2021/2022 continuam pertinentes e a carecer, na nossa ótica, de alguma atenção (desde as questões relativas ao envolvimento dos pais/encarregados de educação na vida do AES, às que se prendem com a prática letiva, às questões do acesso à informação...), como, aliás, aqui e agora temos estado a reiterar.

10. **Relativamente ao papel das estruturas da Escola, em geral, e às lideranças intermédias, em particular, como avaliam a qualidade do serviço prestado?**

Essa será uma questão técnica relativamente à qual nos é difícil expressar uma opinião sustentada, no entanto, considerando que são estruturas diretamente envolvidas na concertação de ações, reforçamos a importância de que se reveste a construção de estratégias e de procedimentos uniformizados, dentro do possível, no que respeita, particularmente, às questões que se prendem com a articulação entre avaliação (acompanhamento do trabalho dos alunos) e classificação.

11. **No que diz respeito à relação escola-família, que ações de melhoria deveriam ser consideradas? Em particular, no atinente ao papel de diretor de turma, que comentários e/ou sugestões gostariam de assinalar?**

Há disparidades enormes entre diretores de turma e que não deveriam existir, até na forma de comunicação/interação (uns usam telefone/WhatsApp, outros email, outros cartas...). Deveria existir um conjunto de procedimentos que fosse seguido por todos. Há também uma clivagem bastante significativa entre ciclos, isto é, o acompanhamento e a forma como o diretor de turma se posiciona perante os alunos e os encarregados de educação, no terceiro ciclo, por exemplo, é muito diferente daquela que se regista no secundário (neste nível o tal culto do “negativo” é muito mais evidente). Atendendo à importância, à responsabilidade, à abrangência de que o papel de diretor de turma se reveste, não deveria existir essa clivagem entre ciclos e os procedimentos deveriam ser concertados horizontal e verticalmente.

12. **Que sugestões de melhoria, em geral, para além daquelas que subjazem aos números anteriores, devem ficar registadas, no concernente à perspetiva da AP sobre o funcionamento do AES?**

O planeamento da gestão do espaço é um aspeto pertinente e que deve ser visto ou revisto. Efetivamente, a qualidade do serviço educativo também passa por isso, é importante não só assegurar a segurança e o que a esse nível tem de ser cumprido, mas também reestruturar e rentabilizar o espaço de forma a que os alunos se apoderem e se identifiquem com o mesmo (na EB PALF, por exemplo, há espaços muito desaproveitados ou de organização questionável).

Ainda, no que se refere a sugestões gerais, deveria ser dinamizada uma estratégia de efetiva valorização do Cursos Profissionais, eficaz na desmistificação da ideia que comumente circula de que esta via de ensino é só para os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou sem motivação.

Finalmente, há um aspeto que é alvo das observações que chegam à AP e que diz respeito às refeições. A Associação recebe comentários frequentes ao pouco sabor de alguns pratos e à pouca quantidade da refeição, não sendo permitido aos alunos repetir. Sendo certo que se compreende a dificuldade de cozinhar em quantidade com ingredientes que possam ter uma qualidade pouco favorável a recriar o sabor da comida caseira, não se compreende a impossibilidade de os alunos pedirem e terem acesso a um reforço, após terem ingerido o que lhes foi inicialmente fornecido.

A equipa do OQ agradece a vossa disponibilidade e colaboração.

ENTREVISTA AOS ELEMENTOS DA EMAEI

A equipa de professores que se dedica ao processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas da Sertã (vulgo equipa do Observatório de Qualidade) tem vindo, ao longo dos últimos anos, a tratar os domínios previstos no Quadro de Referência da IGEC que têm servido de base à construção/ elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna. No presente ano, procurará agilizar uma reflexão que abranja os campos em que a comunidade escolar apontou fragilidades, assim como todos os que se afiguram fundamentais no percurso de aprimoramento progressivo que pretendemos que esta Organização Escolar realize.

Neste contexto, é extremamente pertinente auscultar esta equipa.

Agradecemos, antecipadamente, a vossa colaboração.

Questionário

1 – Relativamente a dados concretos no que concerne aos resultados para a equidade, inclusão e excelência, quais as percentagens de sucesso/insucesso, retenção/progressão (ou aprovação) de alunos com apoios, incluindo alunos em que foram detetadas diferentes barreiras como as sociais?

Os dados supracitados enformam os relatórios elaborados no final do ano letivo pela coordenadora do CAA e coordenadora da EMAEI. Estes relatórios decorrem, de entre outras fontes, da análise feita em sede de conselhos de docentes/conselhos de turma, análise que fica vertida num documento criado para o efeito.

2 – O DL nº 54/2018, no nº 2 do artigo 33º, prevê que o relatório de eficácia das medidas de apoio à aprendizagem e inclusão conste do relatório de autoavaliação do AES. É possível, neste momento, dar resposta a esse articulado legal?

Durante a realização dos conselhos de turma/conselhos de docentes foram analisadas e avaliadas as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão implementadas em cada turma. Foi igualmente preenchido o documento - “EMAEI - Monitorização final de ano letivo”, por turma. Os dados recolhidos permitem elaborar o relatório de eficácia das medidas. (ver Anexo I)

2.1 – Quais os indicadores de eficácia estabelecidos pela EMAEI (de acordo com o artigo 5º do normativo anteriormente referido)?

De acordo com o documento acima mencionado, os indicadores de eficácia estabelecidos pela EMAEI foram os seguintes: surtiu efeito/surtiu algum efeito/não surtiu efeito. No entanto, podemos acrescentar os que constam no final do documento de monitorização, tais como: “o aluno cumpriu/não cumpriu os seus deveres”; o aluno foi assíduo/pouco assíduo ou compareceu/nunca compareceu às medidas propostas”; “o aluno recusou colaborar nas medidas propostas” e “o aluno não foi autorizado pelo EE a usufruir das medidas propostas”.

3 – Quais têm sido as medidas de suporte à aprendizagem e inclusão mais eficazes, na vossa opinião e de acordo com os dados recolhidos, na promoção de igualdade de oportunidades de acesso ao currículo?

Consideramos que as medidas de apoio personalizadas são as mais eficazes, nomeadamente os AISA e os AIFSA, embora estes últimos não resultem em plenitude, em todas as áreas disciplinares, pela escassez de recursos humanos que se vão verificando.

4 – Ainda no respeitante à eficácia das medidas, e no que concerne à vida pós-escolar dos alunos que beneficiam de medidas adicionais, como se processa a inserção dos alunos com PIT? Existem dados relativos a este aspeto, isto é, existem procedimentos que permitam conhecer o percurso destes discentes finda a sua passagem pelo AES?

A inserção dos alunos com PIT processa-se da seguinte forma: três anos antes do limite da escolaridade obrigatória, ou após perfazerem os 15 anos de idade para cada jovem que frequenta a escolaridade com adaptações curriculares significativas, é elaborado um PIT que complementa o programa educativo individual. São auscultados os jovens e as suas famílias e desenhado o PIT de acordo com os interesses, competências e expectativas do aluno e da família.

Assim, o professor de educação especial responsável pelo aluno estabelece contactos para encontrar locais de estágio e apoiar a inclusão do aluno nas experiências laborais, em colaboração com um elemento responsável pelo aluno, na empresa. São estabelecidos protocolos para formalizar estas experiências em contexto de trabalho. Estes alunos, sempre que possível, devem passar por várias experiências a fim de adquirirem as competências necessárias à formação profissional e desta forma verem facilitada a sua transição para a vida pós-escolar. Têm sido também integrados alunos na APPACDM da Sertã, através do protocolo cooperativo com o CRI, instituição onde desenvolvem, apenas, atividades ocupacionais e não laborais.

Finda a escolaridade obrigatória, e para fazer a transição para a formação profissional, realiza-se uma reunião entre os elementos responsáveis, na escola, pelo desenvolvimento dos PIT dos alunos integrados em experiências em contexto laboral, os pais, o aluno e elementos da CERCICAPER de Castanheira de Pera, entidade credenciada para a realização da Formação Profissional, que fazem a transição dos alunos para o Centro de Emprego. Este estágio tem a duração de dois anos e contempla uma remuneração simbólica. A partir desta fase, o conhecimento que temos do percurso destes jovens é apenas informal. Contudo, é importante referir que no nosso agrupamento, desde 2018, um aluno ficou a trabalhar na empresa onde iniciou o PIT. Relativamente aos alunos que desenvolvem atividades ocupacionais na Instituição APPACDM da Sertã, importa mencionar que os mesmos não fazem nenhum estágio. Quatro destes alunos foram integrados nas instituições onde realizaram os seus PIT. No presente ano letivo dois destes alunos terminaram a escolaridade obrigatória. Um dos alunos vai para a instituição CERCICAPER de Castanheira de Pera, frequentar o CACI que consta no desenvolvimento de atividades ocupacionais. O outro aluno foi orientado para a realização da Formação Profissional através da entidade credenciada para a realização da Formação Profissional, a CERCICAPER de Castanheira de Pera.

5 – No atinente ao reconhecimento e respeito pela diversidade, e no apoio ao bem-estar das crianças e alunos, aproveitando a presença dos SPO nesta equipa, quais as medidas de orientação escolar e profissional que têm sido desenvolvidas?

No que diz respeito à orientação escolar e profissional, esta centra-se essencialmente na promoção, junto dos alunos envolvidos, de uma maior exploração dos seus interesses, capacidades e aptidões, promovendo um maior autoconhecimento e procurando facilitar uma escolha mais consciente dos seus percursos no ensino secundário. Paralelamente, os alunos são também incentivados a explorarem as diversas profissões, tendo em conta: o tipo de tarefas desenvolvidas, o ambiente onde o trabalho se desenvolve e qual o tipo de formação necessária para essa mesma profissão.

Para os alunos com maiores dificuldades/constrangimentos nas aprendizagens e/ou com menor motivação para o estudo, procura-se incentivá-los para escolherem, preferencialmente, um curso profissional, pois esta oferta formativa possui uma dinâmica e uma estrutura curricular que mais facilmente promove, devido ao seu carácter mais prático, um maior envolvimento e um conseqüente maior sucesso escolar dos alunos com estas características. Acresce, ainda, que a qualidade destes cursos proporciona uma qualificação profissional intermédia que facilita uma maior empregabilidade para quem não pretende seguir o ensino superior.

Para os alunos com medidas adicionais – Adaptações curriculares significativas, é de extrema importância que a escolha para o desenvolvimento do seu Plano Individual de Transição – PIT vá ao encontro das suas características, capacidades e necessidades, bem como dos anseios das famílias. As experiências e aprendizagens realizadas durante o desenvolvimento do PIT pretendem, também, funcionar como um processo de orientação, levando-os a experienciar várias atividades que poderão posteriormente ser desenvolvidas na sua vida ativa.

6 – Como avaliam a integração curricular de atividades culturais, científicas, artísticas e desportivas na inclusão de crianças e jovens com medidas de apoio seletivas e/ou adicionais?

A integração das crianças e jovens com medidas de apoio seletivas e/ou adicionais avalia-se positivamente sempre que os docentes os envolvem valorativamente nas atividades. Esta integração contribui, significativamente, para a autoestima, segurança e sentimento de pertença à turma e conseqüentemente à escola. Consideramos, no entanto, que há ainda um trabalho sistemático de consciencialização e de responsabilização a fazer com o corpo docente para que a efetiva integração dos alunos com medidas adicionais se concretize. Neste sentido, e porque urge, antes de mais, sensibilizar para uma alteração estrutural de mentalidade e subseqüente práxis, para o próximo ano letivo a EMAEI assumirá como prioritária esta missão, envolvendo diversos agentes educativos, nomeadamente os diretores turma/titulares de turma.

7 – Na perspetiva desta equipa multidisciplinar, verifica-se, no AES, uma prática de organização e gestão do currículo e da aprendizagem que dê resposta ao designio de uma verdadeira educação inclusiva? Quais os principais constrangimentos?

No nosso ponto de vista, no AES há um esforço evidente para pôr em prática uma verdadeira educação inclusiva - praticamente todas as semanas foram analisadas situações de alunos (quer ao nível das aprendizagens, do comportamento e da integração social) pela Equipa Multidisciplinar. Verifica-se que os professores titulares de turma e os diretores de turma estão mais atentos às “características” individuais de cada aluno. Mas também verificámos que estamos todos muito preocupados em cumprir o programa da disciplina e que existem inúmeras reuniões, mas não com o propósito de organizar/planificar o currículo para desenvolver projetos e/ou atividades que mobilizem as aprendizagens essenciais de cada disciplina e as competências do Perfil do Aluno. Acreditamos que a **maioria** dos professores, neste momento, faz o melhor que sabe e tenta dar a resposta/estratégia que considera mais adequada para garantir a inclusão, tendo presente que a escola é para todos.

Apesar de se verificar alguma melhoria, persiste ainda alguma resistência ao “trabalho colaborativo” entre docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação, bem como a falta de motivação de alguns docentes para mudar práticas enraizadas.

7.1 – Os recursos educativos, nomeadamente os que são disponibilizados pelo Centro de Apoio à Aprendizagem, são os adequados?

Os recursos educativos disponibilizados são adequados, no entanto, no decorrer do ano letivo, com a vinda de alunos provenientes de outros países, verificámos que se revelaram manifestamente insuficientes, nomeadamente os recursos humanos, a saber: docentes de educação especial, docentes para PLNM, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e ainda um docente de Língua Gestual a tempo parcial.

8 – Como articula/integra a EMAEI a participação dos Pais/Encarregados de Educação?

A articulação entre a escola e a família é feita prioritariamente pelo diretor de turma estando contemplado um horário de atendimento semanal;

Acesso a registos periódicos de avaliação contínua/formativa;

A oportunidade de conhecer os espaços e ambientes de aprendizagem, UEE, Salas da Vida Ativa da EBS, da EBPALE e Escola Secundária e, quando aplicável, a entidade de acolhimento nos períodos de formação em contexto de trabalho, entre outros.

Marcação de reuniões com os EE para fomentar a sua participação nas decisões/medidas tomadas para o seu educando, estando, por vezes, outros elementos variáveis (aluno, técnicos que o acompanham, DT, professor titular, professor educação especial, outros...);

O incentivo a um contacto regular com a escola e reuniões com professores em reuniões presenciais e contacto telefónico;

O acesso a oportunidades diversificadas para que possam discutir os progressos e as preocupações a respeito dos seus filhos;

Na tomada de decisão sobre a necessidade ou não de medidas, valorizamos o conhecimento que têm sobre os seus filhos e aceitamos os contributos positivos que podem oferecer à escola.

Em suma, a EMAEI valoriza a participação ativa e comprometida dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.

9 – Que sugestões gostariam de referir para assegurar a melhoria contínua do trabalho desta equipa?

A Equipa pauta o seu trabalho no suporte de uma escola reflexiva, num espaço de partilha e de saberes, com vista a proporcionar respostas de qualidade perante a diversidade dos alunos, na operacionalização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

No sentido de assegurar este pressuposto consideramos os seguintes aspetos a melhorar:

-apesar de se ter verificado uma melhoria, a EMAEI entende que ainda há aspetos a melhorar na articulação de trabalho cooperativo/colaborativo entre docentes e entre docentes e EMAEI;

-promover o conceito de formação para não docentes;

- dar continuidade ao estabelecimento de parcerias com estruturas externas à escola como mais-valias na resolução de situações dos alunos, tendo em conta que, as verificadas até agora apresentam um balanço bastante positivo.

- assegurar a representatividade de todos os níveis de ensino na equipa, nomeadamente da educação pré-escolar e do ensino secundário.

Obrigada pela vossa disponibilidade!

Auscultação ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Sertã acerca da consecução dos objetivos estratégicos que integram o Plano de Ação previsto no Projeto Educativo

Objetivo(s) estratégico(s):

- Capacitar o pessoal não docente em formação para melhorar a eficácia da sua atuação em contexto escolar;
- Promover ações de formação nas diferentes áreas de atuação com impacto evidente no contexto escolar.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

No presente ano letivo, não se realizou nenhuma ação de formação dirigida ao PND, mas foi dirigida uma solicitação nesse sentido ao Centro de Formação Alto Tejo, tendo sido envolvida a autarquia no sentido de a agilizar. Esta solicitação tem como objetivo salvaguardar a qualidade da prestação de serviço no concernente ao acompanhamento de alunos com necessidades específicas que precisam de uma atenção/atuação diferentes, por isso as ações de formação pedidas tiveram em conta este contexto de exigência muito particular.

Em síntese, não tendo sido concretizada na plenitude, a estratégia prevista neste campo foi agilizada, priorizando a formação do PND no âmbito do trabalho com alunos portadores de necessidades específicas.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Aumentar a participação dos alunos nos diferentes apoios educativos e/ou clubes;
- Incentivar a participação dos alunos nos apoios e/ou clubes.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

O AES oferece muitos apoios e tem procurado gerir os horários da melhor forma para salvaguardar a sua rentabilização por parte dos alunos, mas é uma evidência que não estão a ser devidamente rentabilizados, por razões vários, sendo isso que tem de ser trabalhado. Muitas vezes os alunos não vão, de facto, mas talvez os docentes, tomando conhecimento dessas ocorrências, pudessem incentivar, motivar um pouco mais os alunos, no sentido de valorizarem esses espaços/tempo que o AES disponibiliza. Há muitas horas de apoio sem alunos a usufruir desse tempo e isso não deveria acontecer. Aliás, estas situações deveriam ser comunicadas em tempo útil à Direção que só no final do período, observando os balanços e os respetivos registos de frequência, consegue perceber que tal está a acontecer. É preciso dar uma volta significativa a esta situação, mas isto implica uma atitude que passa em larga medida pelos próprios professores, que devem demonstrar aos alunos, mesmo aos que têm sucesso, que o apoio do professor poderá ser, aliás, que é uma mais-valia na melhoria dos seus resultados e na qualidade da sua aprendizagem.

Em termos das estratégias previstas neste ponto, efetivamente a questão dos horários, conforme o referido anteriormente, foi revista, embora não na totalidade, visto que a conciliação de variáveis (diversas turmas, docentes...) não é fácil, suscitando dilemas: por exemplo, se usar uma hora de almoço para apoio significar colocar uma aula de uma turma de 3º ciclo n o último tempo da tarde, é necessário ponderar muito bem essa situação.

Acrescente-se que esta questão (gestão dos horários) pode também comprometer a satisfação do pessoal docente, visto que a salvaguarda do dia de trabalho sem componente letiva também é colocar o aluno no foco de todo o processo, pois aumenta a satisfação dos professores, embora crie constrangimentos à gestão. Consequentemente, em termos de tomada de decisões, esta questão implica opções que não devem afetar a equidade com que os diversos implicados (alunos e profissionais) são tratados e, consequentemente, mobilizados.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Melhorar as aprendizagens.
- Desenvolver o espírito crítico.
- Incentivar os alunos para uma aprendizagem de qualidade.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Estes objetivos estão ligados aos anteriores, portanto o problema da mobilização dos alunos é premente e está intimamente ligada à forma como se envolvem na construção da aprendizagem. Em termos de estratégias concretas previstas, o Clube de Comunicação não chegou a avançar, embora tenham existido algumas situações, não formalizadas, de discussão e debate.

Relativamente às questões respeitantes à agilização da avaliação formativa e às práticas de monitorização, avaliação e autorregulação, estando no PE inscrita a política de avaliação/classificação do AES, a observação direta do estipulado passará pela intervenção das lideranças intermédias e pelo trabalho realizado nos Departamentos, supervisionado pelos respetivos coordenadores.

Daquilo que me é dado observar, havendo ainda um caminho a percorrer, já há uma diferença significativa na forma como os vários docentes percecionam a relação entre aprendizagem, ensino, avaliação, embora não esteja ainda alcançado, de forma uniforme, o patamar que desejamos. Digamos que estamos a construir o caminho de forma positiva, ainda que pouco célere e com algumas irregularidades (entre departamentos, grupos e dentro dos próprios grupos, persistem entendimentos/procedimentos diferentes).

Objetivo(s) estratégico(s):

- Disponibilizar aos alunos PLNM tempo necessário à aprendizagem do Português;
- Usar o Português como língua de aprendizagem.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Não foi possível criar um grupo-turma de PLNM, sobretudo pela dispersão por níveis de ensino/níveis etários, embora tenham sido disponibilizados diversos apoios individuais ou em pequeno grupo. No entanto, neste momento a CIM Beira Baixa está a disponibilizar uma candidatura financeira para promoção do sucesso escolar, existindo um projeto, previsto neste contexto, que diz respeito ao apoio a dirigir aos alunos estrangeiros, o que poderá melhorar o acolhimento prestado aos jovens que vêm de outros sistemas de ensino, com ou sem dominar a Língua Portuguesa, visto que a integração de alunos provenientes de PALOP ou do Brasil é algo com que o AES se tem confrontado muitíssimo e, embora a barreira linguística seja menor, também existe, assim como muitas outras. Este Projeto – “Integra Mais” – prevê a existência da figura de um “educador social” e um terapeuta da fala, técnicos ou profissionais que poderão ser muito pertinentes no processo de melhoria a este nível, no acolhimento dos alunos estrangeiros, permitindo a criação de uma equipa específica para tal. Consequentemente, pensamos que este poderá ser um aspeto importante para elevar a qualidade global da prestação de serviço e assegurar, no AES, melhores resultados sociais e académicos.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Resolver os problemas registados no âmbito da utilização dos equipamentos informáticos.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Em termos de recursos humanos, existem recursos que vão cobrindo, no essencial, as necessidades, recorrendo-se, necessariamente, a empresas externas para situações mais complexas como a observação do funcionamento do servidor.

Saliente-se que a elevada quantidade de material informático distribuído, nomeadamente aos alunos, traz consigo associados outros problemas, como os de manutenção, por exemplo, particularmente difíceis de gerir, embora seja uma situação transversal a todas as escolas.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Minimizar as deslocações dos docentes entre escolas do AES;
- Melhorar as condições de trabalho.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Tem sido feito um esforço significativo para gerir os horários, por forma a evitar deslocações, mas, novamente, para garantir um dia sem componente letiva, o melhor que se consegue é assegurar a prestação de serviço em diferentes estabelecimentos por turno (de manhã numa escola e à tarde noutra). Contudo, tratando-se de horários relativos a docentes de disciplinas que impliquem uma significativa quantidade de turmas, é mesmo muito difícil evitar as deslocações entre edifícios.

No fundo, dentro do concretizável, tem-se procurado estabelecer um equilíbrio na gestão dos horários, fazendo opções e tomando decisões com o desígnio de assegurar a satisfação dos profissionais, procurando o que for mais mobilizador de uma prestação de serviço de qualidade, visto serem questões indissociáveis.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Aumentar o nível de articulação curricular e colaboração pedagógica;
- Reforçar a partilha de material, planificações e estratégias entre docentes de diferentes níveis.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Neste aspeto há muito trabalho a fazer, nomeadamente no respeitante à articulação curricular, estando embora previstos os tempos de horário para reuniões/trabalho de equipas pedagógicas. Contudo, estas horas deverão ser rentabilizadas de outra forma, no sentido de assegurar a consecução destes objetivos estratégicos, facto que implicará, necessariamente, um trabalho concertado neste sentido ao nível dos departamentos e do funcionamento dos conselhos de turma como coesas equipas pedagógicas.

Neste momento, ainda não há evidências de que a este nível se tenha atingido um patamar ao nível do desejável.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Tornar a página do AES mais atrativa e funcional;
- Rentabilizar as potencialidades do espaço web para interagir com a comunidade e para divulgação de informações/atividades.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Está em processo de finalização a nova página do AES e há muita vontade de integrar a newsletter que tem sido utilizada, a nível interno, sem pôr em risco a privacidade, respeitando a proteção de dados.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Melhorar a circulação de informação e a resolução de problemas.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Em termos de estratégias, neste campo, já existe aquilo que está previsto, ou seja, está definido um interlocutor da direção do AES para cada área. Contudo, reconhece-se que na prática, ou melhor, a forma como isso é posto em prática não tem tido a eficácia desejável, no âmbito em apreço, relativo à melhoria da comunicação interna.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Facilitar e melhorar o trabalho de gestão de Atividades e Projetos.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

A plataforma adquirida pelo AES tem ainda algumas falhas (módulo do GIAE). É preciso melhorar a plataforma, mas também será necessário um maior cuidado na introdução das atividades (particularmente, será necessário mais cautela e rigor na indicação da sua calendarização), não obstante, por vezes, não ser possível garantir a definição do dia e da hora, mas, por isso mesmo, a plataforma terá de prever a introdução de alterações, sem que seja necessário repetir todo o processo.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Dotar os alunos das competências necessárias para produzirem conteúdos recorrendo ao áudio e ao vídeo.
- Possibilitar a gravação de textos para alunos disléxicos e outros.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Existe um estúdio de gravação, no PE está previsto que seja um espaço de utilização alargada, acessível a todos os níveis de ensino. A informação da existência deste espaço/recurso não terá ainda chegado a todos os setores, facto que deverá ser salvaguardado. Urge divulgar.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Reduzir a carga horária dos alunos;
- Transformar as disciplinas quinzenais em disciplinas semestrais.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Conforme a estratégia prevista, nas disciplinas em que era possível, foi revista a organização que passou a ser semestral.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Promover pelo menos um encontro anual com toda a comunidade escolar;
- Dinamizar o Dia Aberto do AES à comunidade escolar.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

As estratégias previstas foram agilizadas com sucesso: houve o dia aberto à comunidade na semana cultural e verificou-se a realização de um momento festivo (o arraial).

Objetivo(s) estratégico(s):

- Melhorar os índices de intervenção da AEAES na vida do agrupamento

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Houve muitas reuniões com a Associação de Estudantes, algumas de caráter informal, mas houve claramente um aumento nas interações com essa estrutura e um maior envolvimento dos representantes dos alunos na vida do AES, conseqüentemente. Com efeito, a dinâmica da Associação de Estudantes aumentou de forma significativa, graças, fundamentalmente, à iniciativa da atual Presidente, Mariana Pereira, que desempenhou muito bem as suas funções.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Elevar o conhecimento aos estudantes da legislação que regulamenta o associativismo;
- Sensibilizar os alunos para a importância da sua atuação no processo de melhoria constante da escola.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Conforme o exposto anteriormente, houve mais envolvimento dos alunos. Não houve quaisquer ações de formação na área do associativismo juvenil, houve, sim, um grande apoio por parte do professor Jorge Correia (Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento e Coordenador de Projetos) na fase da constituição dos órgãos sociais da associação de estudantes.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Melhorar a eficiência da comunicação interna;
- Definir e divulgar os procedimentos internos.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Não foi construído, ainda, um manual de procedimentos, embora se mantenha previsto. Tem sido posto em prática com regularidade, ainda que com o constrangimento anteriormente mencionado, a construção e envio do boletim digital (newsletter) que tem sido bastante pertinente no garante da circulação da informação, internamente, dando visibilidade ao que vai sendo feito nos diversos setores, estabelecimentos e níveis, mas com a limitação de se restringir ao universo do pessoal docente.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Melhorar a gestão das atividades do PAA quanto às propostas e planificações

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Na Semana Cultural, foi feito um mapa com todas as atividades previstas e colocado nas salas de professores, contudo, a realização de um mapa mensal (conforme o previsto nas estratégias de consecução deste objetivo) não se verificou.

Há, efetivamente, necessidade de melhorar este aspeto. A ideia era a plataforma ser utilizada com essa finalidade, ou melhor, ser uma ferramenta eficaz neste processo, mas, tal como já foi referido, há muitas questões para burilar nesta extensão do GIAE.

Objetivo(s) estratégico(s):

- Valorizar a imagem dos cursos profissionais junto dos alunos e encarregados de educação.

Avaliação do grau de consecução, atenta(s) a(s) estratégia(s) inscrita(s) no PE do AES:

Houve algum envolvimento dos alunos dos Cursos Profissionais tendentes a permitirem essa valorização (no arraial de dia 4 de junho, na Semana Cultural...). Destaque-se que os alunos, particularmente os de Multimédia, têm estado envolvidos em ações que implicam entidades externas ao AES e que podem constituir evidências de uma tentativa de valorização desta oferta formativa, junto da comunidade.

Refira-se que o Projeto Erasmus, para professores do ensino profissional e para estágios de alunos, a agilizar no próximo ano, embora não esteja referido no PE, constitui, inequivocamente, uma estratégia de valorização dos Cursos Profissionais.

Relativamente aos campos a melhorar, apontados no relatório do OQ do ano transato, não abrangidos claramente na reflexão supra, e que seguidamente se elencam, solicitamos ao Sr. Direto que comentasse a evidência (ou não) de mudanças:

- Envolvimento efetivo da comunidade na autoavaliação do AES, nomeadamente no que se refere à existência de uma reflexão orientada acerca dos aspetos destacados no relatório do OQ e do seu impacto na melhoria desta organização escolar;
- Articulação entre as necessidades de melhoria (previstas numa formalizada ação estratégica) e os respetivos mecanismos de monitorização da proficiência das ações tomadas;
- Recursos e práticas de gestão que garantam, ainda com mais eficácia, o apoio adequado e profícuo às crianças e jovens desde o pré-escolar;
- Atenção contínua ao ambiente escolar por forma a impedir, prever e prevenir qualquer situação de violência ou risco.

Em relação ao primeiro aspeto, concernente à autoavaliação, refira-se que continuamos a ter um problema, não conseguimos alterar o que anteriormente se verificara, embora com a definição de Plano de Ação, inscrito no PE, talvez seja possível rever a metodologia subjacente ao processo de autoavaliação do AES, num futuro próximo.

No que concerne ao segundo ponto, é de destacar que houve reforço do pessoal docente da Educação Especial a dar apoio à educação pré-escolar, facto que acabou por ter um lado não previsto negativo e que se prende com o facto da Coordenadora do SNIPI (de Castelo Branco) ter entendido que, existindo recursos próprios do AES a prestar apoio, então os daquela estrutura poderiam ser canalizados para outras organizações. Isto significa que o ganho esperado com a mobilização de recursos não se verificou como se gostaria. O objetivo era reforçar o apoio que acabou por se escoar por outro lado.

Ao nível do ambiente escolar, refira-se que não houve mais processos disciplinares do que nos anos transatos, no entanto houve um aumento da sensibilidade, por vezes surpreendentemente exacerbada, por parte dos encarregados de educação relativamente ao que acontece em contexto escolar, o que se tem revelado bastante difícil de gerir. Não obstante, globalmente, o ambiente escolar continua a ser adequado e funcional, pelo que nos é dado observar, embora, como é óbvio, requeira de todos nós uma atenção constante. Qualquer situação de desconforto ou de indisciplina que ocorra já é demais!

Sem um ambiente escolar de qualidade, em sentido lato, não se pode almejar a excelência.

A equipa do Observatório de Qualidade agradece ao sr. Diretor a disponibilidade para este momento de auscultação.

Obrigada pela sua disponibilidade!

Inquérito Aberto Dirigido aos Coordenadores

A equipa de professores que se dedica ao processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas da Sertã (vulgo equipa do Observatório de Qualidade) tem vindo, ao longo dos últimos anos, a tratar os domínios previstos no Quadro de Referência da IGEC que têm servido de base à construção/ elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna. No presente ano, procurará agilizar uma reflexão que abranja os campos em que a comunidade escolar apontou fragilidades, assim como todos os que se afiguram fundamentais no percurso de aprimoramento progressivo que pretendemos que esta Organização Escolar realize e que se encontram espelhadas nos objetivos estratégicos do Projeto Educativo.

Face ao exposto e atento o desígnio de garantir que o processo autoavaliação do AES tem no seu epicentro a qualidade da prestação do serviço educativo, solicitamos a colaboração dos Coordenadores dos Diferentes Departamentos Curriculares, estrutura de liderança intermédia fundamental neste contexto.

Coordenador 1

1 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

Como coordenadora reconheço que para além de partilhar o relatório da autoavaliação do AES com o departamento, não existiu, até ao momento, nenhum momento em que, em SCAD, nos tenhamos debruçado. Vamos discutindo ao longo do ano aspetos que são reportados no documento de autoavaliação que foi tido em conta na revisão do Projeto Educativo do Agrupamento.

2 – Está prevista a monitorização e a avaliação de procedimentos atinentes ao cumprimento dos objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES? Como é feita essa monitorização/avaliação?

Prevê-se que nas últimas reuniões das diferentes SCAD deste departamento se faça uma reflexão acerca dos resultados da avaliação interna e externa, bem como a avaliação das atividades que vão ao encontro dos objetivos espelhados no PE.

3 – No seu Departamento, estão pré-estabelecidas e/ou definidas as competências previstas no PASEO (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*) a priorizar?

Para cada ano letivo as planificações a longo, médio e curto prazo são elaboradas em função dos diferentes domínios das disciplinas tendo em conta o PASEO com o qual estão intimamente ligadas. As diferentes atividades abrangem as competências destacadas no documento acima referido e que estão espelhadas nas aprendizagens essenciais.

3.1 – Elenque, por favor, práticas/opções didáticas concretas, agilizadas pelos docentes do seu Departamento, que estejam inequivocamente alinhadas com o PASEO.

Trabalhos de grupo com atividades disciplinares e/ou interdisciplinares (trabalho de parceria);

Envolvimento dos alunos em atividades de leitura, escrita e oralidade;

Participação dos alunos em diferentes projetos dentro e fora da sala de aula que promoveram a capacidade de se expressar oralmente;

Organização de Visitas de Estudo no sentido de promover situações empíricas que ilustram o que é apresentado de um modo mais académico;

4 – Relativamente à avaliação/classificação, quais os procedimentos previstos no seu departamento para garantir a observação dos critérios gerais de avaliação do AES e da priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica?

Foi promovida uma reunião para apresentar os critérios gerais de avaliação do AES, onde se apresentaram a importância da avaliação formativa. O AES criou um documento sobre a avaliação formativa e avaliação classificatória.

Nas reuniões quinzenais, desenvolveu-se trabalho colaborativo no sentido de se implementar a vertente formativa da avaliação. Estruturaram-se momentos de classificação e elaboraram-se rubricas, critérios de correção e auto e heteroavaliação.

5 – No seu Departamento, são constituídas equipas para refletir sobre atividades de caráter inter ou transdisciplinar e para proceder à articulação entre anos/ciclos? Com que frequência? Dê exemplos concretos de atividades preparadas neste contexto.

Na disciplina de português a articulação entre anos e ciclo é feita naturalmente, nomeadamente entre 3º ciclo e secundário no final do ano letivo. É feita uma avaliação dos resultados no final do ano letivo durante a qual se apresentam as características dos alunos que irão transitar para o ensino secundário. O mesmo trabalho é realizado na SCAD de línguas estrangeiras.

Verifica-se a dificuldade em fazer esta articulação entre o 2º ciclo e o 3º ciclo. A coordenadora já por diversas vezes solicitou ao subcoordenador que averiguasse da possibilidade de se realizar um encontro para providenciar esta articulação, sem que tivesse havido uma anuência por parte do grupo. Surge, por isso a necessidade, de haver a formalização deste encontro.

6 – Relativamente à gestão da diferença em sala de aula, como é esta questão tratada no seu Departamento e quais as principais dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multi-nível eficaz?

O Departamento tem referido nas diferentes reuniões a dificuldade em gerir diferentes níveis de aprendizagem. É frequente nas salas de aula estarem presentes alunos com medidas adicionais com capacidades de nível de 2º ano, 1º ciclo, alunos oriundos de outros países com currículos diferentes dos portugueses e desconhecedores do português europeu e alunos de PLNM para além dos diferentes ritmos de aprendizagem.

O departamento tem solicitado uma organização diferenciada tal como criação de um ano 0 para os alunos cuja língua materna é o português não europeu e um grupo mais alargado onde se rececionem os alunos de PLNM.

A medida de AISA permite em parte desenvolver um acompanhamento maior aos alunos com maiores dificuldades.

Em reunião de SCAD são partilhadas as experiências e as boas práticas.

7 – Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

Penso que seria profícuo um encontro no início do ano com a equipa/ coordenadora do OQ com coordenadores para se poder perceber os aspetos a melhorar, porque também permitiria uma partilha de boas práticas entre departamento.

Coordenador 2

1 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

- Nas reuniões de início de ano letivo é dado conhecimento e analisado o relatório produzido pelo Observatório.

2 – Está prevista a monitorização e a avaliação de procedimentos atinentes ao cumprimento dos objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES? Como é feita essa monitorização/avaliação?

- Não estando previsto formalmente, nas sessões de trabalho realizadas quinzenalmente assim como nas reuniões de início de período, é feito o ponto de situação relativamente às atividades desenvolvidas, constrangimentos surgidos, cumprimento de planificações, análise aos resultados obtidos, necessidades em termos de formação docente, propostas de melhoria ao nível da gestão do currículo e da comunicação interna....

3 – No seu Departamento, estão pré-estabelecidas e/ou definidas as competências previstas no PASEO (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*) a priorizar?

- Não estão pré-estabelecidas e/ou definidas quaisquer das áreas de competência do PASEO.

3.1 – Elenque, por favor, práticas/opções didáticas concretas, agilizadas pelos docentes do seu Departamento, que estejam inequivocamente alinhadas com o PASEO.

- Nos anos iniciais, atendendo ao facto de por norma, as turmas integrarem alunos que não se “conhecem” há a preocupação com o relacionamento interpessoal, procurando-se a integração possível dos mesmos. A realização de trabalhos de grupo e respetiva apresentação é um dos instrumentos utilizado para o efeito, assim como a realização de pesquisa orientada.
- Nos restantes anos, procura dar relevância às áreas da linguagem e textos, informação e comunicação, raciocínio e resolução de problemas e o pensamento crítico e pensamento criativo. Inevitavelmente, nos anos terminais, o saber científico técnico e tecnológico é a grande preocupação.
Na construção dos instrumentos aplicados aos alunos, sejam as fichas de avaliação, as questões-aula, a elaboração de sínteses e comentários, procura ir-se de encontro ao PASEO. Na prática letiva diária a leitura e interpretação de textos, a análise documental e respetiva a mobilização da informação recolhida são procedimentos também utilizados.

4 – Relativamente à avaliação/classificação, quais os procedimentos previstos no seu departamento para garantir a observação dos critérios gerais de avaliação do AES e da priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica?

- A utilização de uma grelha Excel comum e a diversificação dos instrumentos aplicados aos alunos.

5 – No seu Departamento, são constituídas equipas para refletir sobre atividades de carácter inter ou transdisciplinar e para proceder à articulação entre anos/ciclos? Com que frequência? Dê exemplos concretos de atividades preparadas neste contexto.

- Não. No entanto é uma questão importante e, na sequência de proposta apresentada pelo Coordenador da Matemática e Ciências Experimentais na última reunião de Conselho Pedagógico, o assunto irá ser analisado na próxima reunião plenária do departamento.

6 – Relativamente à gestão da diferença em sala de aula, como é esta questão tratada no seu Departamento e quais as principais dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multi-nível eficaz?

- O número de alunos por turma;
- O número cada vez maior de alunos a necessitarem de apoio;
- Constrangimentos no acompanhamento de alunos com problemas muito específicos;
- O número cada vez maior de alunos provenientes de outros países;

7 – Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

- É apenas necessário dar continuidade ao excelente trabalho que tem vindo a ser realizado pela equipa do Observatório.

Coordenador 3

1 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

Os relatórios foram amplamente divulgados, apreciados e analisados, inicialmente em sede de departamento e posteriormente de SCAD. Após reflexão sobre os resultados da autoavaliação apresentados e no sentido de resolver as fragilidades apresentadas, tomaram-se as adequadas e possíveis medidas para as colmatar.

2 – Está prevista a monitorização e a avaliação de procedimentos atinentes ao cumprimento dos objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES? Como é feita essa monitorização/avaliação?

Confesso que não há um processo específico, bem definido e assumido explicitamente por todos os professores para monitorizar e avaliar o cumprimento desses objetivos. Contudo todo o trabalho de planificação curricular e das atividades extracurriculares se desenvolve enformado pelo Projeto Educativo em vigor. Nesse sentido é dada prioridade às fragilidades apontadas no documento, tentando assim melhorar esses aspetos.

Nas reuniões/sessões de 4ª feira, embora sem carácter sistemático e planificado, são analisadas e debatidas as fragilidades mais evidentes e que carecem de resolução mais premente e são efetuadas propostas de melhoria.

3 – No seu Departamento, estão pré-estabelecidas e/ou definidas as competências previstas no PASEO (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*) a priorizar?

Relativamente aos currículos estão obviamente implícitas na estruturação das *Aprendizagens Essenciais* as áreas prioritárias e específicas para cada disciplina, no que às competências previstas no PASEO diz respeito, e que são depois explicitadas ao longo do documento das AE.

Paralelamente à componente curricular são planificadas atividades, integradas no PAA e que depois de realizadas são alvo de avaliação, que procuram dentro do possível ir ao encontro das necessidades e fragilidades detetadas nos relatórios de autoavaliação e simultaneamente na procura do desenvolvimento das áreas de competências elencadas no PASEO e consideradas prioritárias em cada disciplina.

3.1 – Elenque, por favor, práticas/opções didáticas concretas, agilizadas pelos docentes do seu Departamento, que estejam inequivocamente alinhadas com o PASEO.

Sem querer ser exaustivo deixo aqui alguns exemplos:

- Como base todo o trabalho de planificação curricular se desenvolve, fruto do alinhamento com as AE's de cada disciplina, com o objetivo claro de desenvolvimento das áreas de competências enunciadas no PASEO;
- reforço do desenvolvimento das competências relacionadas com a linguagem e comunicação, com implicações explícitas na avaliação/classificação integradas nos critérios de avaliação;
- o trabalho iniciado e bastante incrementado nos últimos anos letivos desenvolvido pelo PES, em parceria com o "Projeto Bússola", e a interação com o parceiro BVS na atividade "Suporte Básico de Vida", na área de bem-estar, saúde e ambiente;
- criação do Clube Ciência Viva no AES que promove o desenvolvimento de várias áreas de competências elencadas no PASEO;
- múltiplas atividades que constam no PAA são promotoras de várias áreas de competências elencadas no PASEO – o trabalho de interação com o SERQ, o Ciclo de Palestras,
- a participação em várias "competições" como as várias Olimpíadas nas áreas das ciências, o Canguru Matemático, "SuperTmatik", etc... promotoras das competências relacionadas com o saber científico, técnico e tecnológico, da informação e comunicação, do desenvolvimento pessoal e autonomia, entre outras;
- foi o DMCE o promotor dos "Laboratórios Abertos", atividade hoje relevante no AES e que nos últimos anos passou a integrar outros departamentos, também importante em várias áreas de competências elencadas no PASEO;
- todo o trabalho relevante desenvolvido pelos colegas que nos últimos anos dos Cursos Profissionais estão responsáveis pela delicada tarefa de integração dos alunos no mercado de trabalho ao assegurar o bom funcionamento dos estágios profissionais, com óbvias repercussões no desenvolvimento pessoal e autonomia, informação e comunicação, relacionamento interpessoal, etc..., dos alunos.

4 – Relativamente à avaliação/classificação, quais os procedimentos previstos no seu departamento para garantir a observação dos critérios gerais de avaliação do AES e da priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica?

Aproveitando o trabalho desenvolvido nos últimos anos letivos com os colegas que tiveram formação específica nessa área foram redefinidos os critérios de avaliação/classificação no sentido de melhorar esse processo tornando-o ainda mais alinhado com o que se preconiza na legislação. A observação dos critérios gerais de avaliação do AES está presente em todo o trabalho desenvolvido nas tarefas com os alunos, assegurada pelas respetivas planificações e na sua execução.

A recente adoção uniformizada de uma grelha classificativa comum permite uma visão mais sin-tonizada entre os docentes relativamente a esse processo.

Relativamente à priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica, esta foi bastante incrementada ao nível da sensibilização junto dos docentes, com sessões de debate e esclarecimento a nível de departamento e de SCAD's, acerca do que se pretende com esse processo incorporado na atividade letiva. Confesso não existir um mecanismo para "medir" o grau de priorização que é dada à vertente formativa versus classificativa mas não me parece tarefa fácil tendo em conta a variabilidade de todos os fatores intervenientes no processo. Pelo feedback que os colegas dão tenho a convicção de que há um esforço sistemático para que a componente formativa seja cada vez mais o centro do processo avaliativo.

5 – No seu Departamento, são constituídas equipas para refletir sobre atividades de caráter inter ou transdisciplinar e para proceder à articulação entre anos/ciclos? Com que frequência? Dê exemplos concretos de atividades preparadas neste contexto.

Anualmente no processo de planificação do ano escolar, seja nas disciplinas seja nas atividades a incluir no PAA, essa articulação é tomada em conta e promovida quanto possível e considerado necessário pelas equipas de planificação.

Também nas sessões de 4ª feira, com periodicidade não definida, o tema é por vezes debatido e foi até recentemente feita uma proposta no sentido desse reforço, que foi levada a Conselho Pedagógico, para que se desenvolvesse uma metodologia de operacionalidade para melhorar ainda mais os processos de articulação vertical/horizontal no AES.

Na questão 3.1 já elenquei vários exemplos de atividades onde a articulação é evidente.

6 – Relativamente à gestão da diferença em sala de aula, como é esta questão tratada no seu Departamento e quais as principais dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multi-nível eficaz?

São evidentes os problemas de uma abordagem multinível eficaz no sistema de ensino português, que me parece, aos vários níveis de atuação, ainda não "desenhado" para incrementar e proteger essa abordagem. Quando "temos que levar todos" e ao mesmo tempo cumprir metas comuns de sucesso, lidando no mesmo espaço e tempo com a heterogeneidade dos alunos que temos, torna-se difícil com os meios que o sistema nos disponibiliza cumprir esse objetivo com a eficácia pretendida.

A diferenciação em sala de aula é ainda implementada mais pela prática que cada docente considera mais eficaz para cada caso e confesso, mais uma vez, que não há um processo interno a nível de departamento de controlo e monitorização do processo. Há, isso sim, uma sensibilização que se tem vindo a acentuar nos últimos anos letivos, onde se tem realizado trabalho relativo ao processo de avaliação/classificação, o que permitiu uma atenção cada vez maior para essa temática.

Ao nível do departamento, composto por bastantes diretores de turma, por elementos da equipa EMAEI, concretamente para os alunos abrangidos pelo DL 54/2018, estamos particularmente sensíveis a essa problemática e são tomadas as medidas consideradas necessárias e adequadas na prática letiva, embora mais uma vez se considere que se podia fazer mais se houvesse mais disponibilidade de recursos.

7– Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

É reconhecida a importância e o bom trabalho desenvolvido pelo Observatório de Qualidade nesse processo mas ainda há que percorrer algum “caminho” para que todos os intervenientes assumam a autoavaliação da estrutura como natural e, acima de tudo, útil para futuras melhorias.

Uma análise mais cuidada e periódica de toda a documentação envolvida, em todos os níveis, tornaria todos os intervenientes mais sensibilizados para a necessidade e utilidade da autoavaliação.

Uma alteração do desenho de mecanismo de autorregulação do processo poderá ajudar mas pessoalmente considero que o atual consegue cumprir o objetivo com relativa eficácia.

A todos os níveis, desde o Conselho Geral e Pedagógico até aos alunos e EE’s, podíamos estar mais sintonizados no foco daquilo que são os alvos prioritários no processo de ensino. Essa sintonia entre todos os intervenientes só se consegue com disponibilidade de tempo....” que é dele?”

Coordenador 4

1 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

Tem sido realizada em reunião de Departamento, reunião de scad, e nas sessões de trabalho colaborativo.

2 – Está prevista a monitorização e a avaliação de procedimentos atinentes ao cumprimento dos objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES? Como é feita essa monitorização/avaliação?

Todo o trabalho é desenvolvido de acordo com os objetivos do Projeto educativo, nomeadamente, nas planificações das atividades. Estas são analisadas e avaliadas, em reunião de departamento e de scad.

3 – No seu Departamento, estão pré-estabelecidas e/ou definidas as competências previstas no PASEO (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória) a priorizar?

Sim.

3.1 – Elenque, por favor, práticas/opções didáticas concretas, agilizadas pelos docentes do seu Departamento, que estejam inequivocamente alinhadas com o PASEO.

Nos guiões de trabalho, fichas de trabalho de avaliação formativa, fichas de classificação, fichas de autoavaliação.

4 – Relativamente à avaliação/classificação, quais os procedimentos previstos no seu departamento para garantir a observação dos critérios gerais de avaliação do AES e da priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica?

Os procedimentos consistem na análise dos critérios definidos, periodicamente, nas reuniões de Departamento e de SCAD. Dá-se prioridade aos instrumentos de avaliação formativa e à sua diversificação.

5 – No seu Departamento, são constituídas equipas para refletir sobre atividades de caráter inter ou transdisciplinar e para proceder à articulação entre anos/ciclos? Com que frequência? Dê exemplos concretos de atividades preparadas neste contexto.

As equipas de trabalho são os elementos de cada uma das scads, todos os trabalhos são planificados em transdisciplinaridade e se possível em articulação com os anos dos diferentes ciclos. Por exemplo são os trabalhos realizados no âmbito do Projeto Cultural.

6 – Relativamente à gestão da diferença em sala de aula, como é esta questão tratada no seu Departamento e quais as principais dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multi-nível eficaz?

Estes tipos de atividades foram sempre praticados neste departamento. As dificuldades encontradas são ao nível do tempo para planificar as atividades adaptadas aos referidos alunos, ao número elevado de alunos por turma, bem como a falta de materiais específicos para a concretização de algumas tarefas. De referir, particularmente este ano, alguns alunos não são acompanhados por um docente da área (tendo esse direito).

7– Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

Deve haver uma melhor circulação da informação no AES. Simplificação do processo, através da desburocratização.

Coordenador 5

1 – De que modo tem orientado/conduzido a reflexão, no seu Departamento, acerca dos resultados da autoavaliação do AES?

Aquando da divulgação dos resultados é solicitado aos docentes que façam a sua leitura atenta, que os analisem em grupo de ano, para posteriormente as dúvidas, concordâncias ou discordâncias serem abordadas em Departamento.

2 – Está prevista a monitorização e a avaliação de procedimentos atinentes ao cumprimento dos objetivos subjacentes ao Projeto Educativo do AES? Como é feita essa monitorização/avaliação?

Os objetivos relacionados com a qualidade das aprendizagens e sucesso escolar são trimestralmente avaliados/monitorizados, quando em grupo de ano e posteriormente em Departamento é feito o balanço da avaliação sumativa.

As atividades inscritas no PAA, articulam-se com alguns dos objetivos/metasp do Projeto Educativo, pelo que quando avaliamos essas atividades, também refletimos em que ponto estamos do cumprimento dessas metas/objetivos.

3 – No seu Departamento, estão pré-estabelecidas e/ou definidas as competências previstas no PASEO (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*) a priorizar?

Linguagens e textos, Informação e Comunicação, Raciocínio e resolução de problemas, são sem dúvida prioritários, uma vez que servirão de base à capacidade de desenvolvimento de todas as outras competências.

3.1 – Elenque, por favor, práticas/opções didáticas concretas, agilizadas pelos docentes do seu Departamento, que estejam inequivocamente alinhadas com o PASEO.

- *Exposição de trabalhos simples relacionados com temas disciplinares e interdisciplinares, realizados com o apoio do professor ou em grupo;*
- *realização de trabalhos interdisciplinares;*
- *pesquisa e seleção de informação essencial, com recurso à WEB;*
- *recurso a materiais concretos para concretização situações matemáticas, não só com recurso a materiais manipuláveis [Exemplo: materiais estruturados como os colares de contas, cubos de encaixe, Tangrams, MAB, modelos físicos de sólidos, polígonos encaixáveis, círculos de frações, entre outros; e materiais não estruturados que podem ser recolhidos do ambiente dos alunos, como embalagens, sementes, etc.], mas também com a dramatização de processos durante a resolução de problemas;*
- *utilização de software simples;*
- *realização de jogos, jogos de papéis e simulações;*
- *divulgação do património cultural e artístico nacional e local e de outras culturas, como valores indispensáveis para uma maior capacidade de participação e intervenção nas dinâmicas sociais e culturais.*

4 – Relativamente à avaliação/classificação, quais os procedimentos previstos no seu departamento para garantir a observação dos critérios gerais de avaliação do AES e da priorização dos mecanismos da vertente formativa da avaliação pedagógica?

Os critérios gerais de avaliação do AES estão em linha com o PASEO, logo as práticas elencadas no número anterior garantem avaliar/classificar de acordo com os mesmos e simultaneamente diversificar os instrumentos de recolha. A avaliação formativa acontece diariamente nas salas de 1º ciclo, transmitindo com frequência feedback a pais (anotações nos manuais e caderno diário) e alunos (comentário oral ao seu desempenho autónomo).

5 – No seu Departamento, são constituídas equipas para refletir sobre atividades de caráter inter ou transdisciplinar e para proceder à articulação entre anos/ciclos? Com que frequência? Dê exemplos concretos de atividades preparadas neste contexto.

Sendo um ciclo de monodocência a interdisciplinaridade acontece frequentemente em sala de aula.

Exemplos: os projetos de Cidadania e Desenvolvimento promovem frequentemente a interdisciplinaridade com Português e Estudo do Meio

A Educação Artística desenvolve-se muitas vezes em interdisciplinaridade com Português Matemática e Estudo do Meio (canções, pequenas dramatizações, ilustrações, pinturas...)

A articulação entre anos faz-se em pequeno grupo nos grupos de ano e em grande grupo nas reuniões de departamento.

Os grupos garantem a articulação vertical do currículo, garantindo o ensino/aprendizagem/avaliação disciplinar, sequencial e coerente nos vários anos, por exemplo através das planificações disciplinares programáticas com os seus objetivos, conteúdos, avaliação, que por base as Aprendizagens Essenciais, o PASEO e a Estratégia Nacional de Cidadania.

A articulação entre ciclos acontece frequentemente com o pré-escolar e menos frequentemente com os outros.

Muitas atividades do PAA são realizadas em conjunto com o Pré-escolar.

6 – Relativamente à gestão da diferença em sala de aula, como é esta questão tratada no seu Departamento e quais as principais dificuldades sentidas na adoção de uma abordagem multinível eficaz?

A diferenciação é muitas vezes conseguida através do Apoio Educativo e do Apoio do professor de Educação Especial. Quando esse apoio falha, o professor titular faz esse trabalho, diferenciando recursos ou tarefas de aprendizagem. A maior dificuldade é a falta de recursos de apoio, principalmente, Apoio Educativo, uma vez que é cada vez maior o número de alunos com necessidades de apoio: dificuldades de aprendizagem propriamente ditas, dificuldades de adaptação à rotina escolar, falta de bases para o nível de ensino em que estão matriculados (estrangeiros)...

7– Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

Nada a acrescentar.

A equipa do Observatório de Qualidade agradece a sua colaboração.

Inquérito Aberto Dirigido à Coordenadora da Biblioteca Escolar

A equipa de professores que se dedica ao processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas da Sertã (vulgo equipa do Observatório de Qualidade) tem vindo, ao longo dos últimos anos, a tratar os domínios previstos no Quadro de Referência da IGEC que têm servido de base à construção/ elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna. No presente ano, procurará agilizar uma reflexão que abranja os campos em que a comunidade escolar apontou fragilidades, assim como todos os que se afiguram fundamentais no percurso de aprimoramento progressivo que pretendemos que esta Organização Escolar realize e que se encontram espelhadas nos objetivos estratégicos do Projeto Educativo.

Face ao exposto e atento o desígnio de garantir que o processo de autoavaliação do AES tem no seu epicentro a qualidade da prestação do serviço educativo, solicitamos a colaboração dos Coordenadores de diferentes estruturas, fundamentais neste processo, como é o caso das Bibliotecas Escolares.

1 – De que modo têm as bibliotecas do AES participado no processo de melhoria contínua, que se pretende agilizar nesta Organização Escolar, decorrente dos relatórios de avaliação interna?

As Bibliotecas do AES têm participado no processo de melhoria contínua em várias dimensões, como por exemplo, na melhoria dos processos de comunicação externa, como ilustram os vários meios de divulgação das atividades das BE. Outra vertente prende-se com a criação e “desenvolvimento de projetos, atividades, iniciativas que permitam o envolvimento simultâneo dos vários setores da comunidade, canalizando esforços para um fim comum”, como são a Feira do Livro, a Semana da Leitura, o Halloween e os projetos: *Ler com a BE, 10 minutos a ler, 14/20 a ler, Aler mais e melhor e Cientificamente Provável*. Destacamos ainda o empenho constante na apresentação de candidaturas a projetos/programas da RBE e do PNL que contribuem para a melhoria das competências leitoras dos alunos, indispensáveis para o seu sucesso escolar e para o seu crescimento enquanto cidadãos que se pretendem livres e esclarecidos.

2 – Considera que as ações/atividades dinamizadas pelas bibliotecas escolares estão alinhadas com as competências previstas no PASEO (*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*)? Refira exemplos concretos que considere pertinentes, neste âmbito.

Claramente, pois todas as atividades de promoção da leitura estão ao serviço de várias áreas de competência deste documento.

Por exemplo, nas áreas “**Linguagens e Textos**” e “**Pensamento crítico e pensamento criativo**”, salientamos:

- o encontro com o cruciverbalista Paulo Freixinho e o trabalho de alargamento vocabular;
- a exploração das obras das autoras Rita Sineiro e Susana Cardoso Ferreira e respetivos encontros com alunos, em que, para além da exploração linguística, imagética e simbólica, foram explorados os valores éticos e humanistas presentes nas obras;
- todas as sessões de trabalho com o livro a propósito de temáticas em articulação com o currículo (Alimentação; datas históricas, como o 25 de Abril, a Restauração da Independência; efemérides, ...);
- todas as ações/sessões de partilha/promoção da leitura recreativa, para todos os níveis de ensino desde o pré-escolar – exemplos: Hora do conto; Semana da Leitura; Feira do Livro;
- estímulo à participação no concurso de leitura criado pelas BE;

“Pensamento crítico e pensamento criativo”

Ações orientadas para a Estratégia de Cidadania do AES, nomeadamente a Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável (exploração da obra “Que planeta é este?”, para a Semana da Leitura); Educação para a Igualdade de Género e Literacia Financeira com alunos de 1º ciclo e com a colaboração da Decojovem; Direitos Humanos – sessões a propósito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Holocausto, 50 anos do 25 de Abril, Dia da Mulher, Dia da Criança, ...

3 – Como avalia a intervenção das bibliotecas escolares na abertura do AES à comunidade, nomeadamente no estímulo ao envolvimento ativo das famílias na vida da Escola, para além dos alunos e do pessoal docente e não docente?

Reconhecemos que esta é uma área de intervenção a precisar de reforço, embora as atividades da Semana da Leitura, com especial destaque para a Feira do Livro, o projeto “Leitura em Vai e Vem” e a circulação dos “Baús de Leitura” pretendam envolver as famílias na nunca acabada missão de entusiasmar as crianças pela leitura, com o intuito de formar leitores para a vida.

4 – Relativamente aos objetivos estratégicos inscritos no Projeto Educativo do AES, particularmente no que se refere ao desígnio de incrementar a valorização da aprendizagem por parte dos alunos, como avalia os contributos das bibliotecas escolares? Refira situações concretas que revelem a intervenção da estrutura que coordena na consecução desse(s) objetivo(s).

Tendo em conta que toda a ação das BE tem como desígnio a melhoria da aprendizagem dos alunos, fazemos uma avaliação positiva do contributo das bibliotecas escolares nesta área.

As ações que promovemos com o intuito de promover hábitos de leitura refletem-se nas competências dos alunos para responderem às diversas solicitações por parte das diferentes disciplinas e áreas curriculares. Apontamos como exemplos os encontros com autores, sessões de partilha de leitura, dinamização de concursos de leitura internos (Concurso de Leitura; Leitor+ forte, ...) e promoção da participação em concursos de leitura e escrita a nível nacional (Clássicos em Rede; Ser escritor é cool; Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta, ...). O mais recente exemplo dos frutos desta ação é a atribuição do 2º lugar Concurso Nacional de Leitura em Voz Alta a uma aluna do AES.

É de salientar que um dos objetivos do PE tem que ver com a melhoria das aprendizagens dos alunos e, de facto, no que se refere às literacias, nomeadamente da informação e dos media, os nossos alunos revelam uma proficiência muito aquém do desejável. Refira-se que a BE propôs um conjunto de ações direcionadas para a melhoria destas competências, mas tais propostas não colheram a receptividade esperada. Esperamos que, futuramente, se verifique uma mudança ao nível da valorização destas questões, pois parece-nos urgente uma mudança nestes campos. Refira-se que tal só poderá ocorrer se os docentes de diferentes áreas curriculares, incluindo Cidadania e Desenvolvimento, e mesmo as lideranças intermédias reconhecerem que esta poderá ser uma estratégia relevante para melhorar as aprendizagens, aderindo e/ou apoiando as propostas que, novamente, esperamos apresentar.

5 – Relativamente à gestão da diferença no AES, considera que as bibliotecas escolares podem dar/dão contributos significativos para que se verifique a adoção de uma abordagem multinível eficaz? De que forma?

As bibliotecas escolares são o garante do acesso universal e democrático à informação e ao conhecimento, pelo que a disponibilização de um acervo diversificado em temas, suportes, línguas,

grau de dificuldade (...), bem como as sessões de reflexão com os vários públicos tentam responder à complexidade e multiplicidade de situações (de aprendizagem, comportamentais e sociais), contribuindo para a construção de espaços de liberdade.

5.1 – Numa perspetiva mais direcionada para a ocorrência de barreiras cognitivas e sociais à aprendizagem, considera que as bibliotecas escolares estão dotadas dos recursos necessários a uma adequada articulação com os Conselhos de Turma na aplicação de medidas de apoio à aprendizagem e inclusão? Porquê?

As bibliotecas escolares têm a preocupação de disponibilizar recursos documentais que estão ao serviço de todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem. A colaboração da BE na aplicação de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão é condicionada pelo número de recursos humanos disponíveis e pela existência de horários compatíveis com os dos alunos. Apesar destes constrangimentos, as equipas das bibliotecas escolares têm-se esforçado no sentido de responder às solicitações.

6 – Após a reflexão que acabou de efetuar, apresente sugestões de melhoria para que o processo de autoavaliação do AES, futuramente, seja mais profícuo.

Infelizmente, não temos sugestões de melhoria a apresentar.

A equipa do Observatório de Qualidade agradece a sua colaboração.

RESPOSTAS À ENTREVISTA REALIZADA À DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

A equipa de professores que se dedica ao processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas da Sertã (vulgo equipa do Observatório de Qualidade) tem vindo, ao longo dos últimos anos, a tratar os domínios previstos no Quadro de Referência da IGEC que têm servido de base à construção/ elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna. No presente ano, procurará agilizar uma reflexão que abranja os campos em que a comunidade escolar apontou fragilidades, assim como todos os que se afiguram fundamentais no percurso de aprimoramento progressivo que pretendemos que esta Organização Escolar realize e que se encontram espelhadas nos objetivos estratégicos do Projeto Educativo.

Face ao exposto e atento o desígnio de garantir que o processo de autoavaliação do AES tem no seu epicentro a qualidade da prestação do serviço educativo, solicitamos a colaboração das diferentes estruturas, fundamentais neste processo, como é o caso da Associação de Estudantes.

1 – Uma das fragilidades inscrita no PE do AES tem que ver com o aproveitamento limitado dos apoios/Clubes por parte dos alunos. Na sua opinião, o que contribui para esta constatação? O que poderia ser feito para minorar esta situação?

Na nossa opinião, os apoios/clubes não são bem publicitados, o que leva a um menor número de inscrições por parte dos alunos. Para minorar a situação, os clubes deviam apostar mais na divulgação dos mesmos através das redes sociais e de atividades de promoção aos mesmos.

2 –Relativamente à valorização da aprendizagem, concorda com a afirmação de que, no geral, os alunos valorizam cada vez menos e se envolvem de forma cada vez menos consciente no processo de ensino, aprendizagem e avaliação?

Concordamos com a afirmação, pois os alunos mostram-se cada vez mais desinteressados com tudo o que envolve a aprendizagem, o ensino e com as atividades ligadas ao mesmo. Contudo, pensamos que este desinteresse por parte do corpo estudantil não é o único fator para que esta afirmação se mostre verdadeira.

2.1 – Como avalia a qualidade do processo de ensino, aprendizagem e avaliação no AES?

Por mais que haja professores com bons métodos de ensino e que preparam bem os alunos para exames, também é preciso reforçar que há docentes que não os preparam tão bem. Por isso, consideramos que a qualidade no AES é boa, mas precisa de melhorias.

3 – Na ótica dos alunos, como deveria ser implementado o processo referido supra, no sentido de os envolver mais e garantir uma maior aproximação aos conteúdos curriculares? Dê alguns exemplos concretos.

Desenvolver aulas mais dinâmicas (pelo menos, naquelas em que for possível dar mais azo a discussões sobre temas) através de, por exemplo, debates e trabalhos de grupo.

4 – Concorda com a afirmação de que os horários dos alunos são muito “pesados”? Qual a visão dos alunos sobre a possibilidade de passar a existir uma organização semestral?

Na ótica dos alunos, o problema não é os horários serem “pesados”, mas sim mal-organizados. Sobre a existência de uma organização semestral, não consideramos uma má hipótese, uma vez que temos férias mais espaçadas ao longo do ano, o que nos permite ir descansando mais.

5 – Parece-lhe que o AES cumpre o desígnio de se constituir como uma Escola inclusiva e aberta à comunidade? Justifique a sua resposta.

Pensamos que sim, porque tenta promover atividades a que os pais e a comunidade possam assistir e participar, como foi exemplo a semana cultural. Além disso, as atividades tentam incluir os meninos da sala ativa e mostrar as culturas existentes na nossa escola, o que as deixa mais inclusivas para a comunidade escolar. Contudo, pode haver ainda uma maior organização de atividades.

6 - Outra das fragilidades inscritas no PE diz respeito à verificação de um dinamismo intermitente por parte da Associação de Estudantes. Enquanto presidente desta estrutura, como avalia o seu atual desempenho? Concorda com esta apreciação? Que constrangimentos comprometem a ação da Associação de Estudantes?

Enquanto presidente e vice-presidente deste órgão, concordamos que não é possível dinamizar atividades de uma forma constante, o que passa uma imagem de algum dinamismo intermitente. Porém, pensamos que esta é uma afirmação algo falaciosa. Há muitos processos de que tratamos que não são mostrados ao público por serem a preparação de atividades. Também verificámos que se torna muito difícil a realização de atividades de uma forma recorrente se não temos os meios financeiros para tal, visto que não somos uma Associação de Estudantes legalizada e, por isso, não recebemos um fundo financeiro que nos ajuda à realização de algumas das nossas atividades.

7 – Considera que os alunos são envolvidos e ouvidos nas tomadas de decisão e no processo de autoavaliação do AES?

Do nosso ponto de vista, os alunos estão bastante envolvidos naquilo que envolve tomadas de decisões sobre o agrupamento, uma vez que temos a Associação de Estudantes como meio intermediário entre os alunos e os órgãos máximos do poder e que há alunos com assento no Conselho Geral, o que permite que os problemas do corpo estudantil não sejam deixados de parte.

8 – Como perceciona a imagem da Escola que chega ao exterior/à Comunidade em que o AES está inserido?

Para nós, o Agrupamento faz uma boa publicidade a certas atividades, como é o caso da equipa de voleibol, mas é importante que essa divulgação seja feita às restantes atividades e clubes do mesmo, de modo a mostrar que o AES tem um vasto leque de atividades extracurriculares.

9 – Como avaliam os alunos a qualidade das ofertas formativas do AES, nomeadamente ao nível do Ensino Profissional?

Uma vez que já existem escolhas com foco no Ensino Profissional no nosso concelho, pensamos que o AES tem um bom complemento no que toca a cursos profissionais e com saída, não repetindo os existentes mas sim acrescentando novos.

10 – Que sugestões apresentaria para melhorar o funcionamento do AES?

O AES deveria assumir um maior compromisso com as atividades propostas, com o acréscimo de uma melhor divulgação das mesmas. Também deveria haver uma diminuição da burocracia que envolve a realização de atividades.

A equipa do Observatório de Qualidade agradece a vossa colaboração.

6 ENTREVISTA AO COORDENADOR DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

A equipa de professores que se dedica ao processo de autoavaliação do Agrupamento de Escolas da Sertã (vulgo equipa do Observatório de Qualidade) tem vindo, ao longo dos últimos anos, a tratar os domínios previstos no Quadro de Referência da IGEC que têm servido de base à construção/ elaboração dos Relatórios de Avaliação Interna. No presente ano, procurará agilizar uma reflexão que abranja os campos em que a comunidade escolar apontou fragilidades, assim como todas as que se afiguram fundamentais no percurso de aprimoramento progressivo que pretendemos que esta Organização Escolar realize.

No que concerne à aferição da qualidade ao nível dos resultados sociais e à visão estratégica orientada para a qualidade das aprendizagens, colhe pertinência auscultarmos o Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento, a quem dirigimos as presentes questões.

1. Quantos projetos anuais de carácter transversal, aproximadamente, têm sido desenvolvidos no AES, no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento?

É difícil quantificar o número exato de projetos de carácter transversal, essencialmente, por duas razões: por um lado, nem todas as turmas desenvolvem um único projeto de cidadania; por outro lado, nem todos os docentes de cidadania preenchem o formulário de planificação do projeto de intervenção, disponibilizado anualmente pela coordenação.

Em relação à primeira razão, é importante referir que algumas turmas desenvolvem mais do que um projeto, correspondendo cada um deles a um grupo de trabalho – é o caso das turmas do 3.º ciclo e do ensino secundário que desenvolvem o seu trabalho em associação com o projeto Nós Propomos!, do IGOT. Quanto à segunda razão, é possível afirmar que das 21 submissões em 2020-2021, das 27 em 2021-2022 e das 12 em 2022-2023 (até ao momento, pois o registo pode ser feito no decurso de todo o ano letivo), a transversalidade é o elemento comum a todos os projetos.

Analisando o desenvolvimento dos projetos e a forma como os domínios de cidadania estão dispersos pelos diferentes anos de escolaridade e ligados ao currículo na nossa estratégia, poder-se-ia afirmar que, no mínimo, há tantos projetos transversais quantas as turmas do agrupamento. Se o número de projetos transversais carece de algum rigor, a transversalidade é implementada ou possível de implementar em todos eles. Contudo, a experiência mostra que é mais fácil a sua concretização no 1.º ciclo, uma vez que o docente de cidadania é também o professor titular da turma.

2. A realização dos projetos/atividades atinentes à Cidadania tem constituído uma mais valia no percurso dos alunos? Como tem sido feita a monitorização/avaliação das iniciativas em referência?

O desenvolvimento de projetos de cidadania é ou tem sido uma mais-valia no percurso formativo dos alunos. Por um lado, dá sentido às aprendizagens realizadas nas outras disciplinas, uma vez que são mobilizadas para o projeto de intervenção; por outro lado, desafia os alunos a observarem criticamente a realidade em que vivem, detetando problemas e sugerindo correções; por outro lado ainda, contribui para o processo de formação cidadã do aluno.

⁶ - No presente ano, foram solicitadas a esta estrutura as alterações tidas como convenientes. Em virtude de não ter sido rececionada qualquer comunicação, considerou-se tomar o documento supra como adequado.

A percepção de que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é uma mais-valia pode ser inferida da opinião dos alunos. Anualmente, no final do ano letivo, é disponibilizado um questionário aos diferentes atores educativos, nos quais se encontram os alunos, para avaliarem o projeto em que estiveram envolvidos e, naturalmente, a estratégia e cidadania.

Em 2020, os alunos (53), quando inquiridos sobre se o projeto de cidadania os havia ajudado a, por exemplo, pensar de maneira mais crítica; elaborar e exprimir melhor as suas opiniões; ter mais curiosidade; descobrir novas formas de fazer as coisas e de solucionar os problemas; entender e respeitar a maneira de ser, as opiniões e a cultura dos outros; escutar e compreender os outros; trabalhar melhor em grupo e a colaborar com os outros; a identificar com maior clareza os meus objetivos e a ter mais segurança para os alcançar; ter vontade de resolver problemas difíceis na vida real, dividiram as suas respostas entre “totalmente” e “a maior parte”; apenas 9 assinalaram “em parte” e 1 “nada”. Em 2021, 43 alunos responderam de forma similar; em 2022, as respostas (27) não diferiram muito: 13 responderam “A maior parte”, 6 “Em parte” e 6 “Totalmente”.

O contributo de Cidadania e Desenvolvimento para a dimensão social do desenvolvimento integral do aluno também é percebido pelos discentes. Em 2020, as respostas afirmativas (30) foram o dobro das negativas (15); em 2021, foram similares e, em 2022, em 27 alunos, 20 responderam afirmativamente.

A percepção que os alunos têm acerca das práticas pedagógicas implementadas pelos docentes também é analisada. Os inquiridos conseguiram analisar criticamente, por exemplo, se os docentes criaram oportunidades para que os alunos aprendessem através de atividades práticas; promoveram atividades para que os alunos aprendessem desenvolvendo um projeto; criaram oportunidades para que os alunos aplicassem os conhecimentos adquiridos ou desenvolvem atividades em colaboração com os alunos. O retorno dado pelos alunos é positivo.

3. Os projetos desenvolvidos no âmbito da Cidadania têm reforçado o desígnio de promover práticas de organização e gestão do currículo e da aprendizagem para uma educação inclusiva?

Sim. No decurso dos quatro anos de implementação da Cidadania e Desenvolvimento, a estratégia do AES foi inovadora em diferentes vertentes: além de promover a partilha de projetos, recursos e ideias, trouxe para o desenvolvimento curricular os referenciais de educação criados pela DGE, as metodologias ativas de aprendizagem, a avaliação por descritores de desempenho, a definição de resultados de aprendizagem e de critérios de avaliação de acordo com os projetos definidos pelos alunos.

A educação inclusiva está presente no desenvolvimento dos projetos, seja pela inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, seja pelo tratamento de barreiras aos que têm algum tipo de deficiência física ou motora, por exemplo.

4. Quais os maiores constrangimentos observados na concretização do previamente estabelecido e inscrito na Estratégia de Escola?

Os grandes constrangimentos encontram-se na percepção dos diferentes atores educativos acerca da relevância da Cidadania e Desenvolvimento para o desenvolvimento integral do aluno e do papel que o conselho de turma deve ter nos projetos de intervenção.

Por um lado, a Cidadania e Desenvolvimento ainda é vista por alguns docentes como um acréscimo de trabalho, uma distração às aprendizagens curriculares que os alunos devem fazer. Tal facto conduz a uma relutância ao envolvimento de docentes, alunos e disciplinas em projetos

de cidadania, algo mais evidente no ensino secundário regular e profissional. No caso do ensino secundário, o facto de a Cidadania e Desenvolvimento não ser objeto de avaliação sumativa (decisão política e educativa correta, mas mal percebida) enfatiza a ideia. Contudo, esta realidade está paulatinamente a mudar, fruto do empenho dos diretores de turma.

Por outro lado, a existência de uma disciplina (2.º e 3.º ciclos) remete para a responsabilidade de um docente o desenvolvimento de um projeto que, nem sempre, é acompanhado pelo conselho de turma, que não se reúne periodicamente para trabalhar colaborativamente o seu projeto de cidadania.

Outros constrangimentos podem ser ainda apontados: a atribuição da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento essencialmente a docentes de História e Geografia (3.º ciclo); a inexistência da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no ensino secundário, quer regular quer profissional; a ausência do coordenador de Cidadania no Conselho Pedagógico e a inexistência de uma equipa de coordenação de cidadania.

5. Que sugestões de melhoria, enquanto Coordenador da área em apreço, gostaria de propor?

1. Criação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no Ensino Secundário, tanto no regular como no profissional, conforme as portarias que regulamentam este nível de ensino.
2. Criação de uma equipa de coordenação, liderada pelo coordenador de cidadania, e a sua representação em Conselho Pedagógico.
3. A atribuição da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento a docentes de outros grupos disciplinares para além dos de História e Geografia, com perfil e/ou formação, salvaguardando a Lei da Liberdade Religiosa.

Inquérito dirigido ao pessoal docente

	5 – Sempre		4 - Quase Sempre		3 - Às vezes		2 - Quase nunca		1 - Nunca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I- Prestação de Serviço										
1- Teve em conta, na planificação das suas atividades, os documentos curriculares/orientadores (Aprendizagens Essenciais, PASEO...)?	40	67,8%	15	25,4%	3	5,1%	1	1,7%	0	0
2- Das competências previstas no PASEO, seleccione duas que priorize sistematicamente na sua prática:										
✓ Linguagens e textos	14									
✓ Informação e comunicação	9									
✓ Raciocínio e resolução de problemas	17									
✓ Pensamento crítico e pensamento criativo	24									
✓ Relacionamento interpessoal	12									
✓ Desenvolvimento pessoal e autonomia	23									
✓ Saber científico, técnico e tecnológico	23									
✓ Bem-estar, saúde e ambiente	2									
✓ Sensibilidade estética e artística	1									
✓ Consciência e domínio do corpo	3									
3- Na sua prática letiva, adota metodologias ativas e/ou experimentais?	5	27,1%	37	62,7%	6	10,2%	0	0	0	0
4- A diversidade/heterogeneidade, em sala de aula, é contemplada na sua prática?	29	49,2%	28	47,5%	1	1,7%	1	1,7%	0	0
5- Privilegia as componentes formativa e criterial da avaliação pedagógica, na avaliação/classificação dos seus alunos?	28	47,5%	27	45,8%	4	6,8%	0	0	0	0

6- Fornece feedback frequente e oportuno aos seus alunos?	35	59,3%	22	37,3%	2	3,4%	0	0	0	0
7- Diversifica os processos de recolha de informação acerca do trabalho realizado pelos seus alunos?	SIM		98,3%		NÃO			1,7%		
8 – Quais?										
Fichas/testes.	88,1%									
Trabalhos de grupo.	78,1%									
Atividades de pesquisa.	69,5%									
Atividades laboratoriais/ experimentais.	32,2%									
Apresentações orais.	84,7%									
Outras.	37,3%									
9- Com que periodicidade solicita a autoavaliação aos seus alunos?										
• No final do período	61,0%									
• No final da realização de um trabalho	42,4%									
• Em articulação com tarefas e respetivas rubricas.	15,3%									
• Todas as anteriores	25,4%									
10- O trabalho colaborativo entre docentes é efetivo?	SIM		81,4%		NÃO			16,6%		
11- Integra, regularmente, equipas para refletir sobre a planificação de atividades, nomeadamente de carácter inter ou transdisciplinar, e/ou sobre a construção de instrumentos de avaliação?	SIM		76,3%		NÃO			23,7%		
12- Considera que a participação dos alunos em atividades de âmbito desportivo e artístico-cultural contribui para a melhoria do seu desempenho escolar?	SIM		96,6%		NÃO			3,4%		

II - Promoção da Equidade e Inclusão								
1- Na sua prática pedagógica tem lecionado turmas com alunos com Necessidades Específicas (NE)?	SIM		96,6%%		NÃO		3,4%	
	NUNCA		SEMPRE		ALGUMAS VEZES			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
2- Em caso afirmativo, sentiu dificuldades em trabalhar com esses alunos?	5	8,8%	4	7%	48	84,2%		
3- Com que frequência consulta o decreto-lei n.º 54/2018?	1	1,7%	9	15,3%	49	83,1%		
4- Considera que as adequações nas estratégias de ensino contribuem efetivamente para as aprendizagens do aluno com NE?	0	0%	11	18,6%	48	81,4%		
6- Considera a disciplina de cidadania e desenvolvimento fundamental para a inclusão de alunos com NE?	2	3,4%	23	39,0%	34	57,8%		
7- Articula com o docente de educação especial do aluno NE, de modo a discutir e selecionar as estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação mais adequadas?	3	5,1%	25	42,4%	31	52,5%		
5- Qual é a maior dificuldade que enfrenta quando pretende realizar adaptações ao nível das estratégias de ensino-aprendizagem e da avaliação?								
<ul style="list-style-type: none"> • Parcos conhecimentos do docente relativamente à problemática do aluno com NE. • Poucos meios materiais. • Falta de meios humanos. • Ausência de tempo suficiente do professor para preparar os materiais. 			16,9%					
			22,0%					
			54,2%					
			69,5%					
III – Liderança e Gestão								
			5 – Concordo totalmente	4 - Concordo	3- Não concordo nem discordo	2 - Discordo	1 – Discordo totalmente	

	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1- O projeto educativo do AES é um reflexo claro da visão estratégica do seu Órgão de Gestão.	12	20,3%	37	62,7%	6	10,2%	1	1,7%	3	5,1%
2- A visão estratégica do Órgão de Gestão é assumida pela comunidade docente deste agrupamento.	7	11,9%	31	52,5%	14	23,7%	3	5,1%	4	6,8%
3- O Órgão de Gestão procura motivar os professores/educadores para a importância de trabalharem para um fim comum.	10	16,9%	33	55,9%	8	13,6%	4	6,8%	4	6,8%
4- O Órgão de Gestão partilha competências e responsabilidades.	13	22%	29	49,2%	7	11,9%	6	10,2%	4	6,8%
5- O Órgão de Gestão incentiva a concretização de novas ideias e métodos de trabalho, com eventual recurso a parcerias e projetos inovadores.	12	20,3%	34	57,6%	7	11,9%	3	5,1%	3	5,1%
6- O Órgão de Gestão atribui cargos aos professores/educadores tendo em conta as suas competências pessoais e profissionais.	10	16,9%	34	57,6%	7	11,9%	3	5,1%	5	8,5%
7- O Órgão de Gestão propõe Ações de Formação específicas para promover a qualidade das Práticas Educativas.	9	15,3%	30	50,8%	11	18,6%	7	11,9%	2	3,4%
8- A informação circula bem na escola.	4	6,8%	20	33,9%	23	39%	9	15,3%	3	5,1%
III - Autoavaliação										
1- Está a par dos quadros de referência para a qualidade do ensino, nomeadamente IGEC e EQAVET?	SIM		59,3%		NÃO		40,7%			
	5 – Concordo totalmente		4 - Concordo		3- Não concordo nem discordo		2 - Discordo		1 – Discordo totalmente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2-O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	22	37,3	26	44,1%	4	6,8%	1	1,7%	6	10,2%
3- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento são dados a conhecer à comunidade educativa.	14	23,7%	30	50,8%	10	16,9%	1	1,7%	4	6,8%

4- É feita uma reflexão em grupo (SCAD, Departamento) acerca dos resultados da autoavaliação do AES.	12	20,3%	30	50,8%	9	15,3%	2	3,4%	6	10,2%
5- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	5	8,5%	26	44,1%	14	23,7%	1	1,7%	13	22%
6- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria das práticas educativas e dos resultados dos alunos.	3	5,1%	24	40,7%	18	30,5%	2	3,4%	12	20,3%
7- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	3	5,1%	29	49,2%	16	27,1%	1	1,7%	10	16,9%
8- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	2	3,4%	22	37,3%	19	32,2%	6	10,2%	10	16,9%
9- As ações de formação priorizadas pelo AES refletem as necessidades manifestadas pelo pessoal docente e contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	4	6,8%	23	39%	20	13,9%	3	5,1%	9	15,2%

59 inquéritos

Inquérito dirigido ao pessoal não docente

	4 – Concordo totalmente		3 - Concordo		2- Discordo		1- Discordo totalmente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I – Liderança e Gestão								
1- O Órgão de Gestão estabelece e dá a conhecer, de forma clara, os objetivos a atingir neste Agrupamento.	5	27,8%	9	50%	3	16.7%	1	5.6%
2- O Órgão de Gestão valoriza os meus contributos para o funcionamento da Escola/Jardim.	3	16.7%	11	61.1%	2	11.1%	2	11.1%
3- O Órgão de Gestão incentiva a autonomia e a responsabilidade dos responsáveis pelos serviços administrativos e pelos assistentes operacionais.	1	5.6%	4	22.2%	11	61.1%	1	5.6%
4- O Órgão de Gestão atribui cargos aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos tendo em conta as suas características pessoais e profissionais.	1	5.6%	12	66.7%	4	22.2%	1	5.6%
5- A intervenção do pessoal não docente é fundamental no garante do ambiente inclusivo do AES.	9	50%	8	44.4%	1	5.6%	0	0%
6- O pessoal não docente está preparado para intervir na construção do AES como uma instituição inclusiva de qualidade	3	16.7%	13	74.2%	2	11.1%	0	0
7- O Órgão de Gestão propõe Ações de Formação específicas para promover a qualidade dos Serviços.	1	5.6%	8	44.4%	7	38.9%	2	11.1%
8- A informação circula bem na Escola.	0	0	7	38.9%	8	44.4%	3	16.7%
9- O ambiente de trabalho é bom.	2	11.1%	8	44.4%	4	22.2%	2	11.1%
II – Autoavaliação								

1- O processo de autoavaliação do AES implica os diversos elementos da comunidade educativa.	1	5.6%	11	61.1%	5	27,8%	1	5.6%
2- Os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento (Observatório da Qualidade) são dados a conhecer à comunidade educativa.	4	22.2%	7	38.9%	5	27,8%	2	11,1%
3- É feita uma reflexão, orientada pelo seu superior hierárquico ou por um elemento da Direção, acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento.	1	5.6%	10	55.6%	5	27,8%	2	11,1%
4- Os relatórios decorrentes do processo de autoavaliação tiveram impacto na melhoria da organização do AES.	0	0%	8	44.4%	8	44.4%	2	11,1%
5- O processo de autoavaliação do AES contribuiu para a melhoria das práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva.	1	5.6%	11	61.1%	5	27,8%	1	5.6%
6- As estratégias de comunicação e de reflexão acerca dos resultados da autoavaliação do Agrupamento, na comunidade educativa, são eficazes.	0	0%	12	66.7%	5	27,8%	1	5.6%
7- As ações de formação priorizadas pelo AES refletem as necessidades manifestadas pelo pessoal não docente e contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional.	1	5.6%	8	44.4%	7	38.9%	2	11,1%

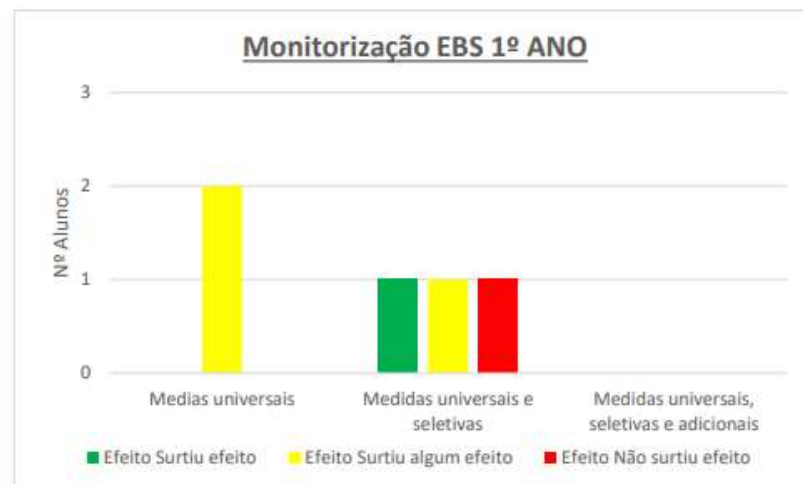
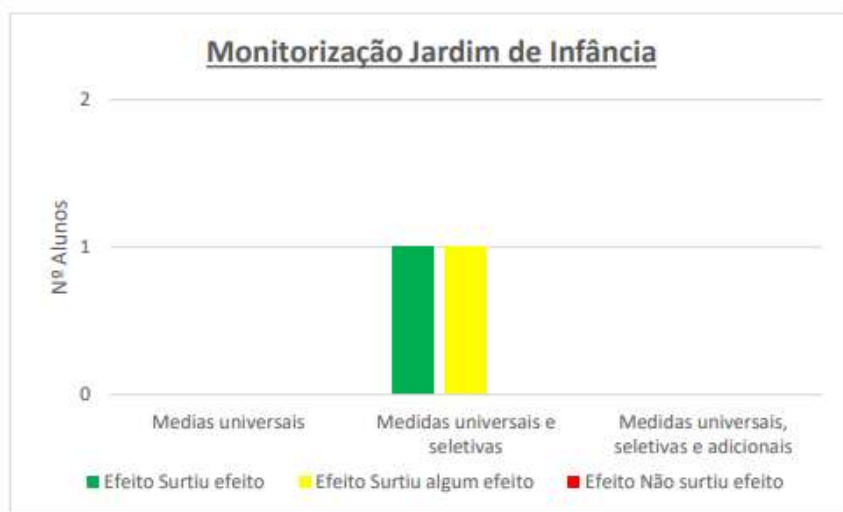
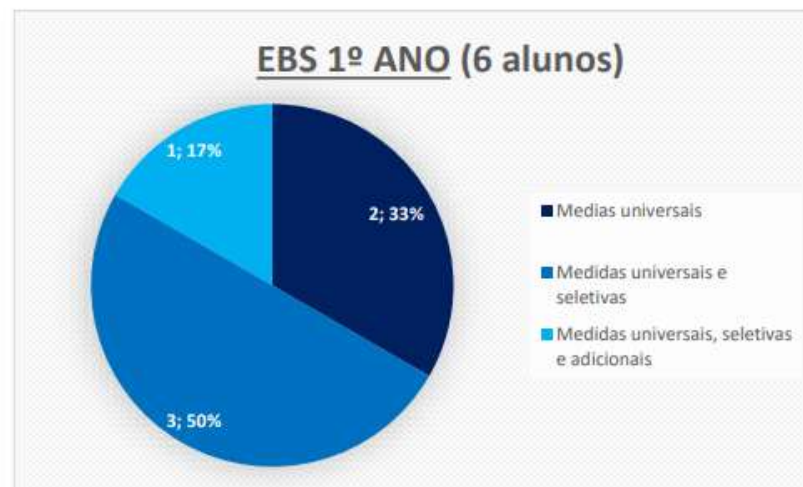
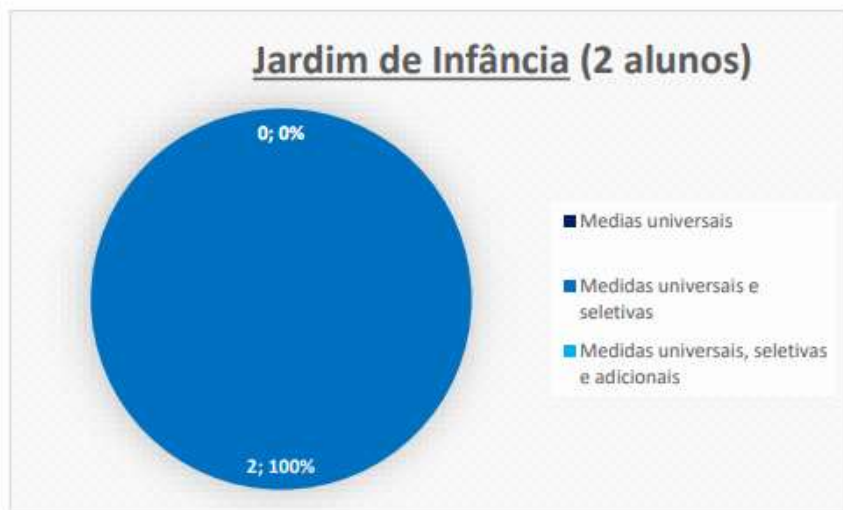
18 Inquéritos

INQUÉRITO – Alunos dos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º Anos

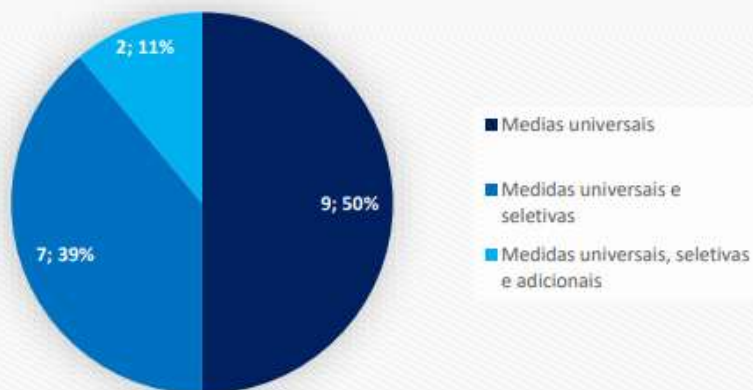
	5- Sempre		4- Quase Sempre		3 - As vezes		2- Quase nunca		1- Nunca	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I - Práticas de Ensino										
1- Os meus professores explicam bem as matérias.	22	20,4%	60	55,6%	21	19,4%	3	2,8%	2	1,9%
2- Os meus professores incentivam-me a trabalhar para alcançar melhores resultados	27	25%	41	38%	32	29,6%	6	5,9%	2	1,9%
3- Os meus professores fazem diferentes tarefas e atividades para me ajudarem a aprender.	26	24,1%	41	38%	30	27,8%	9	8,3%	2	1,9%
4- Os meus professores dão-me informações úteis a partir dos resultados dos testes e outros trabalhos.	28	25,9%	43	39,8%	28	25,9%	6	5,9%	3	2,8%
5- As fichas de avaliação ou testes escritos incidem sempre sobre a matéria que o professor deu na aula.	39	36,1%	42	38,9%	23	21,3%	2	1,9%	2	1,9%
6- A avaliação das minhas aprendizagens é justa	33	30,6%	54	50%	16	14,8%	3	2,8%	2	1,9%
II – Atitudes e Comportamentos										
1- Respeito e admiro os meus colegas que têm boas notas nas várias disciplinas.	68	63,0%	30	27,8%	9	8,3%	0	0%	1	0,9%
2- Na escola, os alunos respeitam as diferenças entre uns e outros.	21	19,4%	39	36,1%	36	33,3%	8	7,4%	4	3,7%
3- Os meus colegas respeitam e ajudam os alunos que têm dificuldades de aprendizagem	23	21,3%	37	34,6%	36	33,3%	8	7,4%	4	3,7%

4- As normas/regras de funcionamento da escola são geralmente cumpridas pelos alunos.	12	11,1%	45	41,7%	43	39,8%	6	5,6%	2	1,9%
5- Já publicaram coisas sobre mim (imagens, comentários, boatos...) sem a minha autorização.	4	3,7%	15	13,9%	14	13,0%	16	14,8%	58	54,6%
6-Fizeram-me ameaças, intimidaram-me ou insultaram-me nas redes ou presencialmente.	6	5,6%	11	10,2%	8	7,4%	16	14,8%	67	62,0%
7- A informação circula bem na escola.	47	43,5%	30	27,8%	25	23,1%	4	3,7%	2	1,9%
8- Os alunos são ouvidos e participam nas decisões tomadas pela direção.	11	10,2%	41	38,0%	37	34,9%	9	8,3%	10	9,3%
III - Solidariedade e cidadania										
1- A escola incentiva o desenvolvimento de atividades por iniciativa dos alunos.	22	20,4%	48	44,4%	31	28,7%	3	2,8%	4	3,7%
2- A escola incentiva a participação dos alunos em iniciativas relacionadas com a cidadania ativa (concursos e/ou projetos associados à BE e a questões culturais ou científicas...).	36	33,3%	41	38%	27	25,0%	2	1,9%	2	1,9%
3- Já participei em ações de voluntariado promovidas pela Escola e/ou integradas na Cidadania e Desenvolvimento.	18	16,7%	37	34,3%	24	22,2%	10	9,3%	19	17,6%
4- Já participei em ações promovidas no âmbito do Projeto de educação sexual (PES) e de bem-estar na escola.	13	12,0%	18	16,7%	23	21,3%	14	13,0%	40	37%
4- As situações de trabalho cooperativo entre alunos (por exemplo, as mentorias) são úteis:										
✓ para o(s) aluno(s) que presta(m)apoio.	37						34,3%			
✓ para o(s) aluno(s) que recebe(m)apoio dos colegas.	48						44,4%			
✓ para todos os envolvidos.	64						59,3%			
✓ para nenhum dos envolvidos.	3						2,8%			

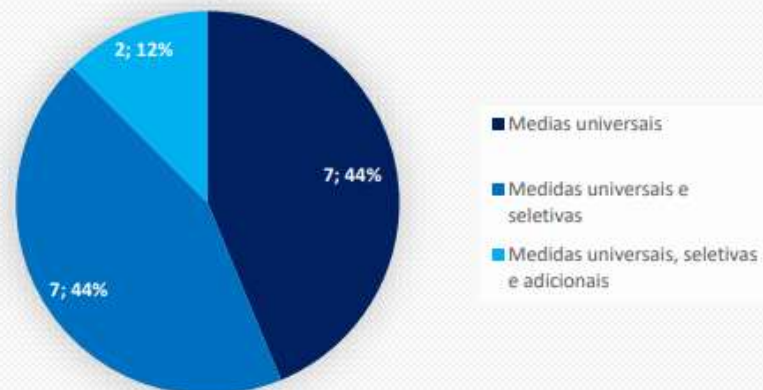
108 inquéritos



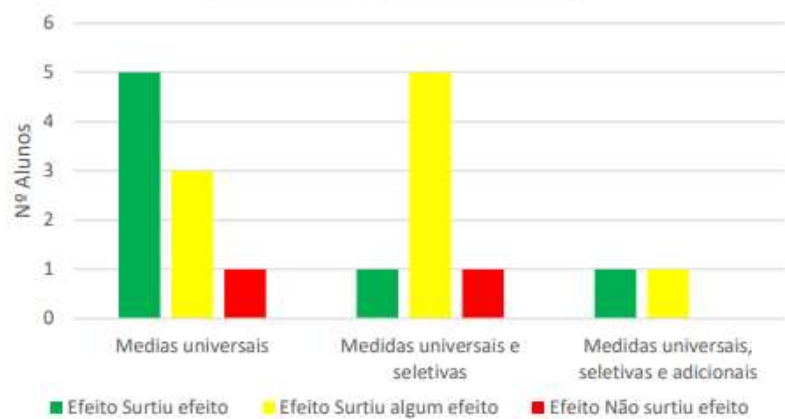
EBS 2º ANO (18 alunos)



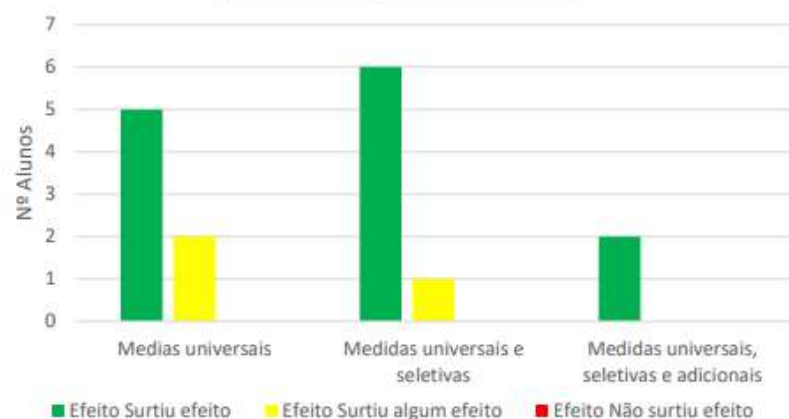
EBS 3º ANO (16 alunos)

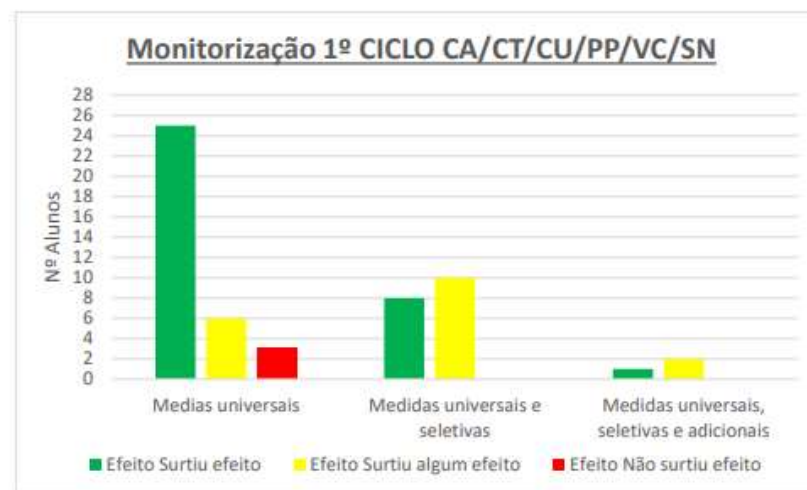
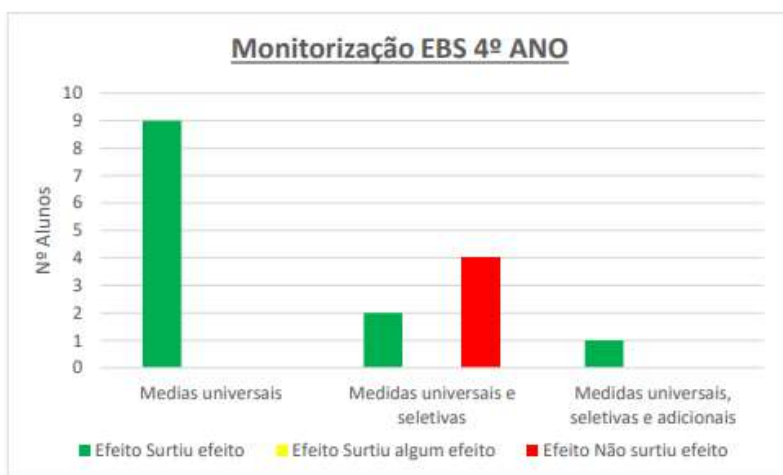
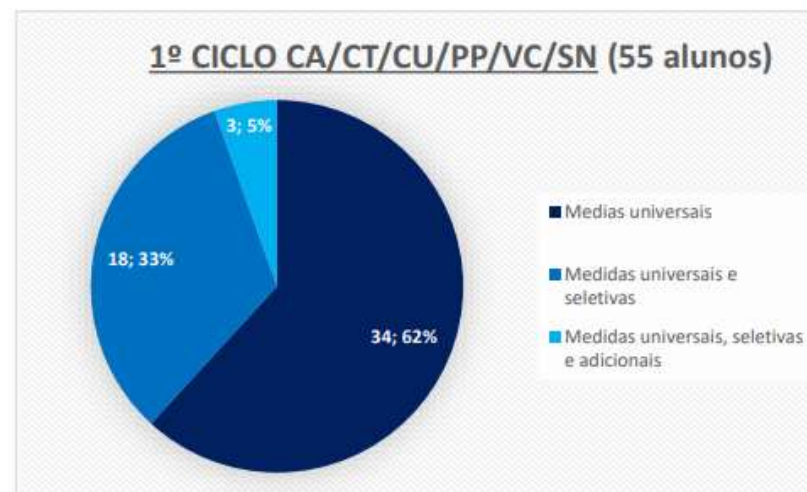
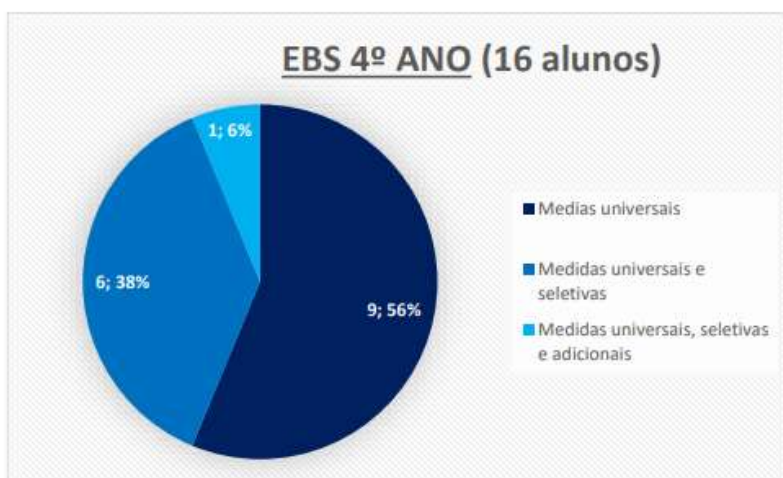


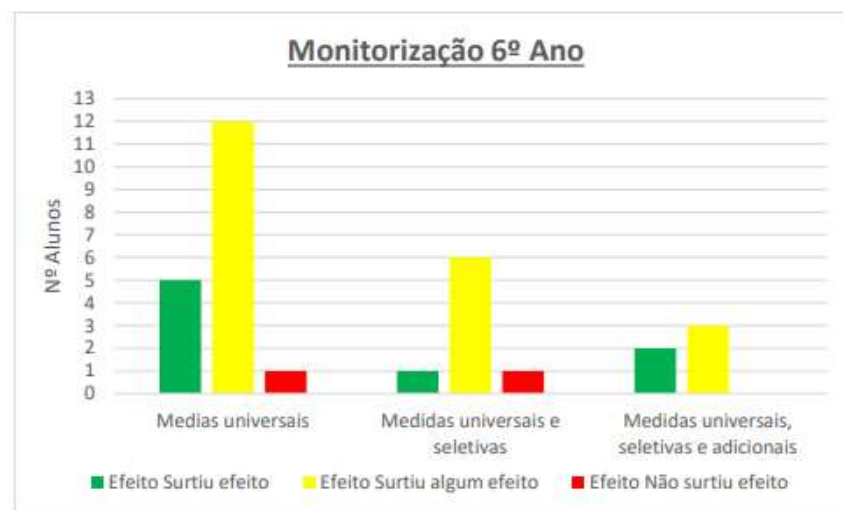
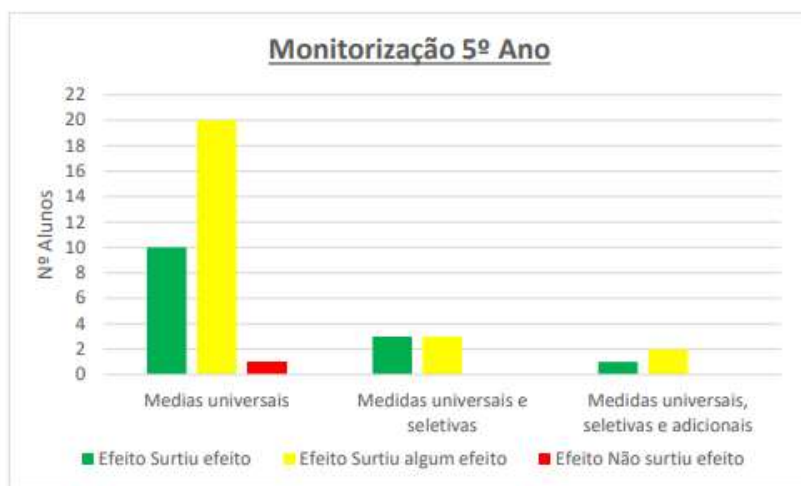
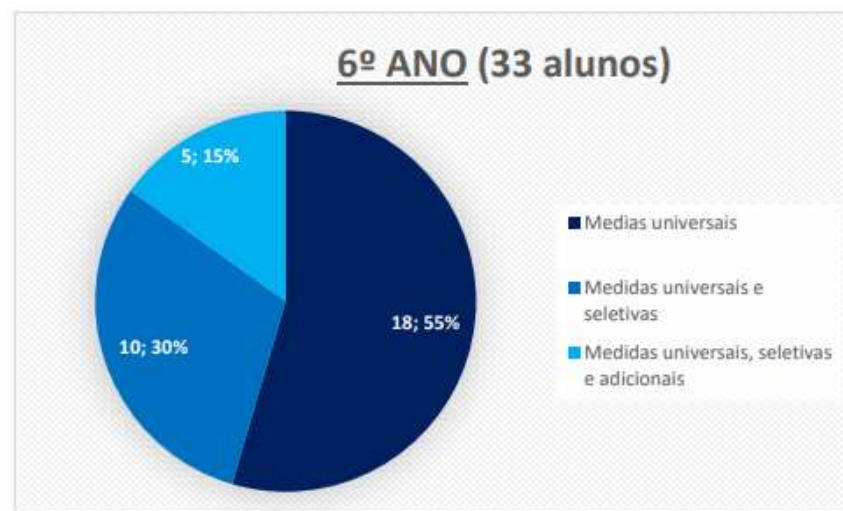
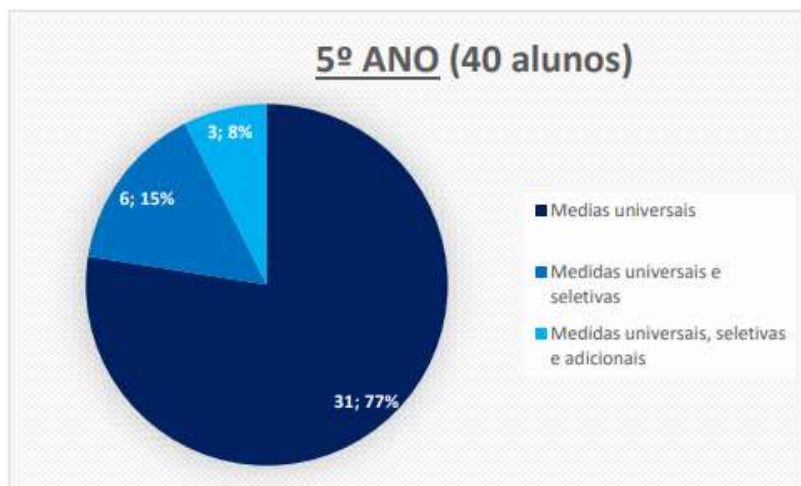
Monitorização EBS 2º ANO

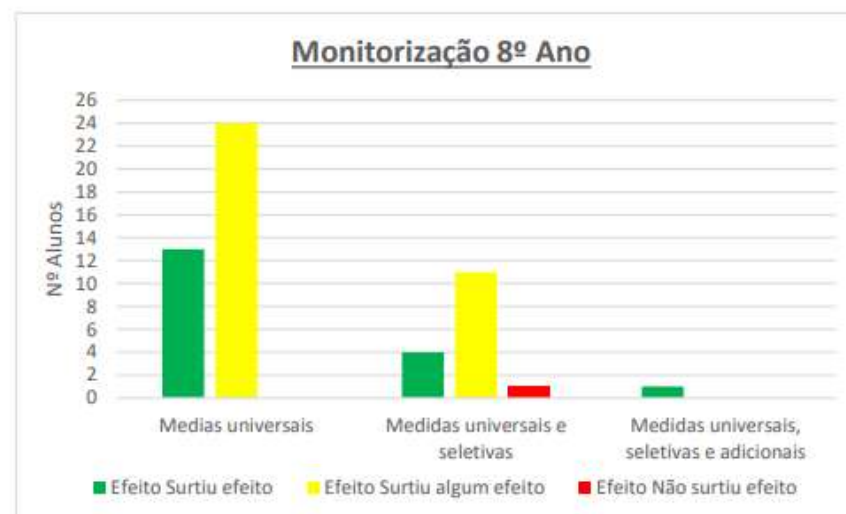
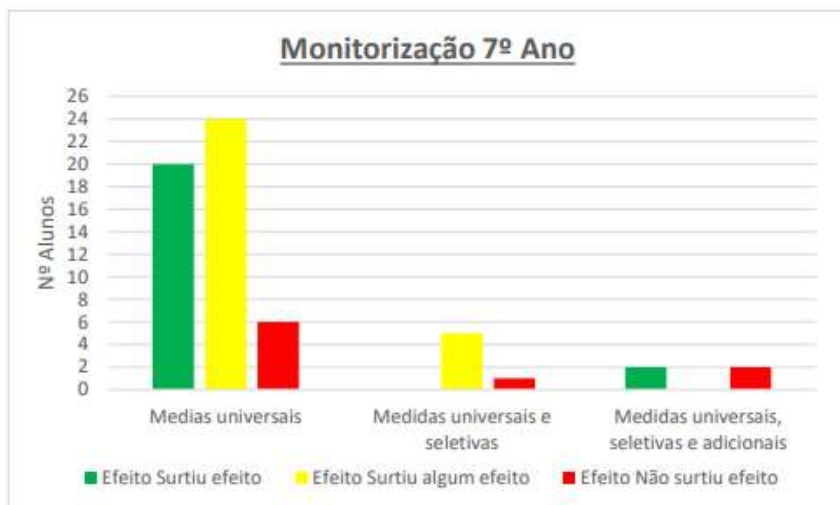
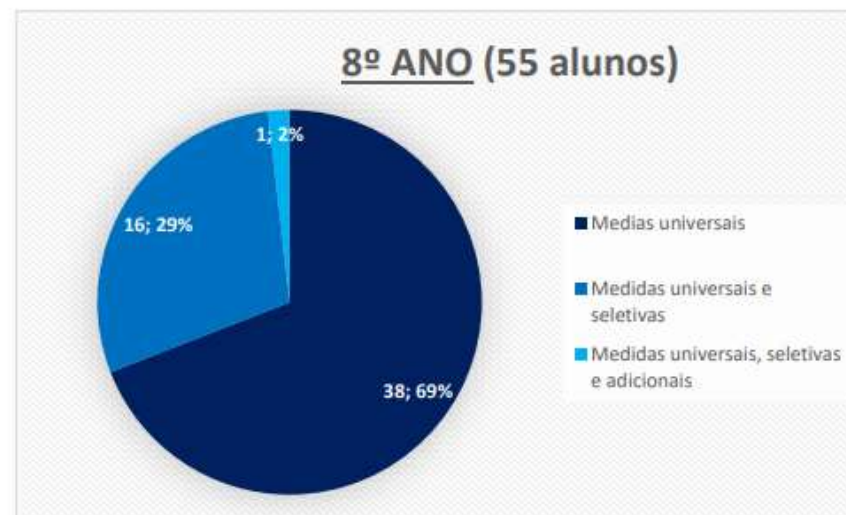
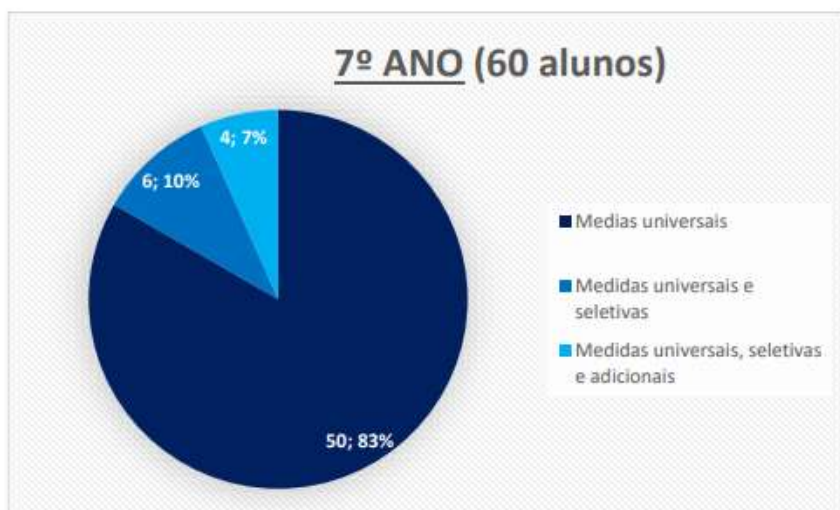


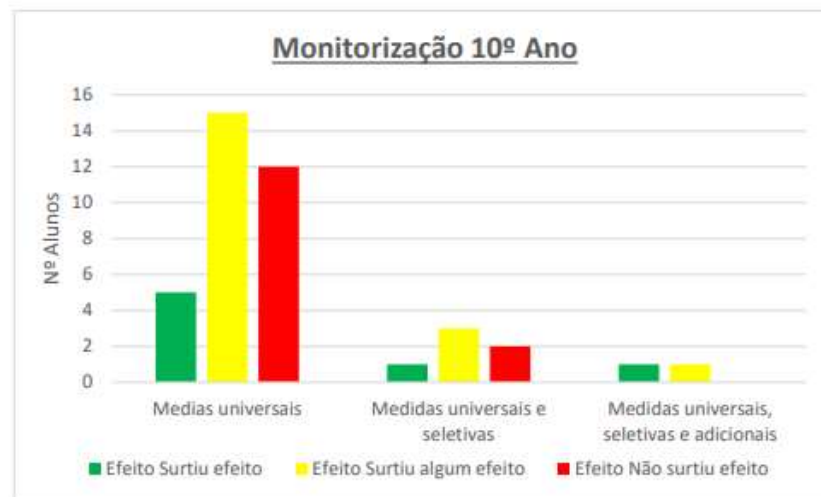
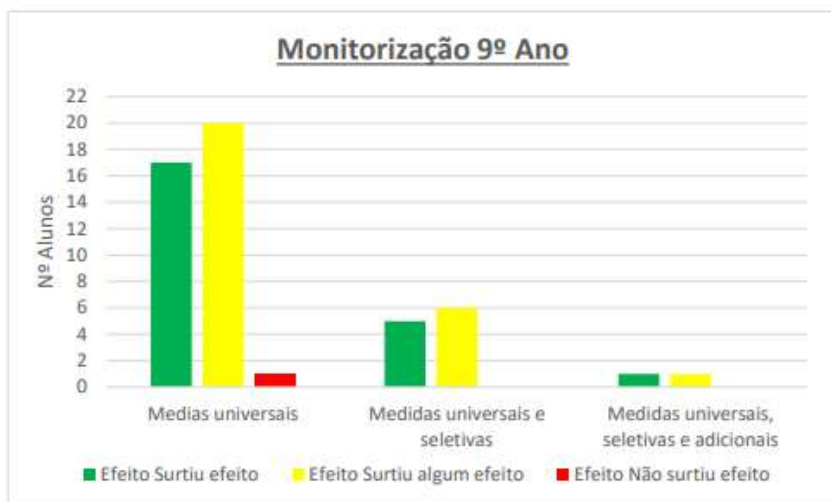
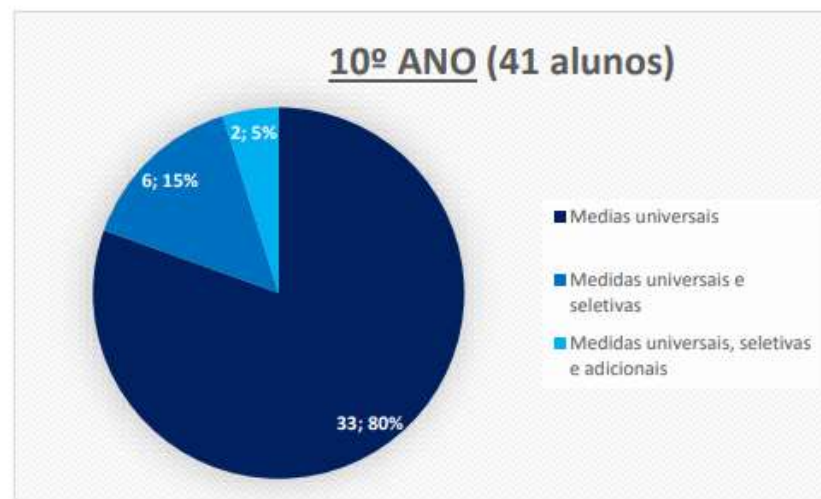
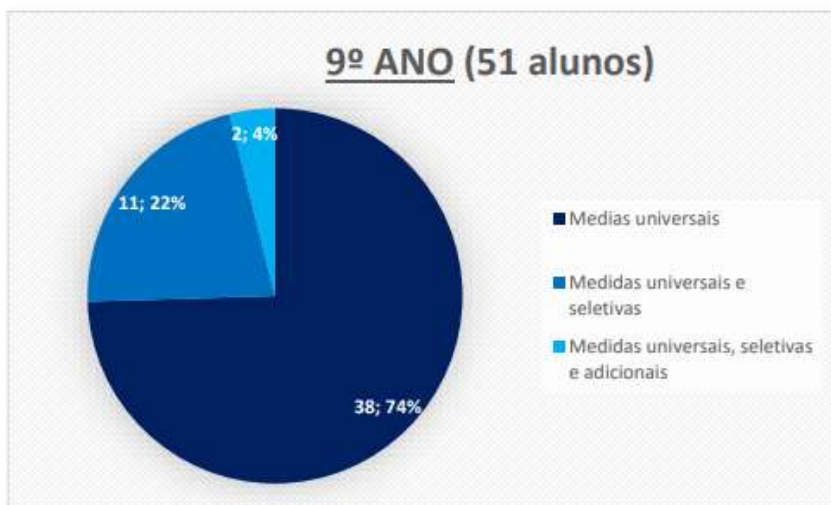
Monitorização EBS 3º ANO



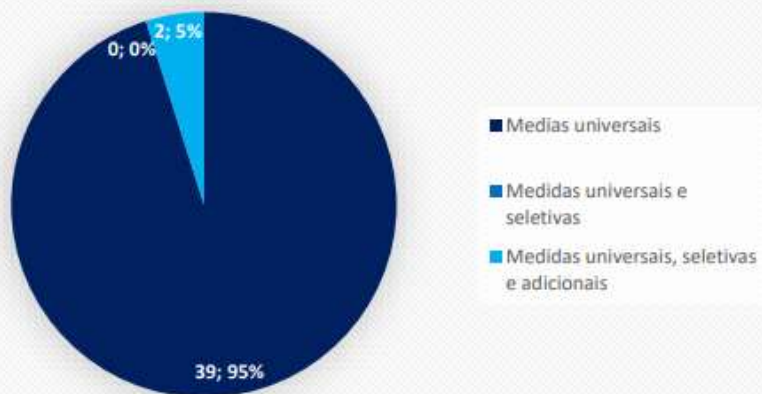




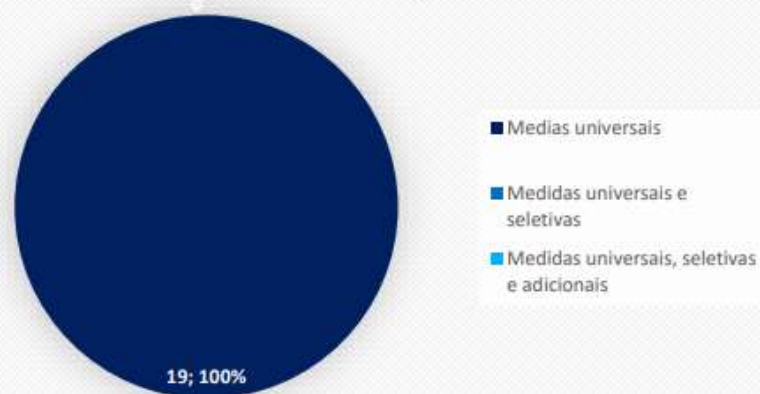




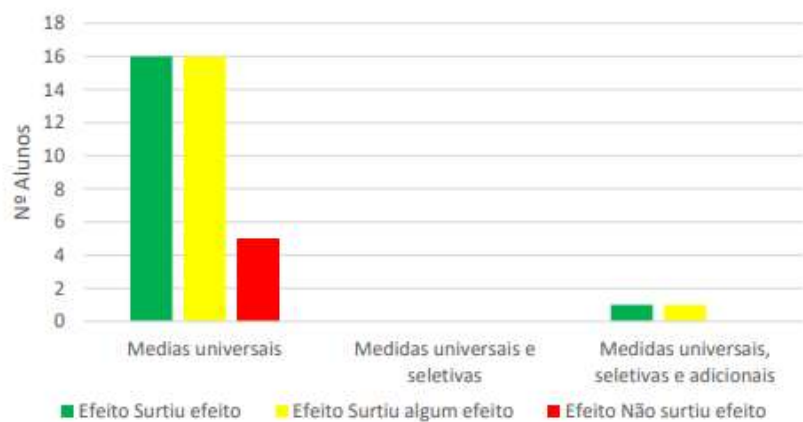
11º ANO (41 alunos)



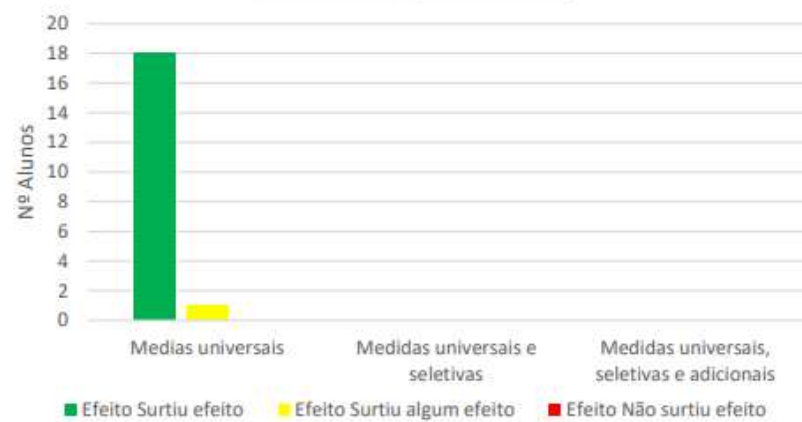
12º ANO (19 alunos)

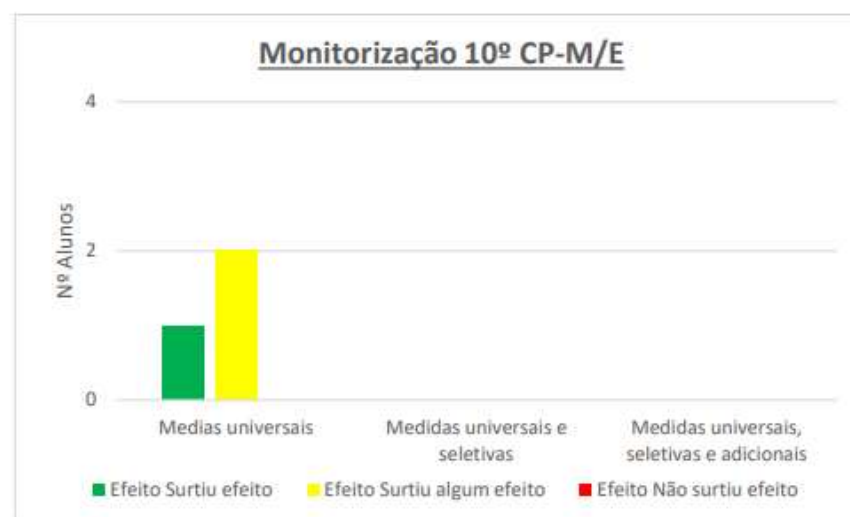
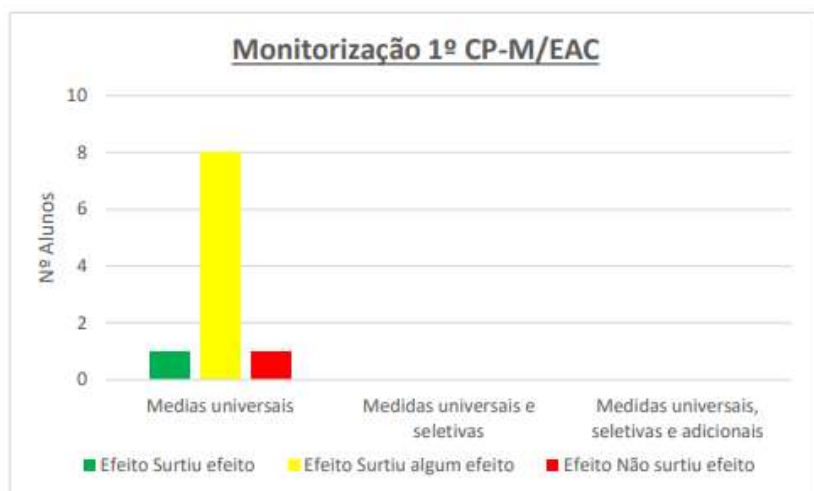
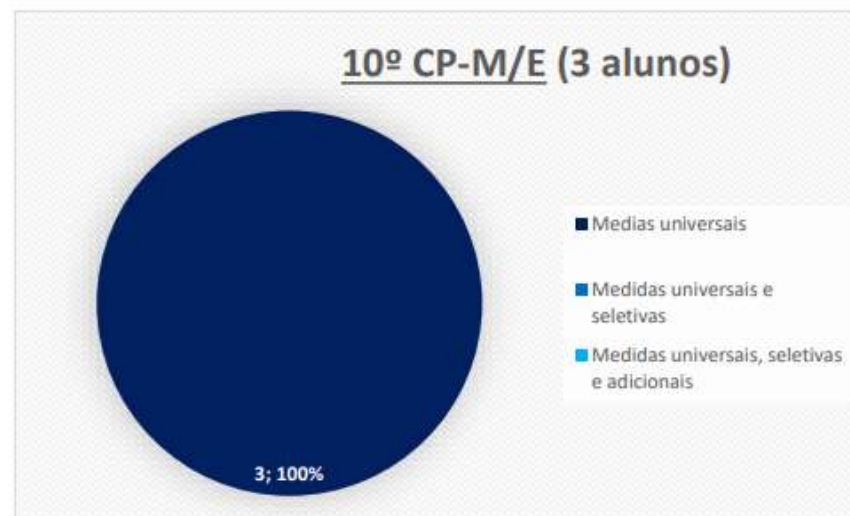
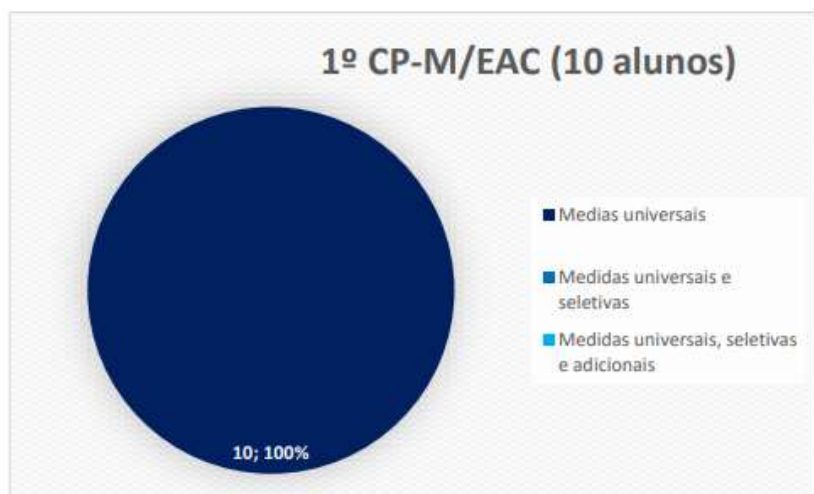


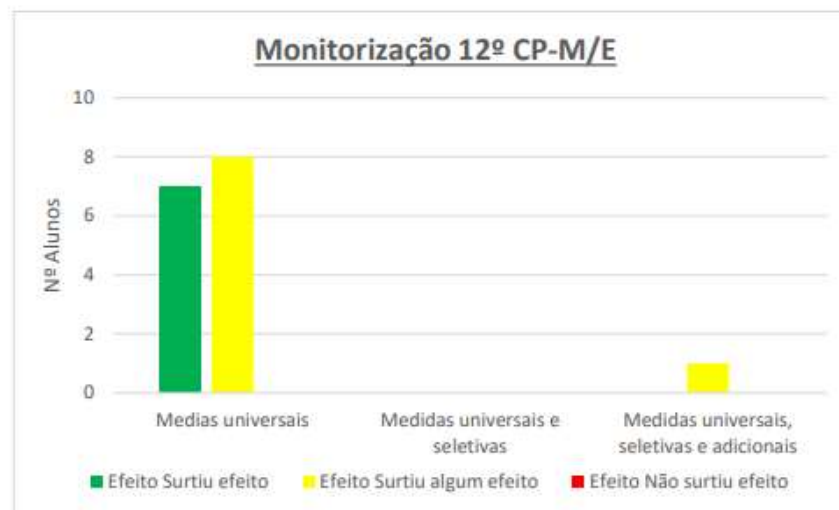
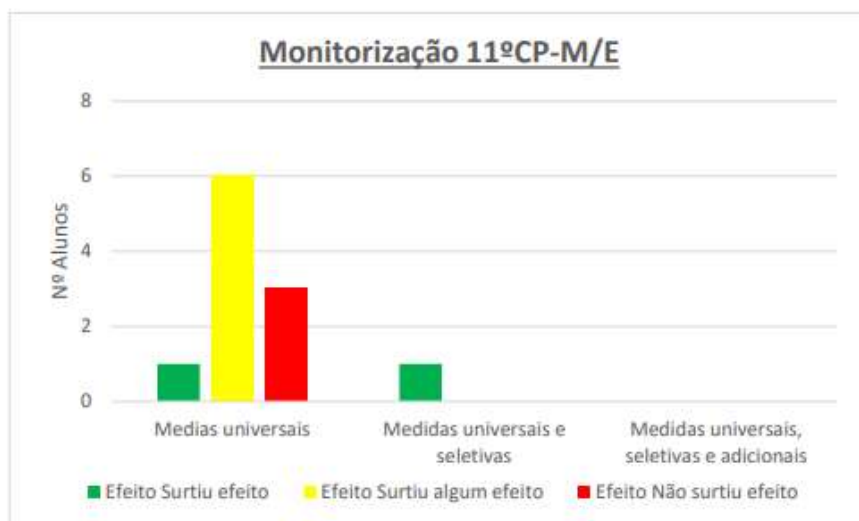
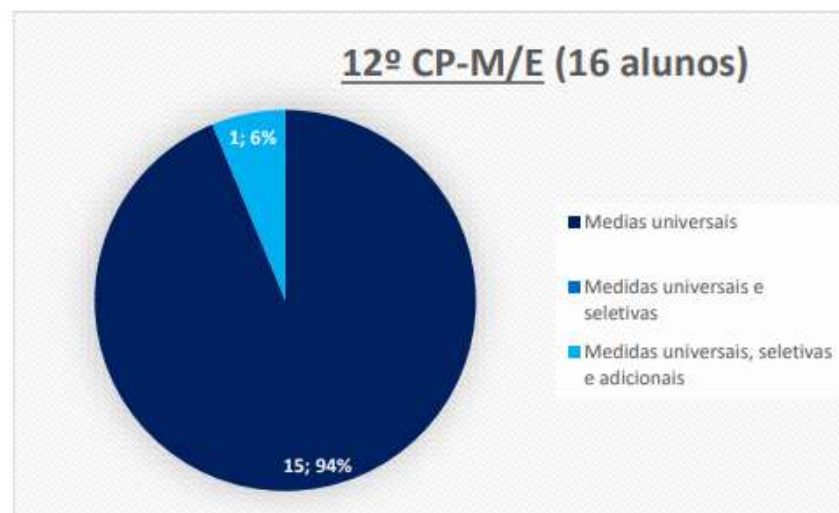
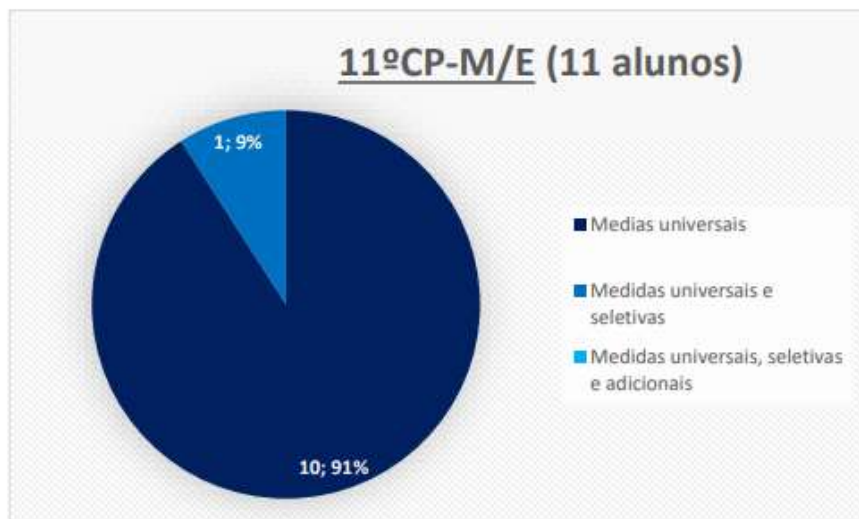
Monitorização 11º Ano



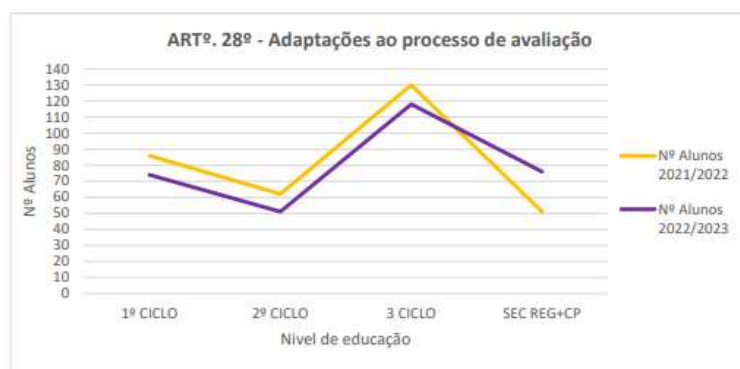
Monitorização 12º Ano







ARTº. 28º - Adaptações ao processo de avaliação					
Nível de educação	Jl	1º CICLO	2º CICLO	3 CICLO	SEC REG+CP
Nº Alunos 2021/2022	NA	86	62	130	51
Nº Alunos 2022/2023	NA	74	51	118	76



CONCLUSÕES

Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão - Decreto-Lei nº54/2018	Nº Alunos		
	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Jl	3	13	2
1º Ciclo	115	99	111
2º Ciclo	99	88	73
3º Ciclo	160	175	166
SEC REG+PRO	123	124	141
TOTAL	500	499	493

Considerando os dados apresentados no final do ano letivo, no global e no que ao Pré-escolar diz respeito, houve uma diminuição significativa de alunos que necessitaram de medidas no ano letivo 2022/2023 comparativamente com o ano letivo 2021/2022. Com o regresso à normalidade, com a aplicação das medidas adequadas que foram surtindo efeito e com a transição de uma boa fasquia destes alunos para o 1º ciclo serão fatores que conduzem a estes resultados.

No 1º ciclo há um aumento de alunos a necessitar de medidas, comparativamente ao ano letivo anterior, dados estes que temos de ter em consideração a proveniência de alunos do pré-escolar com a continuação das medidas aplicadas anteriormente e de alunos oriundos de outros estabelecimentos com medidas aplicadas no seu percurso escolar.

Relativamente ao 2º ciclo verifica-se uma diminuição de alunos a necessitarem de medidas que se pode atribuir ao facto do regresso à normalidade, da maioria das medidas aplicadas, anteriormente, terem surtido maior efeito comparativamente ao ano letivo transato (2021/2022) e ainda o número de alunos a frequentarem este nível de ensino, ao longo do ano letivo, ser bastante variável com a saída e entrada de novos alunos.

No 3º ciclo há uma diminuição no número de alunos a necessitarem de medidas em relação ao ano anterior pelas mesmas razões elencadas anteriormente, no que ao 2º ciclo diz respeito.

No secundário (regular e profissional) há um aumento significativo de alunos a necessitar de medidas, comparativamente ao ano letivo anterior, essencialmente na aplicação das medidas universais. Neste nível de ensino há um número significativo de alunos provenientes de outros estabelecimentos escolares e muitos trazem a aplicação de medidas no apoio ao processo de aprendizagem.

Em relação à aplicação do artº 28º adaptações ao processo de avaliação, a escola deve assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação e para que seja exercido esse direito, pode tornar-se necessário proceder a adaptações na avaliação. Considerando os dados apresentados e comparando com o ano letivo anterior, verifica-se um menor número de alunos a beneficiar deste artigo, no entanto, continua a ser constatável a aplicação deste artigo em todos os níveis de ensino,

havendo um número considerável de alunos no 1ºciclo com a aplicação do artº 28º. No 3ºciclo o número de alunos a usufruir do referido artigo é mais significativo. Também é evidente um reduzido número de alunos a usufruir deste artigo no Secundário comparativamente com o ano anterior.

Pela EMAEI
A coordenadora
Ana Cristina Cruz

